UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Matheus Aguiar de Carvalho

A MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA: ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS, CONCEITUAIS E PROCEDIMENTAIS

Belo Horizonte

2024

Matheus Aguiar de Carvalho

A MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA:
ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS, CONCEITUAIS E PROCEDIMENTAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de doutor em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Área de Concentração: Informação, Mediações e Cultura.

Linha de pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento.

Professora orientadora: Dra. Cristina Dotta Ortega.

Belo Horizonte

2024

C331m

Carvalho, Matheus Aguiar
A mediação documentária [recurso eletrônico] : aspectos epistemológicos, conceituais e procedimentais / Matheus Aguiar de Carvalho. - 2024.
1 recurso online (154 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Cristina Dotta Ortega.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 126-154.
Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Documentação – Teses. 3. Biblioteconomia – Teses. 4. Bibliografia – Teses. 5. – Teses. I. Ortega, Cristina Dotta. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título

CDU: 002

Ficha catalográfica: Maianna Giselle de Paula – CRB6: 2642

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ECI - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Às 14:00 horas do dia 15 de julho de 2024, pela plataforma Google Meet, realizou-se a sessão pública para a defesa da tese de MATHEUS AGUIAR DE CARVALHO, número de registro 2020682600**.** A presidência da sessão coube a Profa. Cristina Dotta Ortega - Orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Prof. Walter Moreira (UNESP), Profa. Zaira Regina Zafalon (UFSCAR), Prof. Miguel Angel Rendón Rojas (UNAM), Profa. Henriette Ferreira Gomes (UFBA), e Profa. Cristina Dotta Ortega - Orientadora (ECI/UFMG). Em seguida, o candidato fez a apresentação do trabalho que constitui sua tese de doutorado, intitulada: "*A mediação documentária: aspectos epistemológicos, conceituais e procedimentais*"**.** Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar aprovada a tese de doutorado, recomendando que ajustes sejam feitos, como dito nas arguições. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, e aprovada, foi assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Documento assinado eletronicamente por **Cristina Dotta Ortega**, **Professora do Magistério Superior**, em 15/07/2024, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Henriette Ferreira Gomes**, **Usuária Externa**, em 21/07/2024, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Zaira Regina Zafalon**, **Usuário Externo**, em 21/07/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Walter Moreira**, **Usuário Externo**, em 22/07/2024, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Miguel Angel Rendón Rojas**, **Usuário Externo**, em 22/07/2024, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3340811** e o código CRC **1DCD435F**.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante um período significativo de realização da tese, mais propriamente entre 2021 e 2024.

À professora Marilda Lopes Ginez de Lara e aos professores Miguel Ángel Rendón Rojas e Walter Moreira, pelos apontamentos realizados durante a banca de qualificação da tese, contribuindo para delimitar os caminhos para desenvolver a pesquisa em um momento em que eles não estavam tão bem delineados.

À professora Cristina Dotta Ortega, pela oportunidade de aprender com ela desde a graduação, de forma mais próxima durante o mestrado e agora no doutorado. Agradeço imensamente pela disponibilidade, atenção e paciência, sempre demonstrando comprometimento com o meu processo de formação. Em razão disso, serei sempre grato pelos ensinamentos, conversas e trocas, que contribuíram não apenas para desenvolver a tese, mas também para me formar como pessoa e pesquisador.

Às amigas e aos amigos, tanto as(os) conhecidas(os) há muito tempo quanto aquelas(es) que conheci recentemente, pela presença e energias trocadas durante a jornada de desenvolvimento da tese. Todas(os) que estiveram presentes de alguma forma nesse ciclo tornaram o processo menos solitário do que normalmente ele pode ser. Pelas saídas, conversas, drinks compartilhados, risadas, desabafos, o meu obrigado!

À minha família e aos almoços aos domingos, que renderam boas conversas, risadas e brigas, mas tudo contribuiu para nos fortalecer e criar uma rede de apoio muito importante para mim. Aos meus pequenos (que já não são tão pequenos mais), por me lembrarem recorrentemente o que é importante no fim das contas.

Por fim, à minha mãe, ao meu pai, à minha irmã, pelo apoio mais próximo e diário, sem o qual não seria possível nem ter começado essa jornada lá atrás. Deixo também um agradecimento especial aos meus pais, pelo exemplo de dedicação, esforço e trabalho honesto, ao longo dos anos.

RESUMO

A mediação documentária é um conjunto de ações sobre objetos para transformá-los em documentos. Essas ações implicam a elaboração de produtos como os sistemas documentários, além da realização de serviços e atividades para potencializar o acesso e o uso dos primeiros. O objetivo da mediação documentária é satisfazer necessidades de informação de públicos em contextos específicos. A mediação documentária foi tradicionalmente estudada nas disciplinas Bibliografia, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, as duas primeiras voltadas à abordagem bibliográfica da atividade documentária, e as duas seguintes voltadas às abordagens arquivística e museológica, respectivamente. A articulação entre essas disciplinas produz o campo dos estudos documentários, também conhecido como Documentação. Com a disseminação da Ciência da Informação nos Estados Unidos a partir da década de 1960, o estudo da mediação documentária foi acomodado como um dos seus temas, o que acarretou o apagamento parcial de seus fundamentos. Como desdobramento desse cenário, a pesquisa do campo foi confrontada com a simplificação da noção de mediação documentária, em função da redução do interesse da comunidade científica acerca do tema, simultaneamente à amplificação de estudos acerca da mediação na perspectiva de outras disciplinas, principalmente do âmbito das ciências sociais e humanas. Sendo assim, o objetivo desta tese é analisar o campo científico dos estudos documentários para sistematizar as bases das ações de mediação documentária sob os aspectos epistemológicos, conceituais e procedimentais. A tese é uma pesquisa básica, marcadamente teórica, e exploratória. O método adotado para desenvolver a tese foi a revisão bibliográfica. Em termos estruturais, a seção 2 é referente aos aspectos epistemológicos da mediação documentária, no tocante à sua elaboração como objeto de estudo de um campo científico constituído por meio da relação entre as disciplinas documentárias. A seção 3 é voltada ao estudo conceitual da mediação documentária, considerando a origem do termo na produção francesa e o seu desenvolvimento no contexto brasileiro. Na seção 4, a discussão foi pautada nos aspectos procedimentais da mediação documentária, no que tange ao seu funcionamento técnico-sistêmico e às intencionalidades que lhe são inerentes. Na seção 5, elaboramos sistematização das categorias fundamentais dos estudos documentários, explorando a mediação documentária como seu objeto científico e como prática social. O estudo permite identificar a instabilidade que marca o percurso do campo e evidenciar a riqueza de conhecimentos elaborados ao longo do tempo, os quais, se recuperados, possibilitariam evidenciar a função social dos estudos documentários na contemporaneidade, em especial no contexto brasileiro.

Palavras-chave: mediação documentária; documentação; ciência da informação; biblioteconomia; bibliografia.

ABSTRACT

Documentary mediation is a set of actions on objects to transform them into documents. These actions imply the development of products such as documentary systems, in addition to the provision of services and activities to enhance access and use of the former. The objective of documentary mediation is to satisfy the information needs of audiences in specific contexts. Documentary mediation has traditionally been studied in the disciplines Bibliography, Librarianship, Archival science and Museology, the first two focused on the bibliographical approach to documentary activity, and the next two focused on archival and museological approaches, respectively. The articulation between these disciplines produces the field of documentary studies, also known as Documentation. With the dissemination of Information Science in the United States from the 1960s onwards, the study of documentary mediation was accommodated as one of its themes, which resulted in the partial erasure of its foundations. As a result of this scenario, field research was confronted with the simplification of the notion of documentary mediation, due to the reduction of the scientific community's interest in the topic, simultaneously with the amplification of studies on mediation from the perspective of other disciplines, mainly in the field of social and human sciences. Therefore, the objective of this thesis is to analyze the scientific field of documentary studies to systematize the bases of documentary mediation actions from epistemological, conceptual and procedural aspects. The thesis is basic research, markedly theoretical and exploratory. The method adopted to develop the thesis was bibliographic review. In structural terms, section 2 refers to the epistemological aspects of documentary mediation, regarding its elaboration as an object of study in a scientific field constituted through the relationship between documentary disciplines. Section 3 focuses on the conceptual study of documentary mediation, considering the origin of the term in French production and its development in the Brazilian context. In section 4, the discussion was based on the procedural aspects of documentary mediation, regarding its technical-systemic functioning and the intentions inherent to it. In section 5, we systematize the fundamental categories of documentary studies, exploring documentary mediation as its scientific object and as a social practice. The study allows us to identify the instability that marks the course of the field and highlight the wealth of knowledge developed over time, which, if recovered, would make it possible to highlight the social function of documentary studies in contemporary times, especially in the Brazilian context.

Keywords: documentary mediation; documentation; information science; library science; librarianship; bibliography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Relações entre problema, objetivos e seções da tese 15

Figura 2 — Revisão bibliográfica: operacionalização da busca – fontes nacionais 17

Figura 3 — Revisão bibliográfica: operacionalização da busca – fontes estrangeiras . 18

Figura 4 — Revisão bibliográfica: operacionalização da busca – termos de pesquisa 20

Figura 5 — Proposta de representação da Cadeia Documentária 72

Figura 6 — Os processos de Organização da Informação 74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA 10

1.2 OBJETIVOS 13

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 13

2 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA: O CAMPO CIENTÍFICO DOS ESTUDOS DOCUMENTÁRIOS 25

2.1 A PROPOSTA CONCEITUAL OTLETIANA E SUA APREENSÃO ATUAL 25

2.2 OS ESTUDOS DOCUMENTÁRIOS SEGUNDO A VERTENTE BRASILEIRA 37

3 ASPECTOS CONCEITUAIS DA MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA 50

3.1 A ORIGEM DO TERMO MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA NA FRANÇA 50

3.2 A MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA NO BRASIL E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO .. 55

4 ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DA MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA 67

4.1 A MEDIAÇÃO PELA CADEIA DOCUMENTÁRIA 67

4.2 A CADEIA DOCUMENTÁRIA: PARA UMA TÉCNICA FUNDAMENTADA 84

4.3 A TÉCNICA DOCUMENTÁRIA: AS INTENCIONALIDADES DOS SUJEITOS 92

5 CATEGORIAS EXPLICATIVAS DOS ESTUDOS DOCUMENTÁRIOS: A MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA COMO OBJETO 103

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 118

REFERÊNCIAS 126

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa é uma exploração do campo dos estudos documentários na perspectiva de seu objeto, a mediação documentária. Na seção de apresentação do tema, são indicadas as concepções norteadoras do nosso entendimento do campo e do seu objeto, as quais são tomadas como ponto de partida para o desenvolvimento da tese. Em sequência, apresentamos questões de problematização da tese, as quais permitem elaborar sua justificativa. Ao final, nas duas últimas seções secundárias, explicitamos os objetivos que orientaram a elaboração da tese diante das problematizações indicadas antes, e os procedimentos metodológicos adotados para desenvolvê-los.

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA

O campo dos estudos documentários, cujo objeto é a mediação documentária, pode ser explicado como um conjunto de ações sobre objetos para transformá-los em documentos. Essas ações implicam elaborar produtos, como os sistemas documentários, assim como realizar serviços e atividades para potencializar o acesso e o uso dos primeiros. A noção de sistema documentário abarca os sistemas produzidos por meio da seleção e organização da informação, como as coleções ordenadas e as bases de dados, mas também uma biblioteca, por exemplo, em sua totalidade. Nesse caso, uma biblioteca, um arquivo, um museu ou um centro de documentação pode ser compreendido como um sistema constituído por outros sistemas internos a ele e pela proposição de serviços e atividades sobre eles.

Por meio das ações de mediação documentária, busca-se fornecer os meios para as pessoas elaborarem respostas para suas necessidades de informação, as quais são decorrentes das atividades que desenvolvem em determinados contextos. Desse modo, trata-se de necessidades de informação contextualizadas.

O estudo da mediação documentária foi tradicionalmente realizado no âmbito das disciplinas Bibliografia, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, as duas primeiras voltadas à abordagem bibliográfica da atividade documentária, e as duas seguintes às abordagens arquivística e museológica, respectivamente.

A articulação entre as disciplinas documentárias produz o campo dos estudos documentários, inicialmente proposto por Paul Otlet, no início do século XX, sob o nome Documentação. Desse modo, a mediação documentária, como objeto dos estudos documentários, é um conceito cuja elaboração atravessa o percurso daquelas disciplinas e das relações entre elas.

Desde sua sistematização inicial por Otlet, o campo dos estudos documentários foi desenvolvido ao redor do mundo, configurando, em cada país e idioma, vertentes com

características próprias e modos particulares de concepção da mediação documentária. A despeito dessas particularidades, a tradição do estudo da mediação documentária se manteve entre essas vertentes naquilo que lhe caracteriza como um objeto científico e como uma prática social de produção de respostas às necessidades de informação de pessoas em contextos específicos. Os estudos desse âmbito permitem atestar a relevância social do estudo e da prática da mediação documentária.

No Brasil, o estudo da mediação documentária foi realizado sob influência das vertentes dos estudos documentários estabelecidas ao redor do mundo, em especial na Europa e nos Estados Unidos. Desse modo, a vertente brasileira é resultante da apropriação dos conhecimentos elaborados em todas essas vertentes, sob nomes como Bibliografia, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Documentação, Ciência da Informação, entre outros. Se, por um lado, esse movimento trouxe ao Brasil conhecimentos que já estavam em um estágio de amadurecimento científico, por outro lado, também foram incorporadas problemáticas presentes nesses estudos.

A proposição da Ciência da Informação nos Estados Unidos, na década de 1960, e sua disseminação pelo mundo nas décadas seguintes, promoveu a prevalência de estudos em torno do objeto informação, a despeito dos questionamentos sobre sua ambiguidade e a-historicidade. Nesse novo cenário, os estudos a respeito da mediação documentária foram acomodados na Ciência da Informação como um de seus temas. Com o tempo, os estudos documentários passaram a ser observados de forma fragmentada, dada a superestimação do objeto informação e a ênfase às tecnologias eletrônicas. Esse movimento conduziu ao apagamento parcial dos estudos documentários em virtude da promoção de outros temas no âmbito da Ciência da Informação, o que não ocorreu exclusivamente no Brasil, mas também em outras localidades, cada qual afetada à sua maneira.

Sendo assim, a denominação Ciência da Informação abarca hoje tanto os estudos documentários quanto outros estudos sobre temas distintos. Esses estudos, por vezes, constituem abordagens teóricas distantes umas das outras e até contraditórias entre si.

Além das problemáticas em torno da denominação Ciência da Informação, o uso impreciso do termo informação contribuiu para a multiplicidade de temas estudados a partir de fenômenos ditos ‘informacionais’. Esses estudos são desenvolvidos muitas vezes sob o prisma de objetos particulares de outras ciências, por exemplo, o ensino na Educação, as relações sociais na Sociologia, o ser humano e a cultura na Antropologia, entre outros.

Como consequência das movimentações epistemológicas mencionadas acima, observa-se a simplificação da noção de mediação documentária em virtude da valorização das categorias mediação da informação e mediação cultural, como aponta a pesquisa de

Santos Neto (2019). Desse modo, consideramos que a mediação documentária é tratada em Ciência da Informação, quando tratada, como uma categoria de menor importância, em razão de não centralizar o estudo da significação realizados pelos sujeitos, o que seria realizado a partir daquelas outras categorias de mediação.

Ademais, a produção do campo demonstra o que entendemos ser uma dificuldade de pesquisadores e profissionais de explicá-lo, em especial no tocante às disciplinas documentárias — Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia — e suas especificidades e relações, quando não recorre a aportes teóricos relativos à mediação documentária.

Esta hipótese é pautada em discussões a respeito da atualização do campo, em especial no âmbito da Biblioteconomia, em que, por exemplo, argumenta-se a favor de uma perspectiva social daquelas disciplinas e os profissionais formados a partir delas. Essas discussões são pautadas em percepções estereotipadas dos profissionais e não em torno do que os explica propriamente. Nesse sentido, as práticas profissionais são associadas às ações em torno de certas tipologias de documentos, desconsiderando a função que elas têm em relação às necessidades da sociedade (Lindemann; Spudeit; Corrêa, 2016; Tanus, 2023). Especificamente neste exemplo, vale afirmar que este tipo de argumento não se fundamenta, tendo em vista que as instituições documentárias, como as bibliotecas, estão intrinsecamente relacionadas ao conceito de cultura, situando-se como agências sociais moldadas pelos padrões da estrutura social (Gomes, 1982).

Em outras palavras, os profissionais do campo, sejam arquivistas, bibliotecários ou museólogos, são tomados menos por aquilo que são, no tocante ao que é explicativo de suas práticas, mas conforme certas práticas, observadas em um dado momento e adotadas como modelo de entendimento dessas profissões e das respectivas disciplinas documentárias que elas reportam. Como consequência, muitos estudos são desenvolvidos no campo em torno desse entendimento estereotipado do campo, buscando solucionar suas problemáticas, contudo, sem observar efetivamente o que é explicativo das práticas em questão, que, em nossa perspectiva, se fundamentam no estudo da mediação documentária.

Sendo assim, os estudos realizados no campo não são propostos em relação à mediação documentária, mas em relação a outras matrizes disciplinares, em geral, do âmbito das ciências sociais e humanas, as quais são tomadas como base para suas reflexões (Moraes; Carelli, 2016; Fernandes; Cendón, 2009)

Portanto, podemos sintetizar a questão-problema que motiva o desenvolvimento da pesquisa, e sobre ela elaboramos as problemáticas apontadas nos parágrafos anteriores, é relativa a como é construído o estudo da mediação documentária, principalmente no contexto brasileiro, considerando seus aspectos epistemológicos, conceituais e procedimentais.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral é analisar o campo científico dos estudos documentários para sistematizar as bases das ações de mediação documentária sob os aspectos epistemológicos, conceituais e procedimentais.

Os objetivos específicos são os seguintes:

a) Estudar o percurso constitutivo teórico-disciplinar do campo dos estudos documentários, com ênfase à vertente brasileira, visando delimitar seu escopo para explicitar os aspectos epistemológicos da mediação documentária;
b) Explorar o conceito de mediação documentária a partir da análise de sua origem no contexto francês e de sua elaboração nos estudos brasileiros, para compreendê-lo considerando os consensos e dissensos apresentados na produção tema;
c) Discorrer sobre a mediação documentária quanto aos processos que a explicam, observando seu funcionamento técnico-sistêmico e as intencionalidades que lhe são inerentes;
d) Sistematizar categorias fundamentais ao estudo da mediação documentária para explicá-la como objeto científico dos estudos documentários e na sua condição de prática social.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A tese é uma pesquisa básica (Volpato, 2013), marcadamente teórica (Bonin, 2008), que envolve explanar o conhecimento científico acumulado ao longo do tempo, para submetê-lo à crítica e, a partir disso, alargá-lo. Além de básica, a pesquisa é exploratória (Bonin, 2010), destacando-se o seu caráter interpretativo (Domingues, 2004, p. 120) e analítico (Lakatos; Marconi, 1982, p. 32).

Segundo Jiani Adriana Bonin (2010), o trabalho exploratório consiste em realizar aproximações ao objeto da pesquisa, em angulações diversas, mas pertinentes para a construção do objeto. O trabalho exploratório é necessário à elaboração dos caminhos teóricos mais apropriados para desenvolver um estudo, dada a especificidade de seus objetivos.

Domingues (2004, p. 120) aborda a interpretação como investigação voltada ao *modus significandi* dos fenômenos, ou seja, “como nós os significamos, bem como a forma como eles nos interpelam ou nos afetam”. A investigação interpretativa é a pesquisa que questiona o porquê e o para quê das coisas ou de seus sentidos.

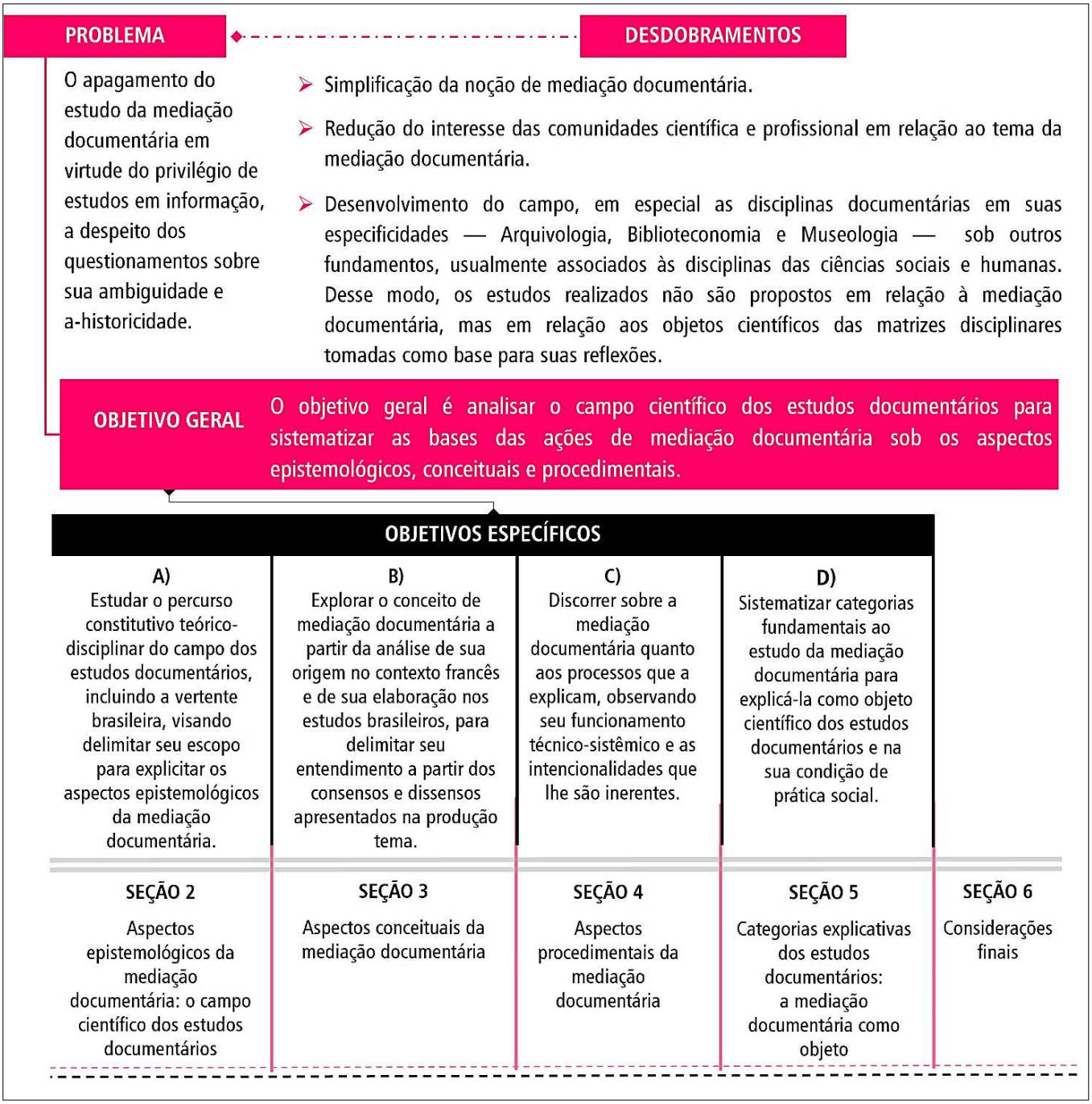
A natureza interpretativa da pesquisa reflete-se no modo como a revisão é realizada. Ela não é reduzida à produção de resumos de textos científicos, mas abrange a análise

desses textos sob uma perspectiva que permita desenvolver uma síntese que qualifique a elaboração da discussão. Pela interpretação, os objetos em análise são investigados, explorando-se as problematizações específicas da pesquisa.

Lakatos e Marconi (1982) discorrem sobre o caráter analítico do conhecimento científico, que envolve investigar o todo para descobrir seus componentes constitutivos, assim como as interligações entre eles que explicam sua integração em um contexto global. Nesse sentido, segundo as autoras, o conhecimento científico envolve examinar as relações de interdependência entre os componentes, conduzindo à síntese, etapa em que o todo desconstruído pode ser reconstruído, mas agora com a compreensão de quais são as suas partes, funções e inter-relações.

A relação entre os problemas da tese e seu desenvolvimento a partir dos objetivos da pesquisa é apresentada na Figura 1, bem como são indicadas as seções em que esses objetivos foram desenvolvidos:

FIGURA 1 — Relações entre problema, objetivos e seções da tese



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A pesquisa foi desenvolvida mediante revisão bibliográfica, analisando as investigações produzidas no campo relacionadas ao objeto e ao problema em foco na tese.

De acordo com Bonin (2010), o avanço do conhecimento é dependente de práticas dialógicas com a produção desenvolvida em um campo. Esse movimento é necessário para explorar o objeto da pesquisa, verificar como ele foi abordado, discutir os resultados dos estudos realizados e, com isto, propor novos percursos de investigação: “Tal movimento exige

tanto ações mais operativas de levantamento das pesquisas quanto trabalho alentado de reflexão e desconstrução, que possibilite ao pesquisador empreender apropriações, reformulações e alargamentos de proposições, em vários níveis" (Bonin, 2010, p. 15). Ademais, a autora aponta que ao estabelecer a relação do estudo em desenvolvimento com os estudos já elaborados, é possível verificar a relevância científica do primeiro à medida que são identificadas as contribuições que ele apresenta em relação à produção já desenvolvida.

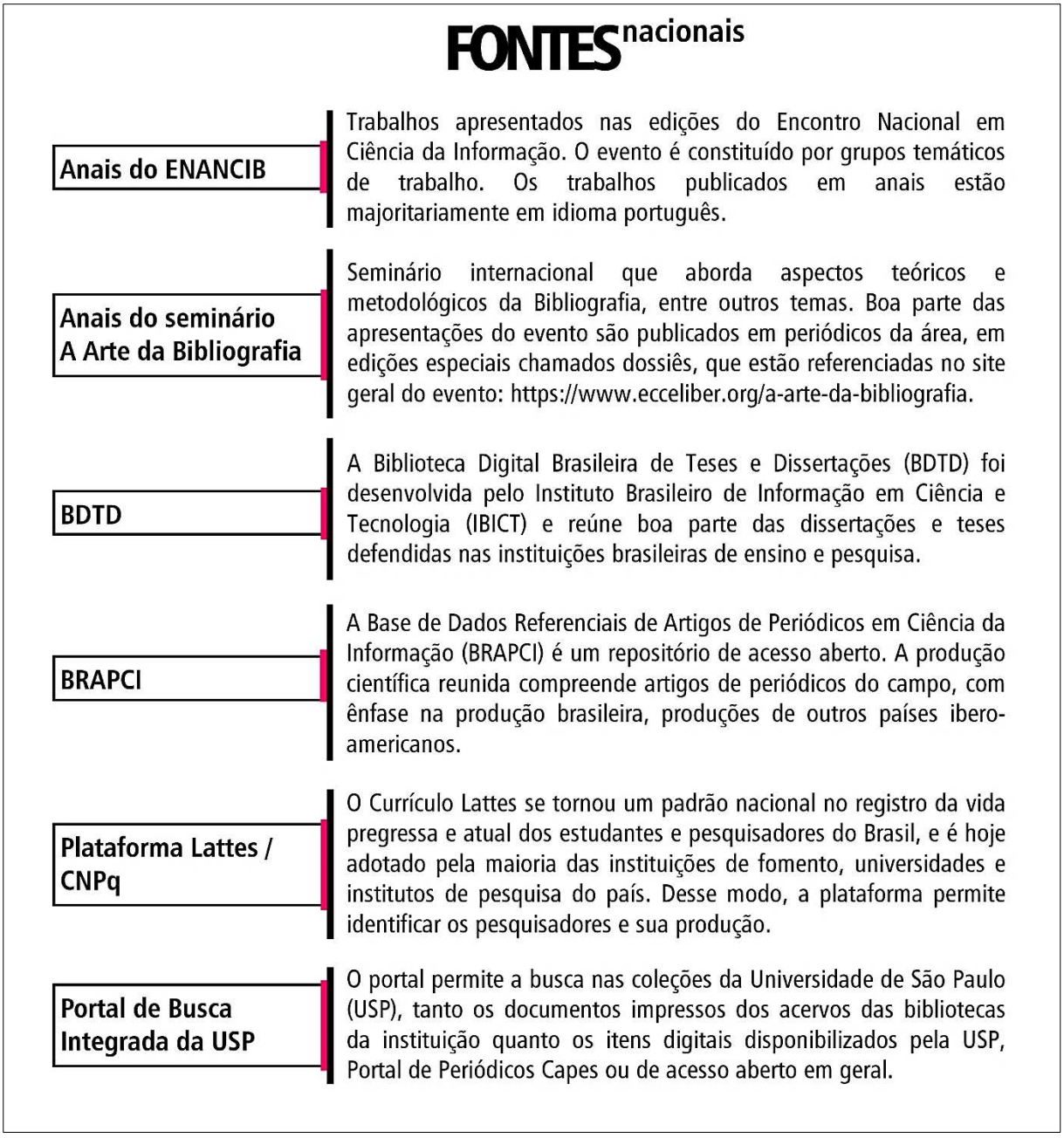
Comumente, a constituição de uma revisão bibliográfica é realizada pela seleção de determinadas tipologias de documentos, sendo comum o uso de artigos científicos, livros e anais de eventos profissionais e acadêmicos, recuperados a partir de buscas em bases de dados delimitadas por tempo e origem geográfica das publicações. Os textos recuperados são analisados pela produção de resumos e/ou resenhas dos conteúdos apresentados, relacionando estas sínteses entre si e com as ideias de quem desenvolve a revisão bibliográfica.

Sendo assim, desenvolvemos a revisão bibliográfica por meio de procedimentos de seleção, análise e síntese.

A seleção foi constituída pela busca em fontes de pesquisas nacionais e estrangeiras do campo. A seleção foi realizada a partir da identificação das fontes de pesquisa (i), operacionalização da busca (ii) e pré-análise dos resultados (iii).

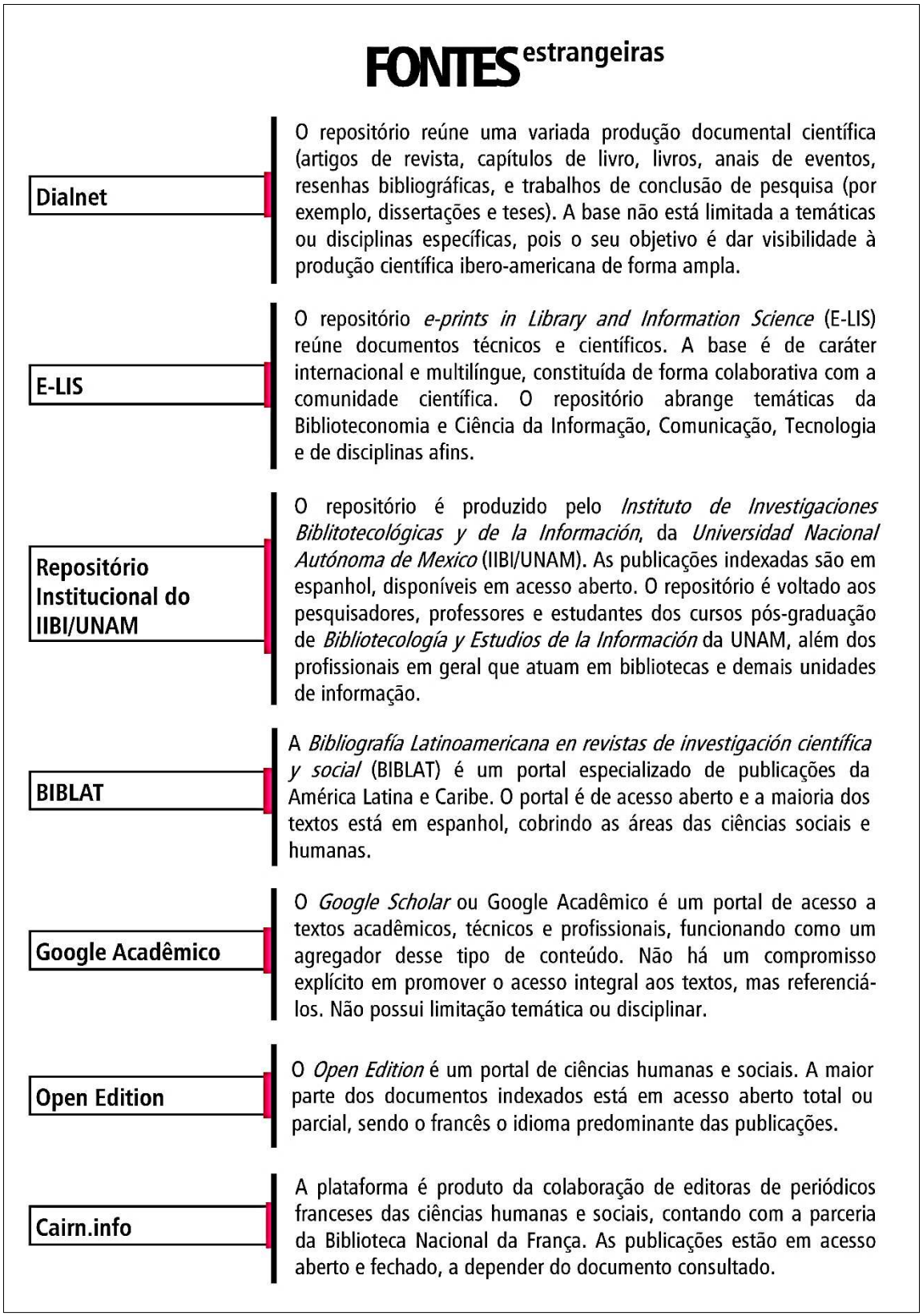
As fontes de pesquisa identificadas estão agrupadas em fontes nacionais (Figura 2) e fontes estrangeiras (Figura 3), apresentadas em sequência:

FIGURA 2 — Revisão bibliográfica: operacionalização da busca – fontes nacionais



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

FIGURA 3 — Revisão bibliográfica: operacionalização da busca – fontes estrangeiras



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

As fontes foram selecionadas em razão da variedade dos idiomas dos textos indexados (português, inglês, francês e espanhol) e da abrangência geográfica, refletindo os pensamentos elaborados nas principais vertentes do campo documentário abordadas na tese (francófona, inglesa, espanhola, anglo-americana e latino-americana). As fontes de pesquisa foram escolhidas em razão de reunirem produção científica qualificada e diversificada do campo, de origem tanto nacional quanto estrangeira, para apoiar o desenvolvimento do problema e objetivos em questão. O Portal de Busca Integrada da USP e a Plataforma Lattes foram consultados para desenvolver partes específicas da tese, mencionadas posteriormente quando apresentarmos as categorias de análise da pesquisa.

As buscas nas fontes de pesquisa foram operacionalizadas em torno dos termos relativos aos conceitos e às relações entre os conceitos, considerando os objetivos da tese.

Os termos utilizados na busca foram selecionados em razão das categorias de análise delimitadas a priori à busca a partir dos objetivos da tese, quais sejam: ‘abordagem epistemológica’, ‘abordagem conceitual’, e ‘abordagem procedimental’ da mediação documentária. Desde que disponível nas fontes, as buscas pelos termos foram delimitadas ao campo resumo.

Sendo assim, para cada categoria, foram utilizados certos termos, e suas respectivas variações em outros idiomas (inglês, espanhol e francês), relacionados na figura 4:

FIGURA 4 — Revisão bibliográfica: operacionalização da busca – termos de pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O primeiro grupo de termos foi delimitado a partir das disciplinas realizadas pelo autor nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFMG. Nesse âmbito, podem ser destacadas as disciplinas intituladas 'Documento e Documentação na construção do campo da Ciência da Informação' e 'Documento e Documentação', ambas ministradas pela professora, e orientadora desta tese, Cristina Dotta Ortega. Nessas disciplinas, abordou-se o percurso constitutivo do campo de estudos da mediação documentária, o qual atravessa as reflexões e práticas desenvolvidas a partir daquelas denominações.

Quanto ao termo mediação documentária, ele se tornou central aos nossos estudos a partir do mesmo percurso mencionado antes no PPGCI/UFMG. A escolha por incluir as variações -documental e -de documento(s), além de -documentária, decorreu principalmente do texto de Ortega (2017), em que a autora investigou as equivalências entre os termos documental e documentário na literatura do campo, nos idiomas português, francês e espanhol, indicando que eles variam quanto à referência ao documento, como o suporte e a tipologia, e às práticas sobre o documento.

O terceiro grupo de termos é centrado nas noções de cadeia, atividade e técnica, considerando que a produção do campo elaborada sob esses termos aborda o desenvolvimento da mediação documentária a partir de certos processos de trabalho. Particularmente os termos relativos à cadeia documentária ou de informação, eles foram identificados a partir dos textos de Chaumier (1994, 2009) e de González de Gómez (2012). O primeiro autor foi um dos responsáveis pela disseminação do termo *Chaîne Documentaire* no campo, enquanto a segunda discute os fluxos de informação na sociedade, mencionando termos como cadeia de informação, que se refere às práticas sobre documentos.

A pré-análise foi realizada mediante a leitura do resumo dos textos recuperados, sendo etapa necessária para excluir os textos recuperados explicitamente inadequados para o desenvolvimento da pesquisa. Como exemplo, a busca pelo termo Biblioteconomia poderia remeter a relatos de prática profissional em bibliotecas, mas recuperados em razão daquele termo estar presente no resumo. Considerando a necessidade de desenvolver a abordagem epistemológica do campo, esses relatos não seriam pertinentes, logo, não seria produtivo selecioná-los para serem lidos integralmente na etapa de análise.

A partir da pré-análise, em suma, o que se deu foi uma sequência de buscas e análises da seguinte forma: análise 1 (quanto aos objetivos da tese e sua conversão em categorias principais norteadoras da busca inicial), seleção 1 (a partir de busca por termos relativos à cada categoria), análise 2 (para elaboração de categorias secundárias específicas) e seleção 2 (em relação às categorias secundárias). No caso da análise 2 e da seleção 2, ambas foram desenvolvidas de forma atravessada uma pela outra, pois a seleção foi realizada em relação à categoria secundária, a qual era (re)elaborada de acordo com os resultados dessa busca.

Portanto, não houve uma etapa única de recuperação de documentos, mas um percurso simultâneo de desenvolvimento dos procedimentos de seleção e análise, suprindo as lacunas identificadas à medida que a escrita do trabalho foi realizada.

Ademais, o nosso propósito com a tese foi antes a elaboração teórica para explicar a mediação documentária, considerando as frentes de pesquisa selecionadas, quais sejam aquelas voltadas à delimitação epistemológica, observando sua historicidade, e às análises conceitual e procedimental da mediação documentária. Por essa razão, não houve delimitação temporal para as buscas nas fontes de pesquisa, tão pouco realizamos um controle quantitativo da produção recuperada e analisada a partir da revisão bibliográfica.

Após a pré-análise, os textos selecionados foram lidos integralmente e, a partir das leituras, foram elaborados resumos indicativo-informativos (Lancaster, 2004), com o propósito de destacar os pontos principais de cada trabalho, especificamente relativos aos seus objetivos, métodos, resultados e conclusões. Os pontos discutidos nos trabalhos permitiram

constituir categorias secundárias de análise e em torno delas desenvolvemos nossas reflexões. Estas categorias foram convertidas nas seções secundárias de cada seção primária da tese. O conteúdo de cada categoria é mencionado em sequência à medida que apresentamos os temas abordados em cada seção da tese.

Na seção 2, intitulada ‘Aspectos epistemológicos da mediação documentária: o campo científico dos estudos documentários’, o tema é o percurso constitutivo teórico-disciplinar do campo dos estudos documentários, incluindo a vertente brasileira, de modo a evidenciar o estudo dos aspectos epistemológicos da mediação documentária.

A primeira parte da seção 2, compreende o percurso dos estudos documentários no mundo, destacando o desenvolvimento da Bibliografia, da Biblioteconomia e da Documentação, em razão de serem as disciplinas constituintes do campo. Iniciamos pela sistematização elaborada por Otlet (1934, 2018), sob o termo Documentação e suas bases na Bibliografia, e os impactos da disseminação da Documentação no mundo nas práticas e nos estudos relativos ao campo estabelecidos nos países europeus e nos Estados Unidos.

Em sequência, abordamos as relações entre os estudos documentários e as propostas iniciais de estudos sob o termo informação. Nesse sentido, mencionamos as denominações *Information Science* (Estados Unidos), *Informatika* (União Soviética), *Sciences de l'Information et de la Communication* (França), *Información y Documentación* (Espanha), e *Information-und Dokumentation Wissenschaft* (Alemanha). Em especial no caso da primeira, a *Information Science*, enfatizamos a análise de seu percurso e problemáticas, em razão de as demais denominações remeterem a estudos estabelecidos em relação ao que foi proposto a partir dela.

A segunda parte da seção 2 é voltada à vertente brasileira dos estudos documentários. Destacamos a prática e os estudos de ordem bibliográfica, protagonizados especialmente pela Biblioteca Nacional. Prosseguimos às décadas de 1970 e 1980, em que os estudos documentários brasileiros vivenciam duas situações: as ações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), assim denominado em 1976, após sua criação em 1954 como Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD); e a criação do Grupo Temma na Universidade de São Paulo (USP), por Johanna Smit.

Em relação às pesquisas do Grupo Temma, consultamos especificamente o Portal de Busca Integrada da USP, dado que muitos membros do grupo realizaram suas pesquisas nessa universidade, logo consideramos que o repositório reuniria grande parte da produção desse grupo. Com intuito semelhante, a Plataforma Lattes / CNPq foi consultada para auxiliar na identificação da produção das pesquisadoras do Grupo Temma. Os resultados desta

pesquisa também foram utilizados especialmente na produção da seção 4, no tocante ao estudo linguístico dos processos documentários de organização da informação.

Quanto aos estudos a respeito do IBICT/IBBD, as demais fontes nacionais, em especial a BRAPCI, foram suficientes para recuperar textos relativos ao histórico da instituição, suas bases teórico-políticas e reflexos no desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil.

O desenvolvimento da seção 2 também foi norteado pelos estudos realizados em disciplinas durante os cursos de mestrado e doutorado realizados pelo autor, já mencionados anteriormente. Desse modo, destacam-se as disciplinas denominadas 'Documento e Documentação na construção do campo da Ciência da Informação' e 'Documento e Documentação', ambas ministradas pela professora, e orientadora desta tese, Cristina Dotta Ortega, ofertadas no PPGCI/UFMG.

Na seção 3, intitulada 'Aspectos conceituais da mediação documentária', o tema é o conceito de mediação documentária considerando como ponto de partida a origem do termo nos estudos franceses como '*mediation documentaire*'. Em seguida, o debate é realizado em torno do desenvolvimento do conceito de mediação documentária no Brasil e como se dá a relação entre este termo e o termo mediação da informação na abordagem àquele conceito.

Quanto à discussão francesa a respeito da mediação documentária, destacam-se as pesquisadoras Isabelle Fabre e Cécile Gardiès, cujos textos delas, entre elas e com outras pesquisadoras francesas (Fabre; Veyrac, 2008; Demeurisse; Fabre; Gardiès, 2009; Fabre; Gardiès, 2010; Liquète; Fabre; Gardiès, 2010; Gardiès; Fabre, 2012; Fabre, 2013; Fabre, 2018; Fabre; Couzinet, 2021), nortearam a discussão realizada na tese a respeito do estudo da *mediation documentaire*. Novamente, vale destacar a influência dos estudos realizados na disciplina de doutorado intitulada 'Documento e Documentação', ministrada por Cristina Dotta Ortega, no PPGCI da UFMG, para desenvolver essa seção secundária. Nesta disciplina, foram abordados os estudos franceses acerca da mediação documentária.

Para recuperar a produção francesa, utilizamos principalmente as seguintes fontes de pesquisa para a busca: Google Acadêmico, *Open Edition* e Cairn.info.

Em relação à pesquisa acerca da mediação da informação elaborada na Ciência da Informação brasileira, nos norteamos pelos resultados da pesquisa de Santos Neto (2019). Este autor identificou as figuras de Oswaldo de Almeida Júnior e Henriette Ferreira Gomes, como as mais citadas nas pesquisas em mediação da informação. Desse modo, analisamos alguns dos textos de Almeida Júnior (2007, 2009, 2015a, 2015b; Ribeiro; Almeida Júnior, 2022) e de Gomes (2019, 2020a, 2020b), os quais, em nossa perspectiva, refletem as principais concepções dos autores relativas à mediação da informação. Delimitados esses

textos considerando tanto os textos mais citados por Almeida Júnior e Gomes, segundo Santos Neto (2019), no âmbito dos estudos em mediação da informação, quanto a partir da consulta aos respectivos currículos lattes desses autores.

Na seção 4, intitulada 'Aspectos procedimentais da mediação documentária', o tema é a operacionalização da mediação documentária, observando os seus processos característicos, bem como seu funcionamento técnico-sistêmico e as intencionalidades que lhe são inerentes. Também são abordadas as relações entre o percurso da Ciência da Informação e seu impacto sobre a apropriação e desenvolvimento da técnica documentária. Por fim, discutimos as relações entre a técnica documentária e as intenções dos sujeitos que participam da atividade documentária.

Portanto, as etapas de seleção e análise da revisão bibliográfica da tese foram desenvolvidas nas seções 2, 3 e 4, enquanto a síntese foi desenvolvida na seção 5, intitulada 'Categorias explicativas dos estudos documentários: a mediação documentária como objeto'.

A proposta da seção 5 foi a de estabelecer a síntese das análises epistemológicas, conceituais e procedimentais da mediação documentária realizadas nas seções anteriores, mediante a proposição de categorias cuja articulação nos permite indicar as bases do estudo e da prática da mediação documentária. A proposta foi baseada na sistematização realizada em torno do objeto da *Bibliotecología*, por Rendón Rojas (2005), a partir do esquema documento-biblioteca-usuário. Esse esquema foi explorado por Ortega (2010), ao discutir os objetos empíricos constituintes do objeto teórico da Ciência da Informação. Para a autora, a Ciência da Informação é a área relacionada "[...] à intervenção que é realizada entre a produção e o uso de informação, por meio da elaboração de registros ou inscrições, e demais atividades que possibilitam a permanência destes registros para acesso e usos posteriores" (Ortega, 2010, p. 3).

Em nosso estudo, sistematizamos as seguintes categorias: público e necessidades de informação; documento em perspectiva documentária; profissional da mediação documentária; atividade (da mediação) documentária; sistema documentário; e, contexto documentário.

Ao final da tese, são apresentadas as considerações finais, em que são retomadas as principais discussões realizadas ao longo da tese, apresentando apontamentos para pesquisas futuras.

2 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA: O CAMPO CIENTÍFICO DOS ESTUDOS DOCUMENTÁRIOS

Os conhecimentos produzidos a partir da elaboração de um objeto científico são acumulados ao longo do tempo, subsidiando a explicação de uma ciência, no tocante à sua particularidade na abordagem de soluções aos problemas humanos. Os modos de estudar um objeto podem variar no percurso de uma ciência em decorrência das ênfases propostas a ele em cada contexto, bem como das intencionalidades políticas que impactam a orientação realizada nesses estudos. A esses estudos sobre os fundamentos de uma ciência, designamos epistemologia.

Dadas essas considerações, o objetivo da seção 2 é explorar os aspectos epistemológicos da mediação documentária, no tocante à sua elaboração como objeto de estudo de um campo científico constituído por meio da relação entre as disciplinas documentárias. Sendo assim, na seção 2.1, abordamos a apropriação dos estudos de Otlet em certas vertentes do campo pelo mundo, para, na seção 2.2, tratarmos da elaboração dos estudos documentários no Brasil.

2.1 A PROPOSTA CONCEITUAL OTLETIANA E SUA APREENSÃO ATUAL

O advogado belga Paul Marie Ghislain Otlet (1868-1944) foi uma figura determinante para a sistematização dos estudos documentários. Ao final do século XIX, Otlet conhece Henri La Fontaine (1854-1943), também advogado e especializado em direito internacional, que compartilhava com Otlet o interesse em questões relativas à promoção da paz mundial. La Fontaine atuou fortemente no cenário político belga e, em 1913, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. Desse modo, Otlet e La Fontaine apresentavam afinidades ideológicas, o que contribuiu para que ambos trabalhassem juntos desenvolvendo as bases da Documentação e de sua função de promover o acesso ao conhecimento (Santos, 2006; Rayward, 2018[1]).

No Tratado de Documentação (*Traité de Documentation*, no original), elaborado em 1934, Otlet (2018[2]) expressa a síntese de seu pensamento para o campo, o qual ele aborda neste texto por meio das denominações bibliologia, documentologia e documentação.

A elaboração do termo bibliologia é comumente associada à Gabriel Peignot, a partir do *Dictionnaire Raisonné de Bibliologie*, publicado em 1802. No entanto, vale ressaltar o texto de Robert Estivals (1993), em que ele descreve o uso do termo bibliologia em correspondências do bibliotecário francês e abade Jean-Joseph Rive, datadas de 1781 e 1786

[1] Edição original de 2003, publicada em inglês.
[2] Edição original de 1934. A versão utilizada foi a tradução para o português, publicada em 2018 pela editora Briquet de Lemos.

e publicadas em 1790, e na pesquisa produzida pelos pesquisadores tunisianos Mohamed Rhebi e Wahid Gdoura, que identificaram a existência de obras bibliográficas árabes produzidas entre os séculos X e XV.

Na introdução de seu livro, Peignot (1802) explica o escopo da Bibliologia no estudo do conhecimento humano, no que diz respeito aos seus princípios elementares, sua origem, sua história, sua divisão e sua classificação, para preservar sua memória por meio de signos, manuscritos ou impressos. Peignot (1802, p. 473) também apresenta uma estrutura com as subdivisões da Bibliologia, as quais seriam: Glossologia (ciência das línguas), Diplomática (ciência dos escritos), *Bibliopée* (composição dos livros), Tipografia (ciência da impressão), *Bibliopolie* (ciência da livraria/*librairie*), Bibliografia (conhecimento dos livros) e História-Literária universal. Para cada uma dessas categorias, outras se desdobram com especificidades quanto aos assuntos tratados por elas.

Segundo Saldanha (2018), a Bibliologia de Peignot era a ciência do livro, enquanto a Documentação de Otlet foi proposta como ciência do livro e do documento.

Mais do que a ampliação do objeto empírico de trabalho, do livro ao documento, a proposta de Otlet envolveu a elaboração de sistemas documentários capazes de organizar e distribuir a informação documentada para todo o mundo, independente do suporte em que ela esteja registrada. Desse modo, não estava em questão para Otlet o estudo de um ou outro suporte, mas como diferentes suportes poderiam representar o conhecimento humano e disseminá-lo para pessoas de diferentes lugares do mundo.

Dado o esquema da constituição da Bibliologia, segundo Peignot (1802), consideramos que Otlet se debruçou sobre o eixo da Bibliografia, considerando que este termo e o termo ciências bibliográficas, como uma variação do anterior, foram adotados pelo autor em muitos de seus escritos entre o final do século XIX e o início do século XX.

Em relação à documentologia, Otlet (2018) a aborda no Tratado de Documentação como sinônimo de bibliologia. Segundo Fayet-Scribe (2000), o termo documentologia é adotado por Otlet para indicar seu campo de estudos, ultrapassando os termos bibliografia, bibliologia e documentação.

Otlet (2018) aponta como uma das principais tarefas da documentologia a racionalização do discurso, da língua e do pensamento, ampliando o que já era feito pelos gregos antigamente. Meyriat (2016[3]) aborda a documentologia como campo cujo objeto são os sistemas de produção e distribuição de documentos por intenção, ou seja, os documentos elaborados inicialmente com intenção de servirem à comunicação. Em fase posterior no ciclo

[3] Edição original de 1981, publicada em francês.

documentário, ao campo da Informatologia, caberia principalmente o estudo do conteúdo do documento, a informação, e como aproximar os documentos de sujeitos que têm demandas por eles. Deste modo, a Informatologia representaria uma abordagem mais utilitarista do estudo dos documentos e dos sistemas produzidos a partir deles (Meyriat, 2016; Couzinet, 2021).

Embora Otlet (2018) não tenha elaborado uma definição ao termo documentologia, à época da publicação do Tratado de Documentação, compreendemos que o termo era adequado para expressar a concepção do autor sobre o campo, tendo em vista a sistematização elaborada posteriormente por Meyriat (2016). Desse modo, para Otlet, o campo se ocuparia dos sistemas documentários relacionados à disseminação de objetos produzidos com a intenção de servirem à comunicação. Isso é corroborado pela definição do autor sobre documento, o que trataremos mais adiante, como “[...] meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento, independentemente da forma como se apresente” (Otlet, 2018, p. 11).

Sendo assim, é perceptível a expansão dos estudos documentários desde essa formulação como documentologia, inferindo a intenção de Otlet de propor a elaboração de um campo pautado no estudo dos documentos por intenção. Os estudos documentários foram expandidos dessa abordagem voltada aos documentos por intenção, para considerar todos os tipos de objetos com potencial de funcionarem como documentos. Isso remete ao que Meyriat (2016) discorre como Informatologia e o enfoque no conteúdo dos objetos, a despeito de quais sejam eles. Contudo, o acesso ao conteúdo depende do acesso ao objeto que o suporta, de modo que não é possível desenvolver o campo considerando apenas os conteúdos inseridos ou atribuídos aos objetos.

O termo documentação é predominante na obra de Otlet, de forma que os estudos do autor se tornaram mais conhecidos por esse termo. Em síntese, em um primeiro momento, Otlet adotou o termo bibliografia para indicar seu campo de estudos. Posteriormente, em um momento em que termos como bibliologia, documentologia e documentação, e ciências bibliográficas, passaram a ser adotados pelo autor, com a finalidade de expressar a amplitude do escopo do campo, o termo documentação foi eleito como de maior pertinência para tanto. Desse modo, a produção de Otlet é desenvolvida principalmente sob os termos bibliografia e documentação, com esporádicos usos daqueles outros termos, enquanto o autor ainda não fixava a terminologia do campo que propunha.

Marie-France Blanquet (2018[4]) sintetiza o percurso dos termos bibliografia e documentação na obra de Otlet segundo três períodos: a partir de 1890 — está em discussão somente a bibliografia; a partir de 1910 — ocorrem as primeiras aparições do termo documentação acompanhado do termo bibliografia; e, a partir de 1930 — momento em que o termo bibliografia desaparece da obra de Otlet, cedendo lugar para o termo documentação.

Na fase inicial, a compreensão do campo por Otlet foi resultante principalmente da apropriação da definição do termo 'ciência do bibliógrafo', segundo elaborada pelo historiador e paleógrafo francês Charles V. Langlois: "[A ciência do bibliógrafo é] a parte da ciência dos livros que lida com repertórios e fornece os meios para obter informações sobre as fontes" (Blanquet, 2018, p. 224). Essa definição é a base de Otlet para a criação do *Office international de bibliographie* (OIB), em 1895, denominado posteriormente de *Institut International de Bibliographie* (IIB) (Blanquet, 2018).

O objetivo do *Institut International de Bibliographie* (IIB) era produzir o repertório bibliográfico universal a partir do registro de todas as obras produzidas desde a invenção da imprensa, tendo como base de trabalho o desenvolvimento das operações de busca, registro, descrição e ordenação dos registros (Blanquet, 2018).

Segundo explica Santos (2006, p. 50): "A proposta do IIB era recolher informações de uma rede internacional de instituições com o fim de construir um grande 'inventário' de todo o conhecimento registrado, tratado com metodologia inédita". Nesse sentido, o primeiro repertório elaborado foi o *Répertoire Bibliographique Universel* (RBU), o qual reuniu até 1934 mais de quinze milhões de registros bibliográficos, organizados por autor e assunto.

A fase inicial do Instituto foi caracterizada pelo trabalho de organização da informação realizado por bibliógrafos e bibliotecários, sendo secundárias as funções de difusão e de promoção do acesso à informação (Blanquet, 2018). A autora considera que esse foi um primeiro sintoma da ruptura que viria posteriormente no campo com o desenvolvimento da Documentação.

A partir de 1910, o uso simultâneo dos termos bibliografia e documentação na obra de Otlet marca tanto uma continuidade entre eles quanto a indicação da novidade apresentada pela documentação (Blanquet, 2018). Blanquet (2018) aponta a ampliação das tipologias documentais adotadas na documentação, ou seja, esta não é restrita ao objeto livro, mas trata documentos de múltiplas naturezas. A autora também menciona a mudança de foco da conservação do patrimônio cultural bibliológico para a sua difusão com a finalidade de estabelecer a comunicação da informação, e a ampliação da noção de público, agregando

[4] Edição original de 1993, publicada em francês.

grupos sociais distintos, sem restringir esta noção a pesquisadores e eruditos, os quais eram os únicos públicos tradicionalmente reconhecidos.

No século XX, a Bibliografia é marcada por apagamentos que resultam em sua simplificação.

Segundo Andrea Capaccioni (2006), o bibliógrafo Walter Wilson Greg notou com impaciência no início do século XX que a maior parte dos estudiosos do período considerava a bibliografia apenas como uma atividade de elaboração de listas de livros: "[...] o estudioso insistiu durante toda a vida que a disciplina deveria se ocupar do livro como objeto, da análise de seus processos de produção e da descrição analítica do exemplar" (Capaccioni, 2006, p. 16, tradução nossa[5]). Serrai e Sabba (2005, p. 17 *apud* Ortega; Carvalho, 2017, p. 56) avaliam como equívoco conceitual a ausência de distinção entre a "Bibliografia enquanto ciência, com seus objetos, conteúdos disciplinares e funções e os repertórios bibliográficos em si mesmos".

A compreensão da Bibliografia restrita à produção de listas de livros acompanhou o desenvolvimento da disciplina no século XX, alcançando o século XXI. No Brasil, por exemplo, o trabalho bibliográfico remete principalmente à elaboração e normalização de referências bibliográficas presentes em trabalhos acadêmicos, como trataremos mais adiante.

Na terceira fase dos estudos de Otlet, a Documentação se torna central e a Bibliografia é tomada apenas como um eixo da primeira. Segundo Blanquet (2018), essa fase é marcada pela ênfase de Otlet à autonomia da Documentação e à sua função de comunicação. Segundo Moura e Lara (2012, p. 15), a base do trabalho de Otlet reside na preocupação de "[...] prover, por meio da ação junto aos documentos, a comunicação entre os homens através das fronteiras físicas, culturais e linguísticas".

Vale destacar que, a despeito da ênfase do trabalho bibliográfico ao livro na sistematização de Blanquet (2018), a bibliografia não era pautada apenas no objeto livro na concepção de Otlet. Em texto de 1903, Otlet (1990[6]) descreve a bibliografia como ciência cujo objeto de estudo compreende todas as questões comuns aos diferentes tipos de documentos, como a produção, fabricação física, distribuição, inventário, estatística, preservação e uso de documentos bibliográficos. O escopo dessa ciência se estende a todos os documentos escritos ou ilustrados de forma similar a livros: "obras impressas ou manuscritas, livros, brochuras, artigos de jornais, reportagens, arquivos publicados ou manuscritos, mapas,

[5] Trecho original: "el estudioso insistió toda la vida en que la disciplina debería ocuparse del libro como objeto, del análisis de sus procesos productivos y de la descripción analítica del ejemplar"
[6] Edição original de 1903. OTLET, Paul. Les Sciences bibliographiques et la documentation. **IIB Bulletin**, v. 8, p. 125-147, 1903.

planos, gráficos, esquemas, ideogramas, diagramas, originais ou reproduções de desenhos, e fotografias de objetos reais" (Otlet, 1990, p. 85-86, tradução nossa[7]).

Blanquet (2018), por outro lado, aponta que é pertinente observar o interesse na Documentação otletiana manifestado com a produção de sistemas documentários e seus serviços para diferentes tipos de públicos, em contextos institucionais variados. A produção dos repertórios bibliográficos, tal como foi preconizada na Bibliografia, constituía apenas um dos ramos da Documentação e de seu objeto de estudo, de acordo com a proposta otletiana. Sendo assim, a introdução do termo Documentação para designar o campo, na produção de Otlet, substituindo o termo Bibliografia, teve por propósito a ampliação do escopo da atividade documentária e consequentemente a expansão do objeto do campo elaborado em torno dela.

Nesse percurso entre as denominações Bibliografia e Documentação, o trabalho de Otlet e La Fontaine foi marcado por diferentes iniciativas institucionais.

W. Boyd Rayward (2018), estudioso da obra de Otlet, menciona o *Office International de Bibliographie*, criado em 1895, e seus institutos-satélites criados posteriormente, o *Institut International de Photographie*, em 1905, o *Bibliothèque Collective des Sociétés Savantes*, em 1906, e o *Musée de la Presse*, em 1907. Contudo, vale destacar que "a história de Otlet não é simplesmente a narrativa do ciclo de vida da fundação de organizações que, durante meio século, cresceram, floresceram, decaíram e lutaram pela sobrevivência [...], embora seja também tudo isso" (Rayward, 2018, p. xiii).

Desse modo, além das iniciativas institucionais, as produções textuais de Otlet subsidiaram reflexões acerca do campo e de seu escopo de atuação, de suas articulações internas e externas com outros setores da sociedade, cujos elementos constituintes (disciplinas, objetos teóricos, interações disciplinares etc.), até aquele período, estavam dissociados entre si e com sistematizações científicas relativamente primitivas.

Otlet (1937) elabora o objeto da Documentação no estudo das operações documentárias, o que abarca desde a produção do documento até a sua apropriação pelo usuário. No Tratado de Documentação, Otlet (2018, grifos nossos) discute o que poderíamos identificar como uma abordagem arquivística, bibliográfica e museológica da atividade documentária. Quanto aos órgãos da documentação (ou órgãos documentários, como consta na tradução adotada), na **abordagem arquivística**, são mencionados os arquivos históricos e a documentação administrativa, na **abordagem bibliográfica**, são mencionados os centros

[7] Trecho original: "printed or manuscript literary works, books, brochures, journal articles, news reports, published or manuscript archives, maps, plans, charts, schemas, ideograms, diagrams, original or reproductions of drawings, and photographs of real objects".

e serviços de bibliografia e documentação e as bibliotecas e coleções de livros, e na **abordagem museológica**, os museus.

Desse modo, vale destacar a amplitude do objeto da Documentação em relação ao modo como ela ficou reconhecida posteriormente a partir do trabalho em contextos industriais e científicos.

Quando a Documentação otletiana foi disseminada pelo mundo em meados do século XX, os pesquisadores e profissionais de cada região se apropriaram da disciplina a partir das características específicas da produção já estabelecida em seus respectivos contextos. Nesse sentido, a produção científica do campo desse período é marcada por publicações, cujo objetivo era explicar as distinções entre a Documentação e a Biblioteconomia, como podemos observar em Lasso de la Vega (1954) e Shera e Egan (1961).

Nos Estados Unidos, Jesse Shera e Margaret Egan (1961) abordam as relações entre a Biblioteconomia e a Documentação, destacando os conflitos entre essas disciplinas e os conflitos internos na Biblioteconomia. No segundo caso, as disputas na Biblioteconomia acarretaram a divisão de seus estudos entre uma perspectiva generalista, desenvolvida no trabalho em bibliotecas públicas e escolares, e uma perspectiva especializada em torno do trabalho bibliotecário realizado nos contextos científico e industrial.

Na Espanha, o início do desenvolvimento da Documentação ocorreu na década de 1950 (Blázquez Ochando, 2012). Segundo Ernest Abadal Falguera (1991), as publicações do período vinculavam a origem da Documentação à Otlet e La Fontaine, apontando sua continuidade pela associação de documentalistas, a *Federation Internationale de Documentation* (FID). Contudo, a Documentação era apresentada mesclada à Biblioteconomia, a qual era concebida como área voltada à promoção da leitura pública. Desta forma, o conceito de Documentação não foi elaborado no tocante à sua especificidade.

O cenário de indefinição da Documentação na Espanha e a ausência de sua distinção em relação à Biblioteconomia começou a ser modificado a partir dos trabalhos de Javier Lasso de la Vega, em especial com a publicação do *Manual de Documentación*. Segundo Abadal Falguera (1991), o manual foi publicado inicialmente em 1947, sob o título *Cómo se hace una tesis doctoral, o manual de técnica de la documentación científica y bibliográfica*, depois como *Manual de Documentación*, em 1969, e em 1977 foi retomado o título original, sendo assim publicado como *Cómo se hace una tesis doctoral: técnicas, normas y sistemas para la práctica de la investigación científica y técnica y la formación continuada*.

Como Abadal Falguera (1991) comenta, a explicação da Documentação em Lasso de La Vega não consta nas primeiras publicações do *Manual de Documentación*, mas em seu texto de 1954, intitulado *Bibliotecario y documentalista. Una fricción y un problema*, o autor

realiza pela primeira vez uma reflexão teórica sobre a noção de Documentação, bem como discorre sobre a relação entre esta disciplina e a Biblioteconomia.

Lasso de la Vega (1954) apresenta a distinção entre bibliotecários e documentalistas da seguinte forma: os bibliotecários têm o objetivo de organizar bibliotecas, catalogando e classificando os acervos para disponibilizá-los ao público; os documentalistas têm o propósito de estabelecer serviços para o público, como a seleção e ordenação de coleções e a produção de resumos especializados. Essa distinção se reflete na concepção do autor para a formação dos profissionais: no caso dos bibliotecários, a formação deveria envolver conteúdos generalistas com especialização sobre a catalogação e a classificação; quanto aos documentalistas, eles deveriam ser profissionais especializados em uma área ou subárea do saber, de forma a serem capazes de produzir os serviços especializados necessários para ela. Essa formação também incluiria os conhecimentos relativos à reprodução, difusão e elaboração de serviços para todos os tipos de documentos, além do domínio dos procedimentos de classificação e catalogação.

Enquanto eram estabelecidas as relações entre Biblioteconomia e Documentação entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, alguns grupos em parte da Europa e nos Estados Unidos iniciavam estudos sobre um novo campo cujo objeto era elaborado em torno do termo informação em detrimento do interesse no documento.

Entre as décadas de 1960 e 1970, na antiga União Soviética, um grupo de estudos foi elaborado pelos cientistas A. A. Khorkevich, F. Dreifus e J. G. Dorfmann sob a denominação *Informatika*. Segundo Vicentini (1970a, 1970b), a *Informatika* era produto das relações entre as ciências que estudam a informação em todos os seus aspectos teóricos e aplicados, incluindo assim a Bibliografia, a Biblioteconomia, a Documentação, e outras: “O objetivo da *Informatika* é a [*sic*] de desenvolver métodos e meios eficientes de registro, processamento analítico sintético, armazenamento, recuperação e disseminação da **informação científica**” (Mikhailov, 1967, p. 241 *apud* Santos Júnior, 2011, p. 56), ou seja, não se trata de qualquer tipo de informação.

Também em meados do século XX, em outra perspectiva, mas próxima às concepções da Informatika e seu interesse na informação como objeto, eram desenvolvidos estudos sob a denominação Ciência da Informação (*Information Science*, em inglês) nos Estados Unidos.

O termo *Information Science* foi utilizado pela primeira vez na Inglaterra, na denominação do *Institute of Information Scientists,* fundado em 1958. Por outro lado, a origem do termo é comumente associada aos dois encontros intitulados *Conferences on training science information specialists*, realizados em 1961 e 1962, nos Estados Unidos (Dias, 2000).

Hubert Fondin (2005) descreve o crescimento da informação científica e técnica, associado à diversificação da pesquisa científica, nos anos pós-guerras mundiais, a partir de meados da década de 1940: “[Os Estados Unidos] dão um formidável impulso a todo o setor de tratamento documentário americano. Assim são estabelecidas as bases do que se chamaria mais tarde de ‘tecnologia da informação’” (Fondin, 2005, p. 4, tradução nossa[8]).

Na década de 1970, os países europeus também intensificaram seu interesse pela informação científica e técnica. Segundo Silva (1997), o início da preocupação dos países europeus pela informação científica e técnica e a necessidade de superar a dependência dos Estados Unidos no tocante à produção dessa informação, se deu a partir de 1973, por meio de uma resolução do conselho de ministros da União Europeia. Nesse contexto, continua a autora, houve a criação e disseminação de bases de dados e centros distribuidores de bases de dados semelhantes ao *Dialog* e *Orbit*, produzidos nos Estados Unidos.

Fondin (2005) explica que profissionais de diferentes disciplinas, como da Informática, Linguística, Matemática e outros, começaram a se envolver com os estudos sobre os documentos, as formas de analisar seus conteúdos e os modos de automatizar essa análise. Esse conjunto de profissionais, em sua maior parte decorrente das ciências duras ou aplicadas, chega à Documentação deixando uma grande marca de seu mundo de origem.

Fondin (2005, grifos nossos) descreve ter ocorrido nos Estados Unidos uma oposição entre os conceitos de documento e informação: o documento remeteria ao suporte, enquanto a informação seria relativa ao conteúdo. Por consequência, termos como ‘documentação’ e ‘biblioteconomia’, que remetiam ao trabalho sobre os documentos (portanto, entendidos como relativos a operações sobre os suportes), não eram compatíveis com a realidade de um campo em que os profissionais e pesquisadores tinham como foco a informação.

Nos Estados Unidos, a Documentação compartilhou espaço com a Biblioteconomia especializada, quando a primeira foi trazida da Europa na década de 1930. Posteriormente, a Documentação passou a ser representada pela *Information Retrieval* ou *Information Storage and Retrieval*, área voltada aos estudos e atividades de armazenamento e recuperação da informação por meio de computadores. Essa área foi uma das bases para a constituição posterior da Ciência da Informação (Salvador Oliván; Arquero Avilés, 2006).

A *Information Retrieval* tem origem numa epistemologia fisicista, em que a transmissão de sinais era entendida como processo no qual a emissão de uma mensagem/sinal poderia

[8] Trecho original: "[...] donnent une impulsion formidable à tout le secteur du traitement documentaire américain. Sont ainsi établies les bases de ce que l'on appellera un peu plus tard la "technologie de l'information"."

ser reconhecida univocamente pelo receptor em condições ideais, dentre as quais está a ausência de ruídos que perturbem essa transmissão (Capurro, 2003).

Na década de 1960, a Ciência da Informação ganha maior espaço nos Estados Unidos, acomodando os estudos elaborados até então sob a denominação *Information Retrieval*.

Enquanto a *Information Retrieval* foi reconhecida na Ciência da Informação quanto aos avanços que apresentava para o tratamento automatizado da informação, a Documentação não foi tão apropriada na nova área (Ortega, 2004).

A disseminação do discurso a respeito da insuficiência da Documentação para responder às novas demandas da sociedade trouxe o pressuposto de sua inadequação ou desatualização diante do avanço das tecnologias de informação e comunicação e da amplificação de demandas específicas de informação. Esse discurso foi elaborado mais fortemente nos Estados Unidos, mas logo se expandiu para outros lugares do mundo.

Entre o final do século XX e o início do século XXI, desenvolveu-se uma linha de pensamento identificada no campo pela denominação Neodocumentação. Ela é norteada principalmente pelas reflexões de pesquisadores como Niels Lund, Michael Buckland, Ronald Day e Bernd Frohmann. A estes autores é atribuído o papel de divulgar a produção europeia da Documentação, segundo a obra de Paul Otlet e Suzanne Briet no idioma inglês.

Contudo, a produção neodocumental retoma principalmente o conceito de documento para remeter à importância da institucionalidade da informação mediante sua materialidade, mencionando Otlet e Briet, sem explorar a continuidade dos estudos destes pesquisadores por Jean Meyriat, e outros pesquisadores franceses, espanhóis e da américa latina, que desenvolveram o conceito de documento no campo, bem como refletiram acerca da mediação documentária. Desse modo, a neodocumentação se caracteriza por apresentar [...]:

> uma fratura histórica que responde pela ausência, não só do presente, mas também do passado: Otlet aparece como fundamental para a reflexão, mas seus conceitos servem aqui apenas para uma nova expressão de construção crítica, ou seja, não há um debate historiográfico que procura uma crítica teórica do passado, mas uma tentativa de resolver as noções do presente sob alguns aportes remotos (como a querela documento *versus* informação) (Ortega; Saldanha, 2017, f. 17).

Desse modo, consideramos que a Neodocumentação apresenta antes o objetivo de apoiar o estudo da informação na Ciência da Informação que propriamente contribuir na constituição dos estudos documentários.

Fondin (2005) desenvolve algumas reflexões acerca da Ciência da Informação, relativas às dificuldades do autor em compreender o que estava sendo proposto como ciência e qual o seu objeto de estudo.

Fondin (2005) identifica três problemas principais a respeito da Ciência da Informação, como seguem:

- Os sistemas documentários podem ser distinguidos entre primários e secundários. Os sistemas primários atuam na produção e difusão do documento, relacionados principalmente com os autores. Os sistemas secundários atuam na conservação e na promoção dos documentos para os leitores ou usuários em potencial. Dada essa distinção, a Ciência da Informação não pode pretender ter como objeto de estudo tanto os fenômenos primários quanto os fenômenos secundários.

- O segundo problema é relativo ao que se considera como objeto da Ciência da Informação, a informação. A informação é compreendida classicamente como o conteúdo de uma mensagem. Várias ciências integram a palavra informação em seus vocabulários. Desta forma, sendo a informação um objeto de várias ciências, ela não pode pertencer exclusivamente a nenhuma delas: "Portanto, qual especificidade a Ciência da Informação pode reivindicar em torno do objeto informação? Pode ela pretender estudar todo o conteúdo de todas as mensagens, independentemente das entidades envolvidas?" (Fondin, 2005, p. 11, tradução nossa[9]).

- O terceiro problema também está associado ao objeto da Ciência da Informação. Fondin (2005) aponta a ambiguidade e indefinição geradas sobre a Ciência da Informação quando o interesse dos pesquisadores mudou do estudo da informação técnica e científica, considerando as técnicas de tratamento, armazenamento, busca e difusão de documentos e de seus conteúdos, segundo a perspectiva documentária (a de fornecer informação a...), para uma abordagem mais global acerca da informação.

Apesar das indefinições em torno do tipo de sistema de informação estudado na Ciência da Informação e da abordagem específica elaborada sobre o objeto informação, Fondin (2005, grifos nossos) distingue três grupos de pesquisas que passaram a ser desenvolvidos a partir daquela denominação, que são: o **primeiro grupo** reivindica como objeto da Ciência da Informação a informação intencional; no **segundo grupo**, o objeto é elaborado em torno da automatização do tratamento da informação, especialmente da informação científica e técnica; no **terceiro grupo**, os estudos são voltados à análise dos usuários e das questões que envolvem suas necessidades de informação e seus modos de utilizar a informação. Os estudos desenvolvidos nesses três grupos de pesquisa são explicitados nos parágrafos seguintes.

---

[9] Trecho original: "Dès lors quelle spécificité scientifique la SI peut-elle revendiquer autour de l'objet « information » ? Peut-elle prétendre étudier tous les contenus de tous les messages quelles que soient les entités concernées ?"

No **primeiro grupo**, que Fondin (2005, grifo nosso) caracteriza como uma produção clássica em Ciência da Informação, a informação estudada é aquela com intenção de ser comunicada, a informação intencional (*information intentionnele*, no original), que seria em outras palavras o conhecimento comunicado. Se for este o objeto da Ciência da Informação, Fondin (2005, p. 12) entende que esta denominação para o campo poderia ser considerada enganosa, tendo em vista que há uma concepção restrita e específica da informação estudada, não se tratando de toda e qualquer abordagem sobre a informação.

No **segundo grupo** de pesquisas, caracterizado por Fondin (2005) como pesquisas com um viés histórico, destacando-se pesquisadores anglo-saxônicos como Gérard Salton e Tefko Saracevic, a informação de interesse da Ciência da Informação é a científica e técnica. Nesse âmbito, segundo o autor, a Ciência da Informação é considerada uma abordagem moderna da Documentação, voltada ao desenvolvimento das técnicas de tratamento automático da informação científica e técnica, para assegurar a recuperação da informação pelo usuário.

Segundo Fondin (2005), a problemática da ênfase às tecnologias para tratamento da informação, com vista à busca pela eficiência dos sistemas de recuperação da informação, é o usuário ter se tornado um elemento secundário nos estudos do campo: “Globalmente, tem-se a impressão de que, pelo próprio fato de sua singularidade, o homem, o leitor, o usuário, é quase um incômodo” (Fondin, 2005, p. 17, tradução nossa[10]).

Fondin (2005) aborda o **terceiro grupo** de pesquisas, elaborado mais recentemente (a partir da década de 1990), com estudos orientados ao usuário (*orientée-usager*, no original), contrapondo assim o segundo grupo. Os estudos do terceiro grupo são voltados antes aos processos de pesquisa e exploração da informação intencional pelo usuário, e menos às técnicas e ferramentas de tratamento. Sendo assim, o objeto desta Ciência da Informação é elaborado em torno do usuário e de como ele utiliza ou não utiliza a informação.

Entendemos o terceiro grupo ou fase dos estudos em Ciência da Informação, qualificados por Fondin (2005) como estudos orientados ao usuário, como os estudos discutidos atualmente como uma abordagem ou paradigma social ou cultural do campo.

Capurro (2003) caracteriza a abordagem social segundo a ênfase aos problemas das relações entre sociedade e informação, os quais não eram devidamente discutidos nas fases ou abordagens anteriores. Segundo Birger Hjørland (2002), a abordagem social muda o enfoque da Ciência da Informação de indivíduos e computadores para o mundo social, cultural e científico.

---

[10] Trecho original: "Globalement, on a l'impression que, du fait même de sa singularité, l'homme, le lecteur, l'usager, est presque un gêneur”.

Os estudos desenvolvidos da terceira fase são marcados pelo foco no sujeito e em seus processos de significação, mas tornaram secundárias as relações entre os sujeitos e os sistemas documentários. Nesse sentido, os estudos desta fase não são realizados com o objetivo de contribuírem para a efetividade comunicacional dos sistemas documentários. Portanto, cabe questionar a especificidade desses estudos a respeito do comportamento dos sujeitos se realizados no âmbito da Ciência da Informação ou se realizados a partir de disciplinas das Ciências Sociais, como a Sociologia e a Antropologia.

Como exemplo do afastamento entre o estudo dos sujeitos e o estudo dos sistemas documentários a partir da abordagem social do campo, atualmente, temos o eixo de pesquisas apresentado pelo termo práticas informacionais.

Savolainen (2007) explica que os estudos das práticas informacionais foram elaborados com a finalidade de suprir a lacuna dos estudos de comportamento informacional, relativa às relações entre os usuários e suas necessidades de informação e os seus contextos sociais. Para tanto, a produção sobre as práticas informacionais é desenvolvida a partir de fundamentos advindos dos estudos antropológicos, sociológicos e da etnometodologia. Sendo assim, no eixo de pesquisa das práticas informacionais não está em foco o contexto documentário, ou não apenas eles, mas os diferentes contextos de vida das pessoas e como eles influenciam seus processos de busca e uso da informação necessários às suas distintas atividades cotidianas.

Mesmo com os problemas elencados a partir de Fondin (2005), a Ciência da Informação foi amplamente disseminada pelo mundo desde meados do século XX até as décadas iniciais do século XXI. Gradualmente, os estudos da informação ou do uso da informação foram priorizados em detrimento dos estudos documentários. Isso acarretou apagamentos sobre os estudos documentários, no tocante aos seus percursos histórico, teórico e disciplinar, acomodando-os como um tema de menor importância no âmbito da Ciência da Informação.

2.2 OS ESTUDOS DOCUMENTÁRIOS SEGUNDO A VERTENTE BRASILEIRA

No Brasil, o estudo da mediação documentária começou a ser desenvolvido de modo mais sistemático e institucionalizado no início do século XX. Como abordaremos nos parágrafos que seguem, a partir do século XX, iniciam-se os cursos de formação de bibliotecários, inferindo que isso acarretou a reflexão a respeito da produção do campo para delimitação do conteúdo proposto no ensino. Antes do século XX, a mediação documentária, mais especificamente a de abordagem bibliográfica-biblioteconômica, era desenvolvida

apenas nas práticas profissionais de gestão de bibliotecas e de produção de bibliografias, sem envolver necessariamente uma produção científica a respeito do tema.

Portanto, em síntese ao percurso da mediação documentária, ela esteve fortemente atrelada ao âmbito bibliográfico-biblioteconômico, segundo as práticas de gestão de bibliotecas, de produção de bibliografias, e posteriormente em cursos de formação de bibliotecários e em eventos acadêmicos e profissionais.

Antes do século XX, a mediação documentária era restrita às práticas realizadas nas instituições documentárias, de modo que o tema não era elaborado e/ou apresentado de forma sistematizada, que permitisse submetê-lo à revisão e crítica. Nesse sentido, no início do século XVI, o país vivenciou a criação dos primeiros arquivos vinculados à administração pública e das primeiras bibliotecas atreladas aos conventos. Já os primeiros museus foram criados no século XVII. A seu turno, a produção de bibliografias se deu no país a partir do final do século XIX, associada às ações da Biblioteca Nacional.

Quanto às práticas bibliotecárias, segundo Santos (2010), a história das bibliotecas no Brasil até o início do século XIX pode ser compreendida em três fases: a primeira fase é iniciada com as bibliotecas dos conventos e as bibliotecas particulares, entre os séculos XVI e XVIII; a segunda fase é iniciada com a fundação da Biblioteca Nacional, em 1810; e a terceira fase se dá com a criação da primeira biblioteca verdadeiramente pública do país, na Bahia, em 1811.

O início da Biblioteconomia brasileira é marcado pela influência das práticas europeias introduzidas pelos portugueses. Fonseca (1957) menciona que os primeiros tratados e manuais de Biblioteconomia lidos no país foram produzidos por autores europeus, como Namur, Cim, Maire, Delisle, Cousin, Morel, Petzholdt, Graesel, Laborde, Constantin e Peignot. Segundo Fonseca (1957), muitos bibliotecários viajavam à Europa para estudar com os profissionais desse continente e, posteriormente, retornar ao Brasil para desenvolver bibliotecas no país.

Nas décadas iniciais do século XX, há extensa criação de bibliotecas no país, com apoio principalmente da Biblioteca Nacional e do Instituto Nacional do Livro. O Instituto Nacional do Livro realizou várias doações de livros para as bibliotecas do país, bem como promoveu a publicação de diferentes manuais para o trabalho bibliotecário (Fonseca, 1957).

Nesse mesmo período, a criação de cursos de formação em Biblioteconomia contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do campo no Brasil. O primeiro dos cursos para bibliotecários foi criado em 1911, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A base do curso era constituída de conteúdos abordados no curso de bibliotecários ofertado na *École des Chartes*, na França (Fonseca, 1957).

A existência de um curso pressupõe um corpo sistematizado de conteúdos acerca do campo, que o corpo docente deve avaliar. Desse modo, a criação do curso da Biblioteca Nacional pode ser considerada como determinante para profissionalizar as práticas documentárias de caráter bibliográfico, sistematizando seus conhecimentos fundamentais e, posteriormente, promovendo a criação de outros cursos no país.

Concomitantemente ao desenvolvimento da Biblioteconomia, a Bibliografia era abordada no país principalmente a partir de seu produto, a bibliografia, e seus usos no trabalho bibliotecário (Fonseca, 1957). Esta abordagem foi iniciada com os trabalhos na Biblioteca Nacional, repercutindo na elaboração de uma disciplina acerca da Bibliografia no curso de bibliotecários dessa instituição. Os demais cursos de formação de bibliotecários do país também incorporaram esse conteúdo em seus programas, ainda que não considerando integralmente a disciplina e a prática bibliográfica.

Fonseca (1957) menciona como os primeiros produtos bibliográficos do país o primeiro catálogo brasileiro elaborado pela Biblioteca Nacional em 1818 e as primeiras bibliografias produzidas por Ramiz Galvão e Valle Cabral, ambos publicados nos Anais da Biblioteca Nacional a partir de 1877.

Giulia Crippa (2019, grifos nossos) menciona a publicação do 'Boletim das mais importantes aquisições feitas pela Biblioteca Nacional', iniciada em 1886. Essa publicação foi organizada por João Saldanha da Gama (1835-1889), e era vinculada à política de depósito legal, instituída no país em 1847.

Quanto à Bibliografia na atualidade, destacamos o Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, realizado anualmente desde 2014. O evento pode ser considerado um dos primeiros esforços no país de resgate do estudo bibliográfico, na perspectiva do desenvolvimento epistemológico e histórico da Bibliografia e não apenas do seu produto (Araújo; Crippa; Saldanha, 2015).

Desse modo, o Seminário A Arte da Bibliografia foi proposto com a finalidade de promover um estudo mais aprofundado a respeito da Bibliografia, estabelecendo uma reflexão extensa e articulada, conjugando investigações teóricas e históricas com experiências profissionais. A princípio, o evento era voltado ao contexto geográfico e cultural do Brasil, para depois interagir com a comunidade internacional (Araújo; Crippa; Sabba; Saldanha, 2021).

Os estudos documentários no Brasil no início do século XX também são marcados pela apropriação da Documentação europeia, em grande medida em razão do trabalho de Manoel Cícero Peregrino da Silva durante sua gestão na Biblioteca Nacional iniciada em 13 de julho de 1900.

Segundo Carlos Henrique Juvêncio (2014), Manoel Cícero colocou a Biblioteca Nacional em contato com o restante do Brasil e com o mundo. Nesse sentido, Juvêncio e Rodrigues (2015) mencionam o Serviço de Bibliografia e Documentação, criado em 1911, como resultado de conversas e negociações iniciadas em 1907, quando Manoel Cícero visitou o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), em Bruxelas. O Serviço de Bibliografia e Documentação foi elaborado sob as mesmas premissas do IIB, como consta no regulamento da Biblioteca Nacional aprovado em 1911 (Juvêncio; Rodrigues, 2015).

O Serviço de Bibliografia e Documentação foi um projeto de organização das fichas catalográficas de todo o país por meio da Classificação Decimal Universal, produzindo o repertório bibliográfico brasileiro, que estaria atrelado ao repertório bibliográfico internacional, em desenvolvimento na Europa. Contudo, o projeto foi descontinuado pelos sucessores de Manoel Cícero (Fonseca, 1973).

Uma segunda frente de promoção da Documentação no país foi construída a partir do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD). Na primeira edição do CBBD, realizada em 1954, o evento foi denominado Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, mas a partir da segunda edição, realizada em 1959, o termo Documentação foi incorporado em sua denominação: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

Em trabalho apresentado na segunda edição, Abner Lellis Corrêa Vicentini[11] (1959), presidente da Associação Paulista de Bibliotecários entre 1958 e 1961, abordou as contribuições da Documentação para a Biblioteconomia no tocante às técnicas necessárias para lidar com o aumento da produção bibliográfica e a diversidade de tipos de documentos produzidos no século XX — livros, artigos científicos, comunicações, informes, peças de laboratório, filmes, e outros —, e à elaboração de serviços especializados de acesso à informação.

Também na década de 1950, o pensamento de Paul Otlet foi disseminado a partir de publicações na Revista do Serviço Público (RSP), como reflete o estudo realizado por Silva, Lima e Silveira (2023). Os autores realizaram uma revisão bibliográfica dos textos publicados na revista entre o período de 1951 a 1980, a partir do que, afirmam o reconhecimento da historicidade da Documentação e, em muitos deles, do papel da Bibliografia na constituição do campo.

Na década de 1970, os estudos documentários brasileiros passam por dois movimentos concomitantes: de um lado, eles são confrontados com os estudos sob o termo

[11] Cunha (2014) descreve em seu texto as distintas contribuições de Vicentini para a Biblioteconomia brasileira, destacando o fato de ele ser um dos pioneiros da área no Brasil, mas haver quase nenhuma produção a seu respeito. O autor elenca outros pesquisadores e pesquisadoras também pioneiros na área, reclamando a necessidade de mais trabalhos a respeito desses sujeitos.

informação, elaborados a partir da *Information Science* da vertente estadunidense; e, de outro lado, há a apropriação da Documentação pelo Grupo Temma, grupo de pesquisa iniciado na Universidade de São Paulo (USP), com ênfase aos estudos da linguagem aplicada à análise documentária, por isso, também desenvolvendo discussões a partir do termo linguagem documentária.

A Análise Documentária tem origem nos trabalhos de Maurice Coyaud e de Jean-Claude Gardin, elaborados a partir de meados do século XX. Gardin *et al*. (1981, p. 29, tradução nossa[12] *apud* Smit; Guimarães, 2017, p. 38) definem a Análise Documentária como um conjunto de procedimentos que são conduzidos com o objetivo de expressar o conteúdo de documentos científicos sob formatos que facilitem a recuperação da informação". Além de Coyaud e Gardin, Vogel (2008) também menciona como responsáveis pelo desenvolvimento da Análise Documentária e da noção de Linguagem Documentária, o francês Jacques Chaumier, o espanhol Antonio García Gutiérrez e o inglês William John Hutchins.

O Grupo Temma foi criado em 1986 a partir dos estudos e da atuação de Johanna Smit. Em consulta ao Currículo Lattes de Smit, há registro de trabalhos de sua autoria publicados na década de 1970, relativos à análise de textos com fins documentários (Smit, 1974, 1978). Nesse período, Smit desenvolveu seu mestrado e seu doutorado na França, respectivamente sob orientação de Jean Meyriat e de Jean-Claude Gardin, sobre o tema da análise documentária.

Em livro elaborado em conjunto com outras pesquisadoras do Grupo Temma, denominado 'Análise Documentária: a análise da síntese', Smit (1987) contextualiza a década de 1970 como um momento em que os estudos do campo começaram a ser orientados à intersecção entre a documentação e a linguística. Contudo, nessa época, a autora afirma que essa discussão não estava presente no currículo habitual de Biblioteconomia do Brasil. Sendo assim, quando o grupo foi criado, passou-se a buscar por fundamentos dos estudos linguísticos que contribuiriam para pensar as preocupações dos documentalistas. Segundo Smit (1987), o grupo trilhou inicialmente um caminho de buscas infrutíferas, mas, aos poucos, conseguiu chegar a um questionamento razoavelmente controlado a respeito do tema.

Inicialmente, o Grupo Temma era constituído por pessoas formadas na Escola de Comunicações e Artes (ECA) ou em processo de formação na pós-graduação da mesma Escola, mas, posteriormente, passaram a fazer parte pessoas vinculadas à Universidade Estadual Paulista (UNESP), do *campus* Marília (Smit, 2012a; Antonio, 2012).

---

[12] Trecho original: "Set of procedures that are conducted with the objective of expressing the content of scientific documents under formats meant to make it easier to retrieve information".

Segundo Lara (2011), o Grupo Temma se apropriou dos estudos de Gardin, promovendo sua expansão, pois eles eram restritos às análises de textos técnico-científicos. O objetivo era generalizar as propostas teórico-metodológicas de Gardin, para incluir a análise de outros textos, como o imagético e os dados estatísticos.

A partir de comunicação pessoal com Marilda Lara, Mendes (2021) informa que mesmo com os membros do Grupo Temma mantendo um interesse comum na Análise Documentária, eles seguiram caminhos de pesquisa que não apresentavam a coesão considerada necessária para a continuidade do grupo. Esse fator levou ao encerramento das atividades do grupo em outubro de 2016.

Mendes (2021, p. 6, tradução nossa[13]) atribui à pesquisa realizada na USP a aplicação da Documentação francesa no Brasil, ao afirmar que os estudos do Grupo Temma levaram à criação de "[...] uma vertente brasileira específica na Biblioteconomia e Ciência da Informação que tem um forte componente de Documentação".

Sendo assim, mesmo após o encerramento do grupo, os estudos linguísticos aplicados à Documentação continuaram a ser desenvolvidos no âmbito da Ciência da Informação. No contexto global, a Análise Documentária foi incorporada à Linguística Documentária, sendo este movimento epistêmico também apropriado e desenvolvido nos estudos brasileiros.

O termo Linguística Documentária foi proposto por García Gutiérrez (1998), que caracterizava os problemas de obtenção de informação como problemas de linguagem, exigindo assim o estudo de disciplinas tradicionalmente voltadas ao estudo da linguagem. Desta forma, a Análise Documentária/Linguística Documentária é desenvolvida pela apropriação de conceitos e metodologias propostos a partir da Linguística, Análise de Discurso, Linguística Textual, Terminologia, Lógica, Semiótica e Semântica (Kobashi, 2008; Lara, 2009).

O objeto da Linguística Documentária envolve a ordenação dos procedimentos para a captação das mensagens via leitura, das transformações resultantes desta atividade e da organização e estruturação de dispositivos de representação, com a finalidade de tornar a obtenção de conhecimento eficaz e satisfatória para o usuário (García Gutiérrez, 1998).

Tálamo e Lara (2006, p. 204) atribuem ao domínio da Linguística Documentária o "estudo das estruturas simbólicas da documentação e das questões lingüísticas [*sic*] advindas da mediação necessária entre os produtores e os consumidores de informação".

Concomitantemente aos estudos linguísticos aplicados à Documentação no Brasil, a denominação Ciência da Informação passou a ser amplamente promovida no país na década

[13] Trecho original: "[…] it built on it, creating a specific Brazilian strand in Library and Information Science that has a strong Documentation component".

de 1970, em especial a partir das ações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), assim denominado em 1976, após sua criação em 1954 como Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) (Pinheiro; Loureiro, 1995).

O IBBD foi idealizado pela bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy, responsável por presidi-lo após sua criação, entre 1954 e 1965. Sambaquy possuía um histórico de participação no campo, em especial com a sua atuação na Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), onde criou o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), em 1942 (Oddone, 2006).

Durante sua atuação no Serviço de Intercâmbio de Catalogação, Lydia de Queiroz Sambaquy desenvolveu algumas concepções a respeito da Biblioteconomia e do trabalho bibliotecário, destacando a importância da cooperação entre as bibliotecas (Oddone, 2006). Segundo Oddone (2006), essas formulações orientaram Sambaquy na criação do IBBD.

Segundo Gomes (1974), uma das principais preocupações do IBBD era a formação dos bibliotecários, o que motivou a criação do Curso de Pesquisas Bibliográficas, posteriormente denominado Curso de Documentação Científica (CDC). O objetivo do Curso era formar pessoal para a elaboração de serviços especializados, sem restringir o corpo discente do curso à classe bibliotecária. Segundo a autora, o panorama da produção de serviços especializados era a urgência da automação de um lado, mas aos bibliotecários e documentalistas faltava o conhecimento necessário para dialogar com os homens do computador. De outro lado, a estes profissionais carecia o conhecimento de biblioteconomia e/ou documentação para a elaboração de eficientes desenhos de sistemas. Portanto, o curso de documentação científica, e o mestrado elaborado no IBBD a partir dele, apresentava o objetivo de promover a formação de ambos os grupos profissionais.

Sendo assim, em seu artigo, Gomes (1974) aponta a busca na redefinição do Curso de Documentação Científica (CDC) quanto à sua natureza, perguntando se ele seria um curso de extensão, aperfeiçoamento, especialização ou reciclagem, tendo em vista que não se tratava de um curso apenas para bibliotecários ou de graduação para formar estes profissionais, ao mesmo tempo em que não se buscava excluir os conteúdos de Biblioteconomia.

As questões que envolveram a criação do Curso de Documentação Científica (CDC) também perpassaram a concepção do mestrado em Ciência da Informação ofertado no IBBD, iniciado em 1970. Esse foi o primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação do país, cuja responsabilidade pela criação é creditada à Hagar Espanha Gomes e Celia Zaher (Pinheiro, 2020). Além do curso de mestrado, o Instituto protagonizou a criação do primeiro

periódico da área denominado Ciência da Informação, publicado a partir de 1972 (Pinheiro; Loureiro, 1995).

Segundo Antônio Agenor Briquet de Lemos (1986), uma das principais questões que motivaram a mudança na denominação do IBBD para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que alteraria o trabalho realizado na instituição a partir daquele momento, era o objetivo político de criar um órgão capaz de "[...] promover a efetivação de um sistema nacional de informação em ciência e tecnologia, integrado por sistemas setoriais de informação, abrangendo todas as formas de atividades de documentação e informação" (Lemos, 1986, p. 109-110).

O IBICT é amplamente identificado na literatura do campo como responsável por introduzir e disseminar estudos sob a denominação Ciência da Informação no país (Pinheiro; Loureiro, 1995; Barreto, 2009; Araújo, 2014). Ademais, a influência do IBICT na promoção da Ciência da Informação estadunidense decorreu de muitos professores serem formados neste Instituto (Freitas, 2001).

No âmbito da pós-graduação, os programas de Biblioteconomia foram gradualmente renomeados para Ciência da Informação, ou mesmo já criados com esta denominação. Deste modo, o estudo relacionado à Biblioteconomia em nível de pós-graduação foi acomodado, passando a ser realizado no âmbito dos cursos de mestrado e doutorado denominados Ciência da Informação. Na graduação, os cursos de Biblioteconomia foram mantidos com esta denominação, mas seus conteúdos foram modificados, reduzindo os conteúdos específicos de Biblioteconomia para agregar conteúdos de outras áreas.

Suzana Mueller (1985) descreve que, na década de 1970, os cursos de Biblioteconomia sofreram pressões para renovarem os seus currículos, até então constituídos por disciplinas específicas da área e disciplinas culturais, as últimas tidas muitas vezes como superficiais por sua abrangência enciclopédica. Como exemplo, Mueller (1985) menciona a recomendação elaborada pelos participantes do 69º CBBD, em 1971, dirigida à Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), para a inclusão de matérias no currículo mínimo como: Linguística, Fundamentos de Matemática, Estatística e Introdução aos Computadores.

A insatisfação de discentes e docentes nas décadas de 1970 e 1980 com os conteúdos específicos de Biblioteconomia provocou mudanças não apenas na agenda de pesquisa — considerando a produção científica e os espaços institucionais em que esta produção era elaborada —, mas também na grade curricular dos cursos — envolvendo não apenas a Biblioteconomia, mas também os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e em Ciência da Informação.

Mueller (1985) relata a insatisfação dos corpos discente e docente com os currículos de Biblioteconomia do período, em razão de sua inadequação frente os avanços tecnológicos da época, especialmente na área de comunicações, e as mudanças sociais e econômicas do país.

A mudança nos currículos de formação em Biblioteconomia pode ser exemplificada a partir do percurso do ensino de Biblioteconomia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Assunção e Fiuza (1974) descrevem a reformulação do currículo do curso de graduação em Biblioteconomia na década de 1970, relatando a redução da carga horária de disciplinas de catalogação, classificação, bibliografia, etc., pois entendia-se serem “disciplinas de caráter puramente técnico [...] e operacionais” (Assunção; Fiuza, 1974, p. 223-224). Nesse sentido, considerando aquelas disciplinas como relativas às atividades-meio dos sistemas de informação, o objetivo com a reformulação do currículo era enfatizar as disciplinas relativas às atividades-fim, embora estas disciplinas não sejam especificadas pelas autoras.

Na pós-graduação, o curso de mestrado em Administração de Bibliotecas foi criado na UFMG em 1976. De acordo com Ricardo Rodrigues Barbosa, Barbosa, Beatriz Valadares Cendón, Paulo da Terra Caldeira e Marcello Peixoto Bax (2000), professores dessa instituição, aquela denominação era equivocada, pois seria mais correto denominar o curso de Curso de Pós-graduação em Biblioteconomia. Jeannette Marguerite Kremer (2000), que também foi professora na Escola de Ciência da Informação, indica a denominação Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia (Administração de Bibliotecas) para tratar do referente curso. Desse modo, havia uma aparente oscilação entre as denominações.

Seja Pós-graduação em Biblioteconomia, seja Pós-graduação em Administração de Biblioteca, em 1991, o curso foi alterado para Pós-Graduação em Ciência da Informação, nível Mestrado. Segundo Barbosa, Cendón, Caldeira e Bax (2000), a mudança tinha o objetivo de expandir os estudos do programa das bibliotecas para o fenômeno informacional em suas diversas formas, agregando conteúdos relacionados às tecnologias e seus usos na concepção de sistemas de informação e às relações entre informação e sociedade/cultura.

Barbosa, Cendón, Caldeira e Bax (2000) comentam que a mudança de denominação do curso para mestrado em Ciência da Informação gerou um aumento na demanda pelo curso, diversificando o perfil dos candidatos, que já que não eram majoritariamente bibliotecários, mas profissionais de outras áreas, como administração, computação, história, economia e engenharia, entre outras.

Sendo assim, naquele contexto, havia uma concepção restrita da Biblioteconomia em termos de suas relações com os avanços tecnológicos, os espaços sociais/culturais de atuação e a abrangência do objeto de estudo dessa disciplina.

Tomando como base o caso do IBICT e da UFMG, é perceptível o movimento de reelaboração dos estudos realizados no Brasil no sentido de afastá-los do estudo da mediação documentária, para agregar estudos a respeito de temas distintos a partir do termo informação, ainda em definição.

A produção científica brasileira do campo aponta para a incorporação e disseminação dos termos informação e Ciência da Informação na terminologia brasileira a partir da década de 1970, como decorrência de um movimento ideológico e prescritivo, menos que científico.

Freitas (2001) afirma que o processo de institucionalização da Ciência da Informação no Brasil foi motivado pelas políticas de Estado. Segundo a autora, a introdução do termo Ciência da Informação decorreu de uma vontade de indicar atualidade, inovação tecnológica, desenvolvimento do país e de suas instituições, além de evidenciar alargamento do objeto de estudo e do trabalho do campo, incluindo em especial, o trabalho com a comunicação científica.

De forma similar, Regina Marteleto (2009) indica o desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil como um componente de um projeto maior relacionado a um “regime de informação ancorado no comando do Estado e num quadro de políticas desenvolvimentistas do pós-guerras, conduzidas junto aos países subdesenvolvidos com orientação da UNESCO” (Marteleto, 2009, p. 30).

Cabe salientar a posição hegemônica ocupada pelos Estados Unidos na produção científica global na década de 1950, no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). Marginson e Xu (2023) explicam que, após a Segunda Guerra Mundial, a ciência foi desenvolvida a partir de sistemas padronizados e financiados, decorrentes do duopólio euro-americano, dominado pelos Estados Unidos. Desse modo, as epistemologias, pressupostos e mecanismos eram eurocêntricos — referindo-se assim ao bloco europeu, incluindo a América do Norte — e dentro dele, principalmente, anglo-americanos (Marginson; Xu, 2023). Essa posição ocupada pelos Estados Unidos na produção científica gerou um movimento de colonização epistemológica no Brasil e em outros lugares do mundo, que no tocante ao campo, promoveu a disseminação da *Information Science* a partir da década de 1960.

Por um movimento político, ideológico e econômico posto, inferimos ter sido preterido por parte majoritária dos pesquisadores do campo o trabalho intelectual inicial de análise da justificativa para a adoção dos termos informação e Ciência da Informação. Um exercício nesse sentido poderia resultar na identificação ou não de razões teóricas e epistemológicas

— ou seja, segundo parâmetros científicos — para a incorporação desses termos na terminologia do campo no Brasil.

A apresentação do campo sob uma nova denominação — Ciência da Informação — e sob conteúdos distintos ao do âmbito documentário trouxe a ele uma clientela com desinteresse em conteúdos relativos à Biblioteconomia: “O que se tem notado é uma insatisfação dessa clientela nova com aquela parte desses programas que poderiam ser classificados de biblioteconomia, ou seja, qualquer coisa que diga respeito a bibliotecas, por mais elaborada ou teórica que seja” (Dias, 2000, p. 75).

Desse modo, não havia propriamente um entendimento a respeito da Ciência da Informação, mas uma compreensão por muitos de que ela era distinta da Biblioteconomia, bem como da Documentação e da Bibliografia.

Os problemas de conceituação da Ciência da Informação podem estar relacionados à dificuldade em conceituar o termo informação, o qual é amplamente adotado para designar o seu objeto.

A busca pela conceituação do termo informação se dá em grande medida pelo fato de o campo ser tratado como uma Ciência ‘da informação’, fazendo pressupor a validade de estudos distintos sob este termo. ‘Informação’ passou a ser usado amplamente, seja como designação do objeto central de estudo dessa ciência, seja como qualificador de grupos de pesquisa e eventos acadêmicos e profissionais, além de qualificador de termos caros e tidos como centrais no campo, como mediação, práticas, fluxos, gestão, acesso, uso, apropriação etc.

Smit (2002) relaciona o prejuízo da indefinição do conceito de informação na Ciência da Informação à indefinição da identidade desta área. A consequência disso é a dificuldade de avaliar a pesquisa produzida na Ciência da Informação: “[...] se trabalharmos com um conceito tão vago, tão indeterminado, fica difícil avaliar o produto de nossas pesquisas, seu valor, ou retomo social” (Smit, 2002, p. 27).

De forma complementar, Smit, Tálamo e Kobashi (2003, grifos das autoras) apontam que a incorporação do termo informação em expressões como ‘acesso à informação’ ou ‘transferência de informação’ tampouco redunda em avanço conceitual, de forma que o termo informação precisa ser antes mais bem delimitado.

Lucilene Messias e João Batista Moraes (2003, grifos nossos) identificam ser urgente a definição do conceito de informação no campo, apontando que isto não ocorre em razão de fatores como a multiplicidade de abordagens ao termo, o pouco tempo de existência do campo e de sua natureza interdisciplinar. Para os autores, estes fatores tornam o problema um “fato totalmente compreensível” (Messias; Moraes, 2003, f. 8).

A problemática da argumentação de Messias e Moraes (2003) é a de que, independentemente do período considerado como sendo o do surgimento da Ciência da Informação, esse tempo deveria ser suficiente para superar tamanha imprecisão conceitual. Atrelado a isso, o discurso a respeito da imaturidade científica da Ciência da Informação não é elaborado tendo em vista a busca por sua superação.

Ao mesmo tempo, no discurso científico que perpetua a ideia da existência da Ciência da Informação pela interdisciplinaridade, essa condição é apresentada como explicativa da natureza do campo. Deste modo, o conceito de informação continuará sem definição, já que o campo permanecerá sendo explicado por uma interdisciplinaridade inerente.

Por fim, a multiplicidade de abordagens sobre um termo não deveria ser obstáculo para sua elaboração. Ao mesmo tempo em que é da característica da linguagem a sua variação segundo contextos, é da característica de um campo científico a precisão conceitual de sua linguagem.

Dado o cenário de imprecisão terminológica, o termo informação se tornou um coringa, com significados adaptados segundo a identidade de cada pesquisador. Essa situação acentuou a dificuldade de constatação de algum tipo de identidade à Ciência da Informação e de explicação minimamente consensual acerca de seu objeto, o que tem contribuído para o surgimento de vários problemas teóricos que ainda acompanham o desenvolvimento do campo na vertente brasileira.

Em análise de estudos a respeito da produção científica da Ciência da Informação brasileira, os seguintes problemas são relatados:

- Fragilidade terminológica decorrente da ausência de um corpo conceitual próprio e de uma linguagem de especialidade consistente (Smit; Tálamo; Kobashi, 2003);

- Atribuição de uma multiplicidade de origens e de disciplinas constituintes, a depender de como são estabelecidas práticas, teorias e escolas (Abdalla; Kobashi, 2012; Souza, 2008);

- Desenvolvimento de abordagens metodológicas pouco explicativas, interpretativas e propositivas sobre o objeto do campo (Souza, 2008; Frota, 2007);

- Presença de abordagens estritamente contemplativas dos fenômenos informacionais que levam a extensas descrições de suas dinâmicas, constituindo “meras narrativas” daquilo que é observado (Souza, 2008, p. 17);

- Atribuição de marcadores para o campo que não o caracterizam de maneira suficiente para especificá-lo como ciência, como: ciência interdisciplinar, conduzindo a mais ocultamento que à explicação de sua cientificidade (Smit; Tálamo, 2007); ciência pós-moderna, na ausência de uma definição consensual e consistente para identificar sua existência ou condição em uma pós-modernidade (Siqueira, 2012b); e ciência social e humana,

classificação usada como justificativa para considerar que “tudo vale” em Ciência da Informação (Rendón Rojas, 2008, p. 7).

Em síntese ao percurso apresentado, a pesquisa realizada sob a denominação Ciência da Informação no Brasil pode ser categorizada segundo dois enfoques: o primeiro tem como objeto central a mediação documentária, e é fundamentado no percurso constitutivo do campo a partir da Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação, e da Arquivologia e Museologia; o segundo é elaborado em torno do termo informação, mesmo que na ausência de uma definição propriamente dita, condição que leva ao desenvolvimento de estudos a respeito de temas variados. Esse segundo enfoque remonta à *Information Science*, segundo sua origem nos Estados Unidos, em meados do século XX. Comumente, as explicações adotadas para esse segundo enfoque são amparadas em características ditas como inerentes à Ciência da Informação, como a natureza social, ou social aplicada, e a interdisciplinaridade. As pesquisas realizadas nos dois enfoques apresentam características próprias, mas, por vezes elas se entrelaçam, influenciando-se entre si.

Dado esse cenário, o estudo da mediação documentária no Brasil exige maiores esforços em torno de sua fundamentação teórica, observando seus percursos pelo mundo e seu desenvolvimento segundo as diferentes vertentes existentes. Isso perpassa estabelecer a centralidade da mediação documentária como objeto de estudo do campo e o fortalecimento político-institucional nos espaços compartilhados com os estudos em informação.

Se a teorização não é continuamente realizada, se torna mais trabalhosa a elaboração de respostas às necessidades de informação que surgem ao longo do tempo na sociedade, já que não há um quadro teórico de conhecimentos suficientemente amplo e consistente para subsidiar essa elaboração.

Trata-se assim de considerar efetivamente o acúmulo e valor social do conhecimento elaborado no campo ao longo de seu percurso. Com isto, as pesquisas e as práticas em sistemas documentários não ficam limitadas ao conhecimento elaborado e disseminado em um dado período, usualmente o mais recente, ignorando grande parte do corpo de conhecimentos elaborado em períodos anteriores.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS DA MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA

Dada a centralidade da mediação documentária como objeto dos estudos documentários, a seção 3 é voltada às suas raízes conceituais. Nesse sentido, destacamos em um primeiro momento a origem desse conceito a partir do debate francês em torno do termo *mediation documentaire*. Em um segundo momento, exploramos o desenvolvimento do conceito de mediação documentária a partir deste termo na vertente brasileira, considerando, hoje, tanto sua sinonímia quanto sua distinção em relação ao termo mediação da informação.

3.1 A ORIGEM DO TERMO MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA NA FRANÇA

A noção de mediação é amplamente utilizada em diferentes ciências para designar diferentes modos de realizar a mesma ação. Comumente, a mediação remete à ideia de um intermediário que atua em um determinado processo, indicando assim movimento iniciado por ele. Desse modo, a mediação envolve um sujeito que atua como mediador, o processo realizado por ele, e as partes (indivíduos ou instituições) que esse mediador visa estabelecer uma relação.

Gonzalo Serrano Martínez (1996) destaca o amplo uso do termo mediação no campo social, no tocante à resolução de conflitos, como de ordem trabalhista, familiar, jurídico, entre outros. O autor menciona a variação presente na produção do tema acerca das funções, atitudes e comportamentos tidos como adequados ao mediador. Segundo ele, muitos autores caracterizam o mediador como pessoa que deve ser imparcial e neutra, enquanto outros sustentam a necessidade da parcialidade para efetivamente solucionar um determinado conflito.

Segundo Gérard Régimbeau (2011), a mediação é um dos conceitos fundamentais das Ciências da Informação e da Comunicação (no original, *Sciences de l'Information et de la Communication* (SIC), constitui a linha de estudos do campo na França), mas também é globalmente utilizado em outros contextos, como o teológico, filosófico, sociojurídico, de ensino, entre outros. Nesse sentido, as ações humanas têm sido compreendidas como ações que envolvem dimensões de mediação, distinguindo-se quanto ao tipo de ação de mediação.

Para Régimbeau (2011), o termo mediação pede um complemento que o qualifique para especificar o tipo de ação em questão, como mediações internacionais, políticas, jurídicas, sociais, culturais, museais, pedagógicas, informacionais e documentárias.

O conceito de mediação documentária foi elaborado inicialmente na França a partir do termo *médiation documentaire*. Localizamos as primeiras menções ao termo *médiation documentaire* na produção francesa da década de 1990 (Alava, 1993, 1999; Alava; Étéve, 1999). Nesses estudos, a mediação documentária é abordada no tocante à formação de

estudantes para a busca documentária (*recherche documentaire*, no original), articulando para isso o ensino em sala de aula e as bibliotecas.

Mais recentemente, o conceito de mediação documentária passou a ser utilizado para identificar os processos documentários necessários à criação de dispositivos documentários com ênfase à promoção do acesso a documentos. Como menciona Béguin-Verbrugge (2002), a mediação documentária passou a ser caracterizada em certas produções da vertente francesa por não implicar a relação pessoal direta entre o profissional e o usuário. Nesse sentido, Fabre (2013) identifica a mediação documentária a partir dos processos de tratamento documentário, reforçando a ideia em artigo com Couzinet (Fabre; Couzinet, 2021), no qual as autoras associam a mediação documentária à produção dos documentos secundários, como as sínteses, dos catálogos e dos arranjos de coleções.

A mediação documentária também pode ser caracterizada como uma forma de mediação cultural, considerando este termo como o trabalho de promover o acesso a um objeto cultural (ou a certos saberes) por um público, com a finalidade de propiciar a apropriação do primeiro pelo segundo (Davallon, 2007). Nesse sentido, a mediação documentária é considerada uma forma de promoção da cultura, tendo em vista que ela envolve o estabelecimento dos meios para as pessoas acessarem e utilizarem os objetos culturais (Gardiès; Fabre, 2012).

No entanto, na produção francesa acerca da mediação, a mediação cultural e a mediação documentária são usualmente elaboradas como formas distintas de práticas. Sendo assim, a mediação documentária seria desenvolvida principalmente a partir de processos de organização da informação (ou tratamento documentário ou da informação, como também abordado nessa literatura), e de difusão, enquanto a mediação cultural envolveria o trabalho de sensibilização do público para a apropriação do conteúdo das obras. Além do enfoque na promoção da sensibilização do público, a mediação cultural é comumente apresentada em relação às ações realizadas sobre obras de arte em museus.

Fabre (2012) distingue alguns dos elementos que caracterizam a mediação documentária e a mediação cultural, dentre os quais mencionamos os seguintes: quanto aos atores envolvidos, a mediação documentária é elaborada pelo documentalista, enquanto a mediação cultural é realizada por historiadores da arte, de modo que o campo que estuda a mediação documentária é as Ciências da Informação e da Comunicação, e a mediação cultural é estudada na História da Arte; quanto aos elementos envolvidos mobilizados para cada uma das mediações, para a mediação documentária, a autora menciona o tratamento documentário, as linguagens documentárias e o acesso, e para a mediação cultural, destaca os processos de tradução, vulgarização e sensibilização.

Tendo em vista que a cultura se manifesta de formas distintas, para cada uma delas uma forma de mediação pode ser elaborada. Considerando a definição apresentada por Teixeira Coelho no Dicionário Crítico de Política Cultural para o verbete Mediação Cultural (Mediação Cultural, 1997, p. 247), este indica os processos realizados para aproximar indivíduos ou coletivos de obras de cultura e arte: “Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual [...] ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural”.

Em uma biblioteca, por exemplo, a seleção de objetos para constituir uma coleção pode ser considerada um modo de realizar a mediação cultural, pois seu objetivo é aproximar o público de uma produção delimitada de documentos. Contudo, a mediação documentária, e outros tipos de mediação, não explicam isoladamente a totalidade conceitual que representa a mediação cultural.

O dispositivo documentário, como produto pelo qual se realiza a mediação documentária, constitui uma interface elaborada para apoiar o usuário no acesso aos documentos ou às suas representações.

Para Agostinelli (2009), os dispositivos são concebidos como artefatos que amplificam a comunicação, organizando a interação humana e modificando os modos de produção, de gestão e de tratamento da informação.

Os dispositivos documentários se explicam por uma organização dos saberes traduzida em um arranjo intelectual e material, cujo objetivo é acompanhar o usuário no acesso à informação organizada. Isto exige constituir dispositivos documentários caracterizados como sistemas de comunicação adaptados aos usuários (Fabre, 2018; Liquète; Fabre; Gardiès, 2010).

Nesse sentido, Fabre e Veyrac (2008) abordam a mediação documentária como uma mediação de saberes em razão de o profissional da informação-documentação (*professionnel en information-documentation*, no original) ter por objetivo propiciar ao usuário os meios necessários para acessar os saberes elaborados coletivamente. De modo similar, Régimbeau (2007) aponta a posição chave ocupada pela mediação documentária na formação, circulação e apropriação dos saberes.

No dispositivo documentário, o mediador é o terceiro elemento responsável por conciliar dois elementos ou instâncias: os usuários e suas necessidades de informação, e os saberes representados na forma de documentos (Fabre; Gardiès, 2010).

Couzinet (2011) caracteriza a constituição dos dispositivos documentários como um conjunto de redes que relacionam quem produz informação, quem permite sua circulação,

quem intervêm para facilitar sua difusão e, por fim, quem é capaz de apropriar-se dela como conteúdo que permite a ação.

Couzinet (2011) distingue o dispositivo documentário em dois tipos: o primário e o secundário.

O dispositivo documentário primário compreende o trabalho realizado no âmbito da produção do documento, do objeto que é utilizado como fonte de informação, o que leva a autora a explicar a aproximação deste dispositivo com o dispositivo editorial. O autor, o projeto editorial, os comitês de indivíduos que tomam decisões no processo de editoração, os circuitos de impressão e de difusão, constituem o dispositivo editorial que dá origem ao dispositivo documentário primário (Couzinet, 2011, p. 122).

O dispositivo documentário secundário compreende o trabalho realizado sobre os conteúdos dos documentos, a informação, elaborados no dispositivo primário (Couzinet, 2011). A autora enfatiza a produção do dispositivo secundário decorrente do tratamento da informação (*traitement de l'information*, no original). O operador responsável pela elaboração do dispositivo secundário "fabrica os instrumentos que são chamados de secundários, porque eles fornecem ao usuário não a informação de que ele necessita, mas a informação necessária para acessar a anterior" (Meyriat, 1985 *apud* Couzinet, 2011, p. 122, tradução nossa[14]).

Fabre e Gardiès (2010) explicam o funcionamento dos dispositivos documentários pelas funções de enunciação e de apropriação. Na função de enunciação, valendo-se da terminologia de Meyriat (1981), as autoras explicam o dispositivo documentário como um dispositivo por intenção, pensado e organizado pelos profissionais da informação, apoiados em saberes e técnicas, observando um fim específico, qual seja, o de gerenciar, organizar, processar e disseminar informações. Na função de apropriação, o dispositivo documentário se torna um dispositivo por atribuição ao ser reconhecido pelo usuário como sendo significativo, logo, sendo passível de ser utilizado para subsidiar o usuário na satisfação de suas necessidades de informação.

Fabre (2018) também aborda que os documentos são por eles mesmos dispositivos. Os documentos possuem vínculos tanto com os outros elementos internos do dispositivo documentário quanto com os elementos externos a este. As instâncias externas imprimem marcas desde a produção do documento, relacionando-o com outros documentos da rede de saberes a que ele está vinculado. A seu turno, o dispositivo documentário está relacionado

[14] Trecho original: "[...] fabrique des instruments que l'on appelle secondaires parce qu'ils fournissent à l'utilisateur non pas l'information dont il a besoin, mais l'information nécessaire pour accéder à cette dernière"

com os dispositivos externos presentes na sociedade, em instâncias maiores e até globais (Fabre, 2018; Gardiès; Fabre, 2012).

Considerando os diferentes elementos internos do dispositivo documentário, a gestão deste implica a organização daqueles, como os espaços e os instrumentos de busca. Desse modo, a efetividade da mediação documentária exige organização dos elementos do espaço documentário para que ele tenha sentido para os sujeitos que nele interagem (Demeurisse; Fabre; Gardiès, 2009).

Régimbeau (2011) ressalta a amplitude procedimental da mediação documentária, destacando as seguintes etapas da cadeia documentária: 1) Coleta; 2) Tratamento; e 3) Difusão.

Além da abordagem procedimental da mediação documentária, Régimbeau (2011) orienta sua discussão aos objetos do campo, afirmando que, associada à atividade documentária, estão os objetivos visados a partir dela, e elementos como o usuário, as ideias, o contexto técnico, os conteúdos e a prática (social, econômica, política...).

Segundo Fabre (2013), os dispositivos elaborados a partir da mediação documentária podem simplificar o acesso ao conhecimento, porém, podem se tornar apenas mais uma das interfaces existentes entre o usuário e a informação.

Nesse sentido, as pessoas são diariamente confrontadas com interfaces cuja função é mediar o acesso a um dado conteúdo. Essas interfaces se tornaram ainda mais complexas e desarticuladas entre si com a disseminação da internet e o uso do espaço virtual como possibilidade de compartilhamento de informações.

Desse modo, Fabre (2013) explica que a interface documentária precisa ser constituída de forma qualificada pelo bibliotecário ou documentalista, para se tornar um sistema de comunicação adaptado ao usuário e com potencial de apoiá-lo em seu processo de busca por informação.

Por mais qualificadas que sejam as interfaces documentárias, elas não asseguram a efetividade da busca de informação pelo público. Outros fatores que afetam os processos de significação podem se sobrepor às interfaces, prejudicando ou potencializando a busca e o uso de documentos disponíveis no dispositivo documentário. Além disso, as próprias interfaces documentárias podem não ser elaboradas com referenciais linguísticos adequados para seu reconhecimento pelo público, de modo que ele não consegue interagir tendo em vista a realização de uma busca qualificada.

Os sentidos atribuídos às interfaces documentárias pelos profissionais e os sentidos elaborados sobre essas interfaces pelo público são sempre elaborações situacionais e não estáveis ou únicas (Fabre; Gardiès, 2010; Liquète; Fabre; Gardiès, 2010).

Em síntese às exposições apresentadas, o conceito de mediação documentária na vertente francesa caracteriza um processo de potencialização da comunicação realizado por profissionais, como documentalistas, arquivistas, bibliotecários, museólogos, entre outros que atuam sobre documentos em determinados contextos, com vista a promover a subsidiar o público na produção de informação pertinente à satisfação de suas necessidades. O mediador ocupa um terceiro lugar entre a emissão/produção e recepção/apropriação, elaborando os dispositivos documentários para que estas duas instâncias possam ser constituídas, no tocante às interações entre elas. O objetivo da mediação documentária envolve a circulação de saberes objetivados em documentos.

3.2 A MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA NO BRASIL E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Entre os primeiros textos da produção brasileira dos estudos documentários em que consta o termo mediação, estão os artigos de Victor Flusser (1980) e de Leila Mercadante (1995).

Flusser (1980) aborda a mediação cultural em bibliotecas públicas a partir de ações culturais. As ações culturais apresentam o objetivo de promover o acesso e uso da herança cultural de forma crítica, especialmente ao não-público — termo utilizado pelo autor para indicar grupos sociais historicamente excluídos das dinâmicas do sistema cultural. Sendo assim, Flusser (1980) destaca o caráter interventor do bibliotecário ao atuar como um mediador de cultura, produzindo formas de o não-público participar ativamente do sistema cultural, tornando-se, assim, público.

Mercadante (1995) discute as relações entre as tecnologias de informação e comunicação e a atividade documentária realizada em bibliotecas e centros de documentação, destacando como o avanço das primeiras exige dos profissionais novas formas de desenvolver a mediação naqueles espaços. Nesse sentido, a autora ressalta a importância de os profissionais se apropriarem das novas tecnologias da informação para potencializarem os processos de mediação e, desta forma, o acesso do público aos documentos. Por outro lado, a autora não desenvolve o conceito de mediação, enfatizando a questão tecnológica.

Ortega (2015) explica que a adoção do termo mediação em parte da produção brasileira ocorreu para dar relevância para as práticas profissionais bibliotecárias cujas ações implicam a relação direta entre profissional e usuário, caso do serviço de referência, por exemplo. Nesse contexto, a autora aponta que o termo mediação foi adotado antes como etiqueta para agrupar aquelas práticas, que como modo de significá-las. Como consequência,

a mediação foi relegada à “[...] ideia de ponte para acesso aos documentos por usuários ou de mera ação facilitadora do processo” (Ortega, 2015, p. 2).

Smit (2009) critica a ausência de um questionamento mais detalhado a respeito do processo de mediação, pois ele é tido muitas vezes como uma consequência automática ou mágica decorrente da ocupação da posição de mediador pelo profissional. Em outras palavras, é como se a mediação se concretizasse apenas pelo fato de o profissional estar fisicamente entre os documentos e os usuários.

Smit (2009) aponta a necessidade de mais discussões no campo acerca da elaboração da mediação, de forma a serem descritas e analisadas as variáveis que intervêm no processo, distribuindo “[...] estas variáveis entre aquelas que estão fora de nossa esfera de ação e quais outras constituem nosso lócus particular de atuação profissional e investigação científica” (Smit, 2009, p. 60).

Como enunciado anteriormente, o termo ‘mediação documentária’ não é amplamente adotado no Brasil, mas o conceito está em questão, em especial a partir do termo ‘mediação da informação’ ou ‘mediação informacional’. De acordo com Santos Neto (2019, p. 375), a partir de pesquisa a respeito dos usos do termo mediação na Ciência da Informação brasileira, “[....] constatou-se que muitos [textos] não citam, não definem, não conceituam o termo mediação ou a extensão de seu conceito, reforçando a ideia do emprego do vocábulo na esfera do senso comum, sem a devida reflexão que o mesmo demanda”.

Sendo assim, há ainda um percurso teórico a ser constituído no âmbito do campo a respeito do conceito de mediação da informação e sua delimitação na Ciência da Informação. Por outro lado, há avanços a serem considerados, como seguem.

Considerando a distinção existente entre estudos documentários e estudos de informação, que tratamos anteriormente, e ainda que esses estudos sejam desenvolvidos sob a denominação Ciência da Informação, a mediação da informação é tanto explorada em sentido sinônimo de mediação documentária, quanto designando outros tipos de mediações. Comumente, esses tipos aproximam-se de uma mediação pedagógica ou educacional, de caráter docente, e/ou de uma mediação cultural, em que são observadas principalmente as relações interpessoais voltadas à promoção de bens culturais imateriais.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior é um dos pesquisadores de destaque no Brasil no estudo da mediação da informação. Segundo Santos Neto (2019), Almeida Júnior é um dos pesquisadores cujos estudos são os mais citados na produção brasileira como modo de fundamentar o conceito de mediação da informação. Após ele, em ordem de mais citada à menos citada, seguem os nomes de Henriette Ferreira Gomes, Marco Almeida, Edmir Perrotti,

Ivete Pieruccini, Jonathas Luiz Carvalho Silva, Sueli Bortolin, Raquel do Rosário Santos, Fernanda Ribeiro, José Arlindo Santos Neto, Aida Varela Varela.

Almeida Júnior (2009) aponta a mediação da informação como objeto do campo, porque ela é explicativa do fazer do profissional da informação — arquivistas, bibliotecários e museólogos.

Ao encontro ao destacado por Ortega (2015), Almeida Júnior (2015a) indica que, apesar da ausência de um grande desenvolvimento teórico a respeito do conceito de mediação da informação, ele passa a ser adotado por muitos segmentos da Biblioteconomia, o autor incluso, para suprir o vácuo teórico das discussões a respeito dos Serviços de Referência e Informação ou dos espaços e das ações de atendimento do usuário.

Almeida Júnior (2015a) inicia seus estudos a respeito do tema da mediação na década de 1990. Esses estudos iniciais foram aprofundados ao longo da carreira do autor a partir de suas práticas e estudos decorrentes da formação em doutorado e atuação docente no curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em especial a partir da criação de disciplinas acerca da mediação da informação na segunda metade da década de 1990.

No âmbito do grupo de pesquisa ‘Interfaces: Informação e Conhecimento’, Almeida Júnior e outros pesquisadores deste grupo desenvolveram projetos de pesquisas atrelados ao desenvolvimento das bases teóricas da mediação da informação. Esses estudos são refletidos em publicações do autor e seus orientandos em que são apontadas e (re)elaboradas questões implicadas ao conceito de mediação da informação (Almeida Júnior, 2015a).

A primeira publicação em que Almeida Júnior apresenta uma definição para o conceito de mediação da informação é de 2006, mas, segundo Santos Neto (2019), ela não obteve tanta visibilidade quanto os trabalhos apresentados em 2008 no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e publicados em 2009 no periódico Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação. Em texto de 2015 (Almeida Júnior, 2015a, p. 25), o autor apresentou a seguinte formulação atualizada do conceito de mediação da informação:

> Toda ação de interferência — realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais —, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação da informação que satisfaça, parcialmente ou de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

O autor destaca a o conceito de interferência na definição de mediação, no tocante à função de contradizer um “[...] entendimento por demais aceito, defendido e veiculado na área

que afirma a pretensa neutralidade do profissional em seu trabalho" (Almeida Júnior, 2015a, p. 19).

Almeida Júnior (2015a) caracteriza a satisfação do usuário como parcial e momentânea porque a necessidade informacional nunca está totalmente explícita para ser integralmente satisfeita. Além disso, a satisfação de uma necessidade informacional gera dúvidas e incertezas, criando conflitos que exigem novas informações para serem resolvidos, por isso, "[...] o momento da satisfação é um átimo, um instante que se evapora e forma novas nuvens no firmamento das certezas" (Almeida Júnior, 2015a, p. 27).

Almeida Júnior (2007, 2009) explica que a mediação da informação é desenvolvida sobre os documentos, para produzir a partir deles uma possível informação, que é latente ou potencial, e denominada pelo autor como protoinformação. A protoinformação é um conteúdo com potencial de se tornar informação, caso seja lido e apropriado pelos usuários.

Não foi possível distinguir, a partir das explicações do autor, se o conceito de protoinformação seria referente à mensagem elaborada pelo profissional sobre os documentos, para promove seu acesso, ou se é relativo ao conteúdo do documento que é mediado no sistema.

Silva (2012) aponta a mediação como uma tentativa do profissional da informação e do centro de informação de fazer parte do cotidiano do usuário estimulando o diálogo e a construção de informação. Isso implica conceber o usuário como sujeito com autonomia para realizar suas escolhas, o que exige estabelecer práticas de mediação que o incentivem a isso.

Almeida Júnior (2009) distingue as ações de mediação da informação por seu caráter explícito ou implícito. As ações de mediação implícita são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários, enquanto as ações explícitas só podem ser realizadas com a presença do usuário, ainda que de forma remota. Desta forma, entendemos a mediação implícita quanto aos processos de Seleção, Organização da Informação e Conservação, e a mediação explícita sendo relativa ao serviço de referência e às atividades de educação de usuários. Nesse sentido, afirma Almeida Júnior (2015a), a mediação da informação se constrói a partir de vários momentos e não apenas em um momento do fazer bibliotecário.

Almeida Júnior (2007) aponta o debate a respeito da leitura como fundamental para a Ciência da Informação e para a Biblioteconomia. A leitura é o processo de interpretação pelo qual os sujeitos significam a protoinformação, constituindo a partir dela uma informação nova e passível de ser apropriada: "A informação [...] só pode se realizar, se fazer presente, se concretizar, com base e fazendo uso da leitura" (Almeida Júnior, 2007, [página web]).

Almeida Júnior (2007) aponta a necessidade de a leitura ser pensada em todo o campo e em todos os fazeres dos profissionais da informação. Sem a leitura, a apropriação da informação não ocorre, de modo que o processo de mediação da informação não se completa.

O autor também destaca que a leitura deve ser entendida em seu sentido lato e não apenas em relação ao texto escrito. Nesse sentido, além da leitura do escrito, deve ser agregada a ela a leitura da imagem fixa, da imagem em movimento e do som (Almeida Júnior, 2007).

Quanto ao objetivo da mediação da informação, a apropriação da informação é uma ação que pressupõe a alteração, transformação, modificação dos conhecimentos que o sujeito possui, sendo, portanto, uma ação não apenas de consumo, mas de produção (Almeida Júnior, 2007, 2015a).

João Santos Neto, Sueli Bortolin e Almeida Júnior (2017, f. 14) apresentam uma definição de apropriação da informação:

> [...] apropriação da informação é todo ato cotidiano realizado pelo leitor por meio da leitura com intenção de apoderar-se e atribuir significados aos conteúdos nos mais variados ambientes e suportes, com o intuito de suprir necessidades simples ou complexas, de cunho profissional, educacional, psicológica e cultural, podendo repercutir em uma alteração no arcabouço cognitivo do cidadão, bem como na produção de sentidos.

Os autores afirmam se tratar de uma definição preliminar, elaborada considerando os estudos realizados em Ciência da Informação a respeito da apropriação da informação.

Segundo Ribeiro e Almeida Júnior (2022), a apropriação da informação é um ato individual e o sujeito, em sua subjetividade, quem define se e como a apropriação ocorre. Por outro lado, esse processo de significação para a apropriação é influenciado pelo contexto sociocultural no qual o sujeito está imerso, uma vez que é a partir deste contexto que ele desenvolve sua subjetividade. Nesse âmbito, o papel do dispositivo informacional é impulsionar a apropriação da informação dos sujeitos.

Desse modo, Ribeiro e Almeida Júnior (2022) discorrem antes da intenção do sujeito de apropriar da informação, destacando o contexto sociocultural e sua influência no desenvolvimento da subjetividade do sujeito. Em relação propriamente à apropriação da informação, dentre as análises dos autores, é atribuída à ela a alteração provocada no arcabouço cognitivo do cidadão e a produção de sentidos.

Henriette Ferreira Gomes (2020b) defende que a mediação da informação é o fundamento das ações de interferência de todas as especialidades que trabalham com a informação. Os profissionais desse âmbito guardam o poder de tornar essas “[...] ações impulsionadoras do processo de conscientização dos sujeitos em relação às suas

responsabilidades, potencialidades, compromissos e competências para o estabelecimento de articulações dialógicas e de vínculos com outros sujeitos e instituições envolvidas na ação mediadora" (Gomes, 2020b, p. 198).

Segundo Henriette Ferreira Gomes (2019), na produção a respeito da mediação da informação elaborada no âmbito das discussões epistemológicas da Ciência da Informação, tem ganhado relevo o entendimento de que o objetivo implícito da mediação da informação é o desenvolvimento do protagonismo social.

A partir de Perrotti (2017), Gomes (2019, p. 13) sistematiza o protagonismo social como uma "[...] tomada de posição de sujeito social ativo, que age e reage com e em relação ao outro (presente ou não na cena da ação). [...] o protagonista é aquele que age, que reage, que se ergue, que se coloca em relação aos interesses do coletivo".

Para Gomes (2020a), o protagonismo social é desenvolvido e fortalecido se o mediador da informação está consciente do seu próprio protagonismo na realização da ação. A mediação consciente da informação implica articular as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política dessa ação. Segundo a autora, se articuladas e alcançadas, as dimensões podem contribuir para o processo de apropriação da informação tornando a mediação efetiva e propulsora do protagonismo social.

Em nossa perspectiva, o objetivo da mediação documentária, ou mediação da informação, se tomada como sinônimo daquela, no tocante aos seus processos, serviços e atividades característicos a ela, é a apropriação da informação pelo sujeito, o que pode contribuir para a promoção do protagonismo social.

Dito de outra maneira, as ações do campo podem promover o protagonismo dos sujeitos, mas isso dependerá, em primeiro lugar, de como ele interpreta e se apropria da informação a partir dos sistemas documentários e, em segundo lugar, de fatores sociais que impactam a efetiva participação dos sujeitos na sociedade. Esses fatores contextuais de ordem política e social podem inclusive inviabilizar o pleno exercício do protagonismo social dos sujeitos, ainda que os mediadores estejam conscientes do seu papel mediador e que o público desenvolva os conhecimentos necessários para um uso crítico da informação.

A compreensão da mediação da informação como ações ou processos que promovem ao usuário a produção e apropriação de informação, vai ao encontro da noção de mediação documentária que buscamos elaborar nesta tese. Nesse sentido, mediação da informação e mediação documentária podem ser considerados termos que remetem ao mesmo conceito, qual seja o de ações sobre documentos voltadas à produção de sistemas, serviços e atividades, a partir do trabalho de bibliotecários, arquivistas ou museólogos, cujo objetivo final é promover a apropriação da informação de um determinado público.

No entanto, a condição de protagonista social do sujeito, como resultante da apropriação realizada pelo último, pode ou não ser promovida a partir da mediação da informação. Para tanto, há de se considerar as intenções que orientam a mediação e, principalmente, como o público realiza a apropriação da informação.

No caso das intenções dos mediadores, nem sempre elas estão de acordo com o objetivo de promover o protagonismo social. Entendemos a oposição a este objetivo o desenvolvimento de práticas que representam os interesses de classes dominantes, em que é promovida sua posição no poder frente as classes populares. Nesse sentido, Almeida Júnior (2015b, p. 133) destaca que, historicamente, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação "[...] atrelaram seus interesses e fazeres a concepções que repudiam o novo, que repudiam as propostas de mudanças". Desta forma, as práticas de mediação desempenhadas em bibliotecas e sistemas congêneres estiveram atreladas ao objetivo de submeter as classes populares aos interesses hegemônicos. Ou seja, ainda se tratavam de práticas de mediação da informação ou documentária, cujas intenções orientadoras não estavam voltadas ao objetivo de promover o protagonismo social dos sujeitos, e ainda são formas de desenvolver a mediação no campo que ainda existem e caracterizam os fazeres em instituições documentárias de todo o tipo.

Ademais, se é defendida uma perspectiva crítica ou emancipatória da mediação da informação, logo, é possível inferir que há uma perspectiva não-crítica da mediação da informação, mas ambas constituem tipos de mediação realizadas no campo.

De outro lado, e em nossa perspectiva mais importante que a intenção do mediador, está a intenção do sujeito que é público do sistema documentário. Outros usos da informação podem ser realizados pelos sujeitos a partir da apropriação, os quais podem ser distintos e até opostos ao uso com fins do desenvolvimento do protagonismo social, aos termos de Perrotti (2017) e Gomes (2019), como apresentamos.

Também vale salientar os outros usos conceituais sobre o termo mediação da informação, os quais apresentam sentido distinto ao de mediação documentária. Esses sentidos vão ao encontro do entendimento de que a mediação da informação é uma ação realizada por toda especialidade que trabalha com a informação, como destacado por Gomes (2020b).

Desse modo, os outros usos do termo mediação da informação remetem às práticas de mediação realizadas em contextos não documentários, no tocante às práticas de compartilhamento de conteúdos realizadas e promovidas em espaços variados, como nas redes sociais (Marques; Almeida; Lima, 2023; Silva; Luciano; Côrtes, 2023; Araújo, 2014) e a partir de práticas culturais, como em grupos de capoeira (Silva; Flecha, 2021), grupos

religiosos (Monteiro, 2012) e contextos desportivos (Farias; Soares, 2020). Embora apresentem suas respectivas importâncias, as discussões a respeito dessas práticas de mediação da informação enfatizam ações que não compreendem os processos documentários, tão pouco os profissionais da atividade documentária.

Em relação à produção a respeito da mediação documentária, não é possível identificar uma base teórica adotada majoritariamente nos estudos brasileiros do tema. Nesse sentido, realizamos uma busca a partir dos termos 'mediação documentária', 'mediação de documento(s)' e 'mediação documental' nas fontes de pesquisa nacionais, indicadas na Figura 2 (p. 17). Os trabalhos localizados são apresentados em sequência, a partir de sínteses que elaborados a respeito de seus conteúdos, mais propriamente quanto à abordagem elaborada sobre o conceito de mediação documentária.

Delimitamos alguns agrupamentos para melhor explanação da produção recuperada:

- O primeiro conjunto de textos é relativo às pesquisadoras vinculadas ao antigo Grupo Temma (1986-2016), especificamente Marilda Lopes Ginez de Lara e Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo (Lara, 2009, 2011; Lara; Tálamo, 2007);
- O segundo conjunto é de pesquisadoras(es) que eram e/ou são vinculadas(os) ao grupo de pesquisa Fundamentos Teóricos, Metodológicos e Históricos da Organização da Informação, coordenado atualmente por Cristina Dotta Ortega, que são: Ortega (2015, 2016a, 2016b, 2018, 2021, 2023; Ortega; Saldanha, 2017, 2019), Ortega e Tolentino (2020), Menezes y Ojeda (2016), Silva (2016, 2022), Carvalho (2020a, 2020b) e Martins (2021);
- Os demais textos recuperados são de pesquisadoras(es) que apresentam vínculo (seja de formação em pós-graduação seja de atuação docente atual) com universidades federais do nordeste (Cavalcante, 2014; Nunes; Cavalcante, 2017; Nunes; Carvalho, 2017) e do sudeste (Siqueira, 2015; Rocha, 2018, 2020; Oliveira; Rocha, 2020; Bastos, 2019; Bastos; Sales, 2021; Grigoleto, 2019; Silva, 2020).

Lara (2009, 2011) e Lara e Tálamo (2007) abordam a mediação documentária, que também é discutida por Lara (2009, p. 16) pelo termo mediação documentário-informacional, com ênfase ao estudo dos aspectos linguísticos implicados na atividade documentária. Lara (2009, 2011) destaca a elaboração de metodologias para a construção de instrumentos documentários, como os sistemas de classificação bibliográfica e os tesauros, que funcionem como instrumentos de mediação ao apoiarem o tratamento da informação para disponibilizá-la para acesso, uso e apropriação.

Em relação a Bastos (2019; Bastos; Sales, 2021), Nunes e Cavalcante (2017) e Martins (2021), os(as) autores(as) mencionam a noção de mediação documentária, fundamentando-se em explicações elaboradas por Ortega (2015, 2016a), as quais exploraremos adiante.

Em relação aos trabalhos de Cristina Dotta Ortega (2015, 2016a, 2016b, 2018, 2021, 2023; Ortega; Saldanha, 2017, 2019; Ortega; Tolentino, 2020), a autora explica que as ações de mediação documentária "[...] são realizadas concretamente por meio de procedimentos específicos, na forma de proposição de mensagens, entre objetos e pessoas no contexto das atividades em que estas estão envolvidas" (Ortega, 2016b, p. 42).

Segundo Ortega (2023), a função social da mediação documentária é a apropriação da informação.

Em parceria com Saldanha, Ortega (Ortega; Saldanha, 2017) trata do caráter intencional e propositivo da atividade documentária que é expresso na produção de informação. Para estes autores, os sistemas e serviços configuram os dispositivos documentários, que funcionam como proposta de percurso dos sujeitos no mundo da informação.

Janine Menezes y Ojeda (2016, p. 61) define a mediação documentária, ou mediação da informação, como o "conjunto de ações realizadas sobre os documentos com o objetivo de se atingir uma estrutura organizacional passível de apropriação da informação". No âmbito museal, a autora aponta que a mediação documentária não é restrita ao tratamento documental realizado sobre as coleções, mas abrange as diferentes possibilidades de interseção entre objeto e público.

Também recorrendo à literatura francesa (Fabre, 2013; Fabre; Veyrac, 2013), Camila Silva (2016, 2022) caracteriza a ordenação de documentos como processo de mediação documentária, que é proposto entre os documentos e o público, estabelecendo "padrões que atuarão como ponto de referência e errância em um percurso de busca" (Fabre, 2013, p. 4 *apud* Silva, 2016, p. 179). Para realizar a mediação documentária com fins de comunicação documentária, são estruturados os sistemas de informação documentária pelos quais são mobilizados "[...] processos baseados concomitantemente em uma racionalidade teórico-prática e uma tradição cultural que podem estar mais ou menos explicitadas, mas que são intrínsecas aos sistemas elaborados" (Silva, 2022, p. 39).

Em Carvalho (2020a, 2020b), abordamos a mediação documentária como um modo de produção cujo produto é o sistema documentário e sua finalidade é estabelecer a comunicação com o público. Esta produção envolve a transformação de objetos em

documentos com potencial de serem úteis para a satisfação das necessidades de informação das pessoas abordadas em um dado contexto na condição de público daquele sistema.

Quanto aos textos produzidos por pesquisadores sem vínculos com os dois grupos de pesquisa mencionados antes, observamos neles que seus fundamentos para o conceito de mediação documentária são mais dispersos uns em relação aos outros, como apresentamos a seguir.

Cavalcante (2014) se apoia na produção francesa (Fabre; Gardiès, 2010), caracterizando a mediação documentária como uma mediação de saberes, posta em prática a partir da produção, difusão e apropriação da informação, sendo esta possível pelo apoio da mediação na subjetividade. Desta forma, a mediação documentária ultrapassa a transmissão de informações para construir elos entre necessidade e uso que permitam ao indivíduo transformar informação em conhecimento.

Siqueira (2015) menciona Michel (2000), para quem a mediação documentária tem a função de transformar a informação em um objeto tangível, objetivo, manipulável e perceptível. Desse modo, a mediação documentária permite que a informação seja difundida e modificada.

Nunes e Carvalho (2017) estudaram as práticas de mediação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas. Quando apresentam a etapa empírica de seu trabalho, as autoras relacionam as práticas de mediação documentária à produção de manuais de normas técnicas e de repositórios institucionais e ao desenvolvimento das atividades de catalogação, classificação e indexação. As atividades de capacitação/treinamento e de promoção e animação cultural são categorizadas pelas autoras, respectivamente, como práticas de mediação educacional e de mediação cultural.

Segundo Rocha (2020), na mediação documentária, o documento é o produto de mediações institucionais marcadas pelo processo de documentação. Este processo é constituído pelas etapas de produção, organização e disseminação, cujo desenvolvimento apresenta especificidades a depender do equipamento em que elas são realizadas.

Oliveira e Rocha (2020) debatem o tema da mediação documentária e da mediação cultural abordando-as como práticas realizadas em instituições arquivísticas. Em relação à mediação documentária, as autoras a explicam pela distinção entre mediação implícita e explícita, segundo Almeida Júnior (2009). Embora não discutam ou exemplifiquem os processos característicos da mediação cultural, Oliveira e Rocha (2020) a explicam brevemente como o trabalho de produzir cultura mediante o diálogo entre a instituição e o público, não apenas por meio de ações educativas de difusão cultural.

Oliveira e Rocha (2020) descrevem a escassez de relatos de experiência de mediação — cultural ou documentária — em instituições arquivísticas brasileiras. Os autores objetivam verificar se o mesmo ocorre na produção estrangeira. Além de confirmarem esse pressuposto, ao categorizarem a produção analisada, os autores relacionam a função social das instituições arquivísticas à mediação cultural. A produção reunida nesta categoria diz respeito ao trabalho arquivístico sobre as memórias de grupos sociais, com destaque para as minorias étnicas. Quanto aos textos relacionados à mediação documentária, eles abordam principalmente os processos de mediação implícita, mas não indicam o papel desses processos na promoção da função social das instituições arquivísticas.

Grigoleto (2019) aborda a mediação documentária como um gesto realizado para desenvolver processos e produtos, observando seus desdobramentos no meio institucional e social. Crippa (2016) aborda o gesto bibliográfico como um ato que "[...] remete ao desenvolvimento e à capacidade e habilidade no uso de dispositivos para a seleção e organização do conhecimento, dentro de um quadro de racionalidade individual". Para a autora, o gesto é realizado por um artífice que molda as ferramentas de seleção e acesso ao conhecimento, o que exige dele a compreensão acerca dos fluxos de produção e circulação de conhecimentos na sociedade.

De acordo com Pianezza (2018 *apud* Grigoleto, 2019), há o gesto pré-documentário, associado à seleção de objetos de interesse para a patrimonialização, e o gesto documentário. O gesto documentário compreende a produção documental com vista ao registro e à preservação do valor identificado/atribuído aos objetos, construindo conhecimento para arquivamento e circulação.

Pianezza (2018) explica que analisar o gesto documentário é questionar o que o ator realiza no momento que documenta, de forma que o gesto testemunha a escolha inicial do ator que o realiza por meio de uma intenção documentária. Desta forma, o gesto é movimento identificável, passível de ser decomposto, de ser comentado e de ter seu alcance observado no tocante aos efeitos que ele gera no curto espaço de tempo em que ocorre.

Nos museus, Silva (2020) aborda a prática documentária como uma forma de mediação, fundamentando sua discussão no trabalho de Cayo Honorato (2013). Uma definição de mediação documentária é apresentada em um livro organizado pelo autor juntamente com Viviane Pinto (Mediação [...], 2021), cujo título é "Mediação como pesquisa e prática documentária". Neste livro, os autores associam a mediação documentária aos processos de registro, sistematização e organização das informações e dos conhecimentos, com vista a possibilitar a comunicação pública e material do trabalho. Para os autores, a dimensão comunicacional é muitas vezes esquecida no trabalho da mediação, "[...] que, por

vezes, ignora a conversa com outros públicos, de outros tempos e espaços, para além das exposições" (Mediação [...], 2021, p. 29).

Em razão da literatura analisada relativa à produção brasileira em Ciência da Informação acerca da mediação documentária e da mediação da informação, no tocante ao principal referencial utilizado no país para tratar a última, consideramos que ambos os termos são adotados para designar o conceito de mediação documentária. No entanto, o primeiro é mais indicativo deste conceito e, ao mesmo tempo, seu uso também é mais consistente para tanto. Nesse sentido, mesmo nos casos em que a mediação documentária é tomada de forma restrita aos processos de organização da informação, ainda está em questão o trabalho documentário. Desse modo, a principal problemática presente em parte desta produção reside em atrelar a mediação documentária unicamente aos processos de seleção e organização da informação. Associada a anterior, também há o problema de entendimento da função social de um sistema documentário não estar atrelada à realização da mediação documentária, mas a práticas consideradas como de mediação de leitura, mediação cultural, entre outras.

Apesar das problemáticas que envolvem o termo mediação documentária, ele marca a especificidade do trabalho realizado nos estudos documentários em suas disciplinas constituintes, não evocando conceitualmente outras práticas de mediação, como ocorre com o termo mediação da informação.

No tocante à mediação da informação, enquanto há usos que podemos identificar como relativos ao conceito de mediação documentária, mesmo que sem remeter epistemologicamente ao seu campo de estudos, há uma parcela considerável de discussões a respeito de práticas de mediação realizadas em contextos distintos ao contexto documentários e por profissionais também diversos aos profissionais da mediação documentária.

Portanto, o estudo da mediação informação na Ciência da Informação apresenta pertinência e vai ao encontro do estudo da mediação documentária, considerando a parcela da produção do primeiro elaborada em torno da atividade documentária, sua função social, seus objetivos e problemáticas envolvidas.

Faltaria explorar ainda as bases epistemológicas dos estudos em mediação da informação, tendo em vista que não remetem necessariamente ao percurso dos estudos documentários, como explorado na seção 2 desta tese. O exercício nesse sentido possibilitaria explicitar as distinções entre eles e os estudos diversos acerca da mediação da informação, bem como evidenciar as aproximações entre eles e os estudos de base epistemológica documentária.

4 ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DA MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA

O objeto dos estudos documentários — a mediação documentária — é elaborado no nível conceitual a partir da observação de um conjunto de ações realizadas por profissionais para a elaboração de soluções às necessidades sociais de informação. As ações de mediação documentária configuram processos para constituir produtos, serviços e atividades com a finalidade satisfazer àquelas necessidades.

Enquanto na seção anterior a mediação documentária foi explorada conceitualmente, na seção atual, exploramos os elementos necessários para a compreensão da atividade documentária a partir dos seus processos característicos. Na primeira seção (4.1), abordamos o conceito de cadeia documentária, a partir do qual podem ser evidenciados os processos, as relações entre eles, e os produtos da atividade documentária que permitem realizar a mediação documentária. Na segunda seção (4.2), abordamos a técnica documentária como conhecimento fundamental para desenvolver a cadeia documentária. Ao final, na terceira seção (4.3), discutimos os fatores contextuais que interferem no desenvolvimento da cadeia documentária. Esses fatores são abordados a partir da noção de intencionalidade, abarcando assim a subjetividade dos sujeitos que participam direta ou indiretamente da atividade documentária — autores, público, profissionais, gestores institucionais, entre outros.

4.1 A MEDIAÇÃO PELA CADEIA DOCUMENTÁRIA

A mediação documentária, na condição de um conjunto de processos de trabalho, é operacionalizada a partir da cadeia documentária.

Segundo Madjid Dahmane (1991), o debate acerca da cadeia documentária é produto da apropriação da abordagem sistêmica no campo e, com ela, da noção de sistema.

O conceito de sistema pode incluir máquinas, organismos e sistemas sociais e psicológicos, em contraste com ações e peças individuais: “Os sistemas são complexos de elementos e relações, separados por fronteiras dos seus respectivos meios ambientes, os quais são sempre mais complexos que os próprios sistemas” (Brunkhorst, 1996, p. 692).

É consensual o entendimento de um sistema como um conjunto interrelacionado de elementos que operam em virtude de se atingir uma finalidade. Desse modo, o sistema representa uma apreensão sistemática de uma dada realidade, para organizar seus elementos com a finalidade de alcançar um objetivo.

A noção de cadeia documentária remete à elaboração da abordagem sistêmica no âmbito dos estudos documentários. A cadeia documentária refere-se às relações concatenadas entre os processos documentários, que conferem sentido a eles e os orientam

à finalidade de produzir e gerir sistemas documentários, abarcando a produção de serviços e atividades que potencializem a comunicação com o público.

Dahmane (1991) explica a importância da noção de cadeia documentária para evidenciar os processos e seus subsistemas, bem como as interações entre eles, para promover a efetividade do sistema documentário. Desse modo, as operações documentárias são observadas na relação que possuem umas com as outras, e considerando suas respectivas funções para a efetividade do sistema documentário.

Segundo o autor, o trabalho lexicológico da Sociedade da Bibliologia e Esquematização (*Societé de Bibliologie et de Schématization*, no original) identificou a presença da abordagem sistêmica no campo desde meados do século XVI (Dahmane, 1991).

Embora os serviços não fossem observados ou priorizados na produção bibliográfica do século XVI, a explicação das práticas bibliográficas por uma cadeia lógica de processos para a constituição de produtos de mediação, as bibliografias, fazia parte do escopo das práticas observadas na época, como indicado a seguir.

Segundo Araújo (2015), as operações de elencar, listar, registrar, selecionar e organizar registros para a produção de bibliografias remontam à era do manuscrito. Desse modo, as bibliografias ou listas eram consideradas resultantes dos processos documentários, ou seja, da realização de cada um deles, considerando suas relações e suas respectivas funções.

A *Bibliotheca Universalis* foi uma das principais obras bibliográficas elaboradas na Europa, publicada em 4 partes por Conrad Gesner entre 1545 e 1555. Araújo (2015, p. 136-137) discorre sobre o exercício bibliográfico gesneriano de relacionar as diferentes abordagens documentárias da época ao mapear, registrar e representar descritiva e semanticamente os documentos.

No âmbito das discussões a respeito das práticas em bibliotecas, a abordagem sistêmica dos processos de mediação era presente desde as produções mais antigas da Biblioteconomia, considerando, por exemplo, o texto de Gabriel Naudé (2016, grifos nossos), ‘Conselhos para formar uma biblioteca’ (*Advis pour dresser une bibliothèque*, no original), publicado originalmente em 1627. Naudé (2016) discorre, ao longo do texto, sobre as diferentes etapas necessárias para constituir uma biblioteca, evidenciando as relações necessárias entre elas.

Embora a abordagem sistêmica possa ser observada em publicações anteriores ao século XX, como exemplificamos a partir dos trabalhos de Gesner e Naudé, para Jacques

Chaumier (1994[15]), essa abordagem é iniciada a partir do relatório publicado por Alvin M. Weinberg, em colaboração com outras autoridades dos Estados Unidos, no início da década de 1960. O título do relatório é *Science, Government, and Information: The Responsibilities of the Technical Community and the Government in the Transfer of Information*, em tradução livre, 'Ciência, Governo e Informação: As Responsabilidades da Comunidade Técnica e do Governo na Transferência de Informação'.

No relatório, Weinberg *et al*. (1963, grifos nossos) abordam a **cadeia de transferência de informação** constituída pelas seguintes etapas ou unidades operacionais: geração, registro e exposição, catalogação, armazenamento e disseminação, recuperação, sendo a etapa final a exploração pelo usuário. A efetividade da transferência de informação depende do encadeamento entre as unidades operacionais.

Chaumier (2009[16]) representa a cadeia documentária por três conjuntos de operações: as operações de entrada, as operações de tratamento e as operações de saída. Para o autor, uma possível dificuldade para o reconhecimento do documentalista na sociedade reside no fato de o seu trabalho ser mais observável ou perceptível nas operações de saída. No entanto, a maior parte da atividade documentária é realizada nas operações de entrada e de tratamento.

Segundo Chaumier (2009), todas as operações da cadeia documentária são necessárias para a efetividade da função documentária dos sistemas de informação. A função documentária é estabelecer uma rede organizada de coleta e de difusão de documentos. Esta função é o objetivo geral a ser desenvolvido em qualquer sistema, independente de qual seja o seu objetivo específico.

Mehenni Akbal (1992) considera a cadeia documentária a espinha dorsal de qualquer organismo documentário, por isso, o autor aponta a discussão do tema como de grande importância para o campo. A formalização da cadeia possibilita descrever o comportamento e os elementos constituintes dos organismos documentários, avaliar quantitativa e qualitativamente em sua totalidade elemento por elemento e definir o quadro conceitual e os princípios norteadores para o estabelecimento e a gestão dos organismos documentários.

Akbal (1992) aborda a constituição da cadeia documentária a partir da relação entre quatro subsistemas: coleta, tratamento, conservação e difusão, todos eles com o mesmo peso de importância na cadeia. O sentido e a elaboração dos subsistemas dependem uns dos outros. Desse modo, qualquer modificação em um dos subsistemas afeta os demais e,

[15] Edição original de 1971, publicada em francês.
[16] Edição original de 1980, publicada em francês.

consequentemente, todo o sistema documentário. Cada subsistema apresenta divisões internas, denominadas pelo autor como unidades indivisíveis.

De acordo com Manela Juncà Campdepadrós (2009), a cadeia documentária é aplicável a qualquer categoria de Serviço de Informação e Documentação (SID) — arquivos, bibliotecas e centros de documentação — e de tipologia de documento — textos, audiovisuais, tanto em papel quanto eletrônico. No entanto, não é uniforme o desenvolvimento da cadeia em qualquer SID, dado que cada sistema e documento possuem lógicas próprias que interferem no desenvolvimento dos processos documentários.

Na representação de Juncà Campdepadrós (2009), a cadeia documentária é constituída por três grandes fases: a entrada, a análise e o tratamento, e a saída. Cada uma das fases apresenta um conjunto de processos e de instrumentos mobilizados para ser desenvolvida, de forma a oferecer, na fase de saída, produtos e serviços documentários. A autora aborda os produtos documentários pelo termo *instrumentos de búsqueda*, como boletins, guias, catálogos, inventários e diretórios, entre outros tipos de bases de dados. Também na fase de saída, a autora discorre sobre os *servicios de difusión*, para indicar serviços de empréstimo, referência, fotocópias e de educação de usuário.

Kobashi (1994) afirma que a cadeia documentária é refratária à improvisação, de modo que cada processo precisa ser pensado em relação ao todo e quanto a que parte desse todo ele responde especificamente. Ademais, a constituição da cadeia documentária envolve pensar questões como as necessidades dos usuários, o domínio em que o profissional atua, os recursos disponíveis e o conjunto de usuários que serão atendidos pelo sistema.

Sendo assim, a cadeia documentária implica gerenciamento de seus processos para ser desenvolvida estrategicamente. A gestão é fundamental para a cadeia documentária ser elaborada, o que compreende o planejamento necessário para desenvolvê-la, considerando os recursos humanos e materiais que precisam ser mobilizados para tanto, como os recursos financeiros, tecnológicos, de pessoal, entre outros.

Ramos (1996) explica que a gestão de uma unidade de informação envolve discutir todos os processos de trabalho que serão realizados e como os recursos serão mobilizados para isto:

> Planeja-se e projeta-se não só o próprio negócio (plano estratégico), como também as operações e atividades que serão realizadas pela unidade de informação, por meio da especificação e desenvolvimento de ferramentas, procedimentos e planos de trabalho. Ou seja, primeiro a concepção e, depois, a realização (Ramos, 1996, f. 4).

Sendo assim, a cadeia documentária exige gestão para ser desenvolvida. Os processos e instrumentos não podem ser mobilizados de modo arbitrário.

Também vale ressaltar em relação à cadeia documentária que os elos que a compõem não possuem relações de natureza causal, em termos de um processo acarretar o desenvolvimento do que o segue. Nesse sentido, Smit (2009) aponta a necessidade de problematização da tríade organização-acesso-transferência no campo, o que perpassa refletir a complexidade de cada um dos elos da tríade, as relações entre os elos e como essas relações são desenvolvidas com vista ao objetivo de efetivar a transferência de informação.

Ademais, o desenvolvimento da cadeia documentária não implica garantia de que o seu objetivo de estabelecer a comunicação com o público seja alcançado. Como González de Gomez (1990, p. 118) explica, a função do sistema se completa no contexto exterior, o qual "[...] tem seus próprios 'jogos' de linguagem e representação com os quais constrói suas próprias dinâmicas de informação". Sendo assim, a zona de tensão de qualquer sistema de informação — documentário ou de outro tipo — reside no controle que detém sobre as suas variáveis internas; em contrapartida, ele não controla suas variáveis externas, como a apropriação pelo público.

Segundo Maria das Graças Targino (2000), mesmo com a busca pela modernização e atualização do profissional da informação no Brasil para responder pelas novas demandas da sociedade, a elaboração do ciclo documentário ainda é a responsabilidade primordial desse profissional. Desse modo, o profissional mantém a função de privilegiar "a busca e o acesso a fontes de informação onde quer que estejam, com a finalidade precípua de suprir as necessidades informacionais de indivíduos e coletividades" (Targino, 2000, p. 66).

Para Régimbeau (2011), a digitalização (*numérisation*, no original) apenas transpôs ou modificou as formas de realizar certas etapas da cadeia documentária, sem que ela deixasse de existir como tal.

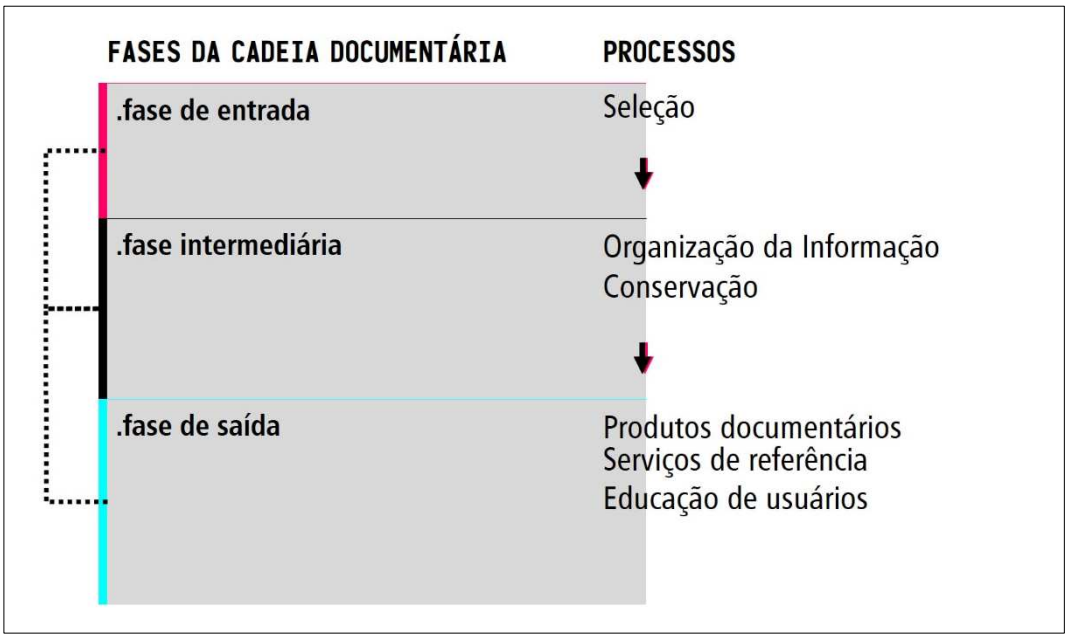
Em relação aos modos de designar os processos documentários, os termos adotados podem variar de acordo com a produção analisada e, principalmente, com a abordagem documentária considerada: bibliográfica-biblioteconômica, arquivística ou museológica. A cadeia documentária em cada abordagem apresenta em comum a mesma base das três grandes fases, distinguindo-se entre si os processos e instrumentos específicos a cada uma delas.

Conceitualmente, permanece o entendimento de fases iniciais em que o documento é inserido e processado em consideração aos objetivos do sistema documentário, e a fase final em que são oferecidos ao público produtos potencialmente úteis para suas necessidades de informação, e serviços e atividades que promovam o uso desses produtos.

Exploramos em sequência a cadeia documentária segundo a abordagem bibliográfica-biblioteconômica, tendo em vista que nos pautamos principalmente nesta abordagem para discutir a constituição dos estudos documentários.

Na Figura 5, apresentada em sequência, segue nossa representação da cadeia documentária a partir de análise da produção analisada nesta seção a respeito do tema:

FIGURA 5 — Proposta de representação da Cadeia Documentária



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A cadeia documentária é composta pelas seguintes três fases básicas, cada qual relativa a certo(s) processo(s) de mediação: Fase de entrada (Seleção), Fase intermediária (Organização da Informação e Conservação), e Fase de Saída (Produtos Documentários, Educação de Usuários e Serviços de Referência).

A função do processo de Seleção é reunir um conjunto de documentos para constituir uma coleção pertinente ao público. A Seleção abrange operações ou procedimentos de aquisição, avaliação, armazenamento e desbaste da coleção, ou seja, todas as operações relativas à inclusão, permanência e exclusão de um ou mais documentos de uma coleção documentária.

Ao invés do uso do termo Seleção, é bastante utilizado os termos Desenvolvimento de coleções e Formação e Desenvolvimento de Coleções. Segundo Vergueiro (1993), à época, Desenvolvimento de coleções era um termo recente nessa literatura. O autor afirma que o interesse pela temática decorreu de uma explosão bibliográfica que ocorreu a partir de meados da segunda metade do século XX, que demandou atenção dos profissionais quanto

aos modos de selecionar materiais relevantes e otimizar os gastos com a aquisição de livros em bibliotecas. Vergueiro (1993) pontua que o Desenvolvimento de coleções realizado antes da década de 1950 era marcado por ações mais pontuais e direcionadas, voltadas antes à formação do acervo que a partir de um planejamento com fins de constituir uma coleção propriamente.

Bruno Carbone (1995) explica que o termo coleção é marcado pela noção de homogeneidade, indicando a necessidade de seus elementos coleção apresentarem pontos em comum entre si que os relacione. Os pontos em comum entre os itens da coleção são elaborados pelo profissional da mediação documentária, considerando ou não as características intrínsecas aos objetos: “[...] os elementos de uma coleção podem tanto conservar sua individualidade e constituir ao mesmo tempo um todo considerado como ‘um conjunto sem fim’” (Carbone, 1995, [não paginado], tradução nossa[17]). Desse modo, o desenvolvimento de uma coleção é um processo constante de decisão realizada pelos gestores, visando preservar a coerência da coleção em um dado contexto (Carbone, 1995).

A fase intermediária da cadeia documentária é constituída pelos processos de Organização da Informação e de Conservação.

Segundo Andrade (2010), o objetivo da organização da informação é possibilitar a recuperação da informação para que esta possa servir como instrumento para a tomada de decisão, produção e disseminação do conhecimento, tanto nos contextos acadêmicos quanto empresarial.

Segundo Smit (2009, p. 62), a função da organização da informação é institucionalizar a informação atribuindo-lhe um “carimbo” indicativo de seu valor naquele contexto: “Este carimbo tem dupla função: afirmar que aquela informação foi considerada digna de guarda e que a mesma encontra seu lugar, ou seu sentido, no contexto maior das opções institucionais”.

Por outro lado, é pertinente salientar que a institucionalização do documento se inicia no processo de Seleção, quando o item é selecionado para integrar a coleção. Nesse sentido, a partir do momento de inclusão do item na coleção, o processo de significação é iniciado e, portanto, também a sua institucionalização.

Sistematizamos a partir da produção do tema que a Organização da Informação é desenvolvida com duas finalidades básicas: a de **produzir registros documentários**; e a de **produzir arranjos de documentos e de metadados de documentos** — para constituir bases de dados e outros tipos de arranjos autônomos, como as estruturas de navegação adotadas em sites. No caso dos arranjos, eles podem ser realizados mediante os métodos

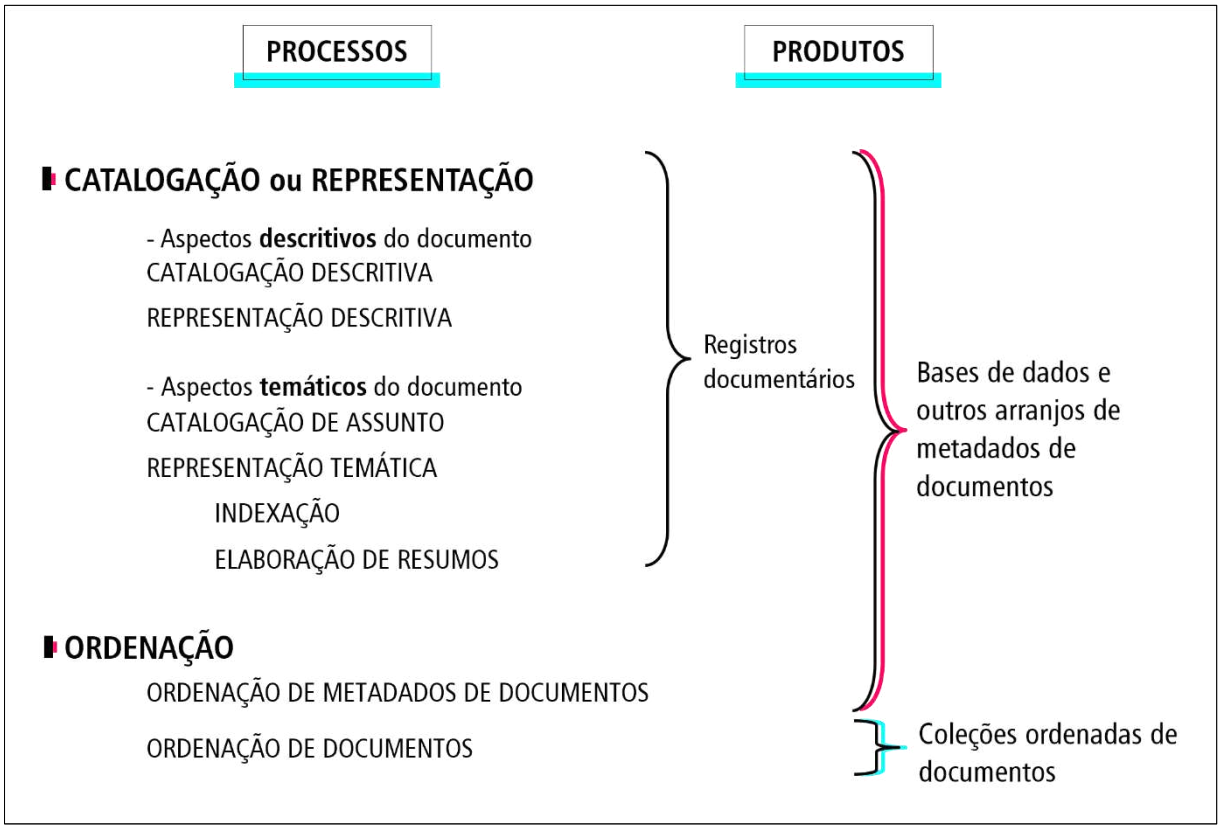
[17] Trecho original: "[…] les éléments d'une collection peuvent tout aussi bien conserver leur individualité et constituer en même temps un tout considéré comme « un ensemble non fini ».”

alfabético, cronológico e classificatório. Neste âmbito, portanto, são desenvolvidos os estudos e as práticas a respeito da classificação, amplamente disseminado no campo como método para estruturar arranjos de documentos.

Em ambos os casos, o profissional da mediação documentária elege atributos dos objetos para subsidiar a elaboração das mensagens documentárias. Esses atributos podem ser, por exemplo, as características do suporte, como tipologia, tamanho, as circunstâncias de produção do objeto, o número de entrada do objeto no sistema documentário, as informações acerca da autoria, a elaboração de temas abordados no documento, entre outras.

Na Figura 6, os processos de Organização da Informação são apresentados, observando-se os principais produtos documentários visados a partir deles em um sistema documentário:

FIGURA 6 — Os processos de Organização da Informação



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Como consta na Figura 6, a produção de bases de dados é processo abordado a partir de termos que o identificam integralmente (Catalogação, Representação), mas também apenas a elaboração dos aspectos descritivos (Catalogação descritiva, Representação descritiva) ou dos aspectos temáticos (Catalogação de assunto, Representação temática) do(s) documento(s).

O **registro documentário** é um dos produtos básicos da Catalogação. Ernest Abadal e Lluís Codina (2005) abordam os registros como a maior e principal unidade de trabalho em uma base de dados.

O item representado em um registro pode ser a parte de um documento, o documento integral ou um conjunto de documentos.

De acordo com Ortega e Lara (2010b), o processo de representação envolve observar as características particulares de cada tipologia documental e as questões previstas do usuário que irá consultar os registros, o que deve repercutir na concepção da estrutura conceitual do registro. A concepção do registro envolve a elaboração de cada campo do registro, seus respectivos conteúdos e a inter-relação entre eles.

O registro documentário é constituído pela descrição bibliográfica, pelos pontos de acesso e pelo resumo.

Os aspectos descritivos de um item são a base para a elaboração da **descrição bibliográfica** e dos **pontos de acesso de responsabilidade e de título**. Os **aspectos temáticos** são utilizados para a elaboração dos **pontos de acesso temáticos** e do **resumo documentário**. Os pontos de acesso temáticos são elaborados a partir do processo de Indexação, enquanto os resumos documentários são elaborados no processo que abordamos aqui como Elaboração de resumos.

A função da descrição bibliográfica é individualizar o item, enquanto os pontos de acesso de responsabilidade e de título têm a função de agrupar os itens semelhantes, como o caso de todas as obras de um mesmo autor ou de uma mesma série ou coleção. De forma similar aos pontos de acesso descritivos, os pontos de acesso temáticos representam os assuntos dos documentos, aproximando-os e tornando mais fácil a recuperação de documentos sobre temas semelhantes (Maimone; Silveira; Tálamo, 2011; Silveira, 2017).

Segundo Kobashi (1994), o tema é a relação entre as ideias principais discutidas ou tratadas em um documento.

A abordagem sobre o tema implica delimitar qual a perspectiva privilegiada para tratá-lo com fins de representação, ou mesmo a finalidade de desenvolver outros processos e serviços da cadeia documentária em que o tema dos documentos esteja em questão.

Os pontos de acesso descritivos e temáticos compõem os índices de busca. Há dois tipos de índices: o primeiro tipo é elaborado para um documento, frequentemente adotado em livros, cuja função é indicar a localização de certos termos nesse documento; o segundo tipo de índice compreende os termos arranjados para funcionarem como etiquetas, cuja função é agrupar os documentos em torno de certos tópicos. No caso das bases de dados, está em questão a elaboração do segundo tipo.

Dada a distinção anterior entre os pontos de acesso de responsabilidade, título e tema, temos, consequentemente, ao menos, três tipos de índices de busca em bases de dados. Outros índices podem ser elaborados a partir de outros atributos dos documentos, a depender das necessidades do público em um dado contexto documentário e das tecnologias disponíveis para tal, no tocante aos custos necessários para adquiri-las.

Em relação à elaboração dos resumos documentários, Oliveira, Martinez-Ávila e Guimarães (2020) a consideram uma etapa fundamental do tratamento temático da informação, ou da Representação temática como abordamos aqui. Os autores caracterizam o resumo como um "[...] texto conciso e direto sobre um documento, destacando aspectos que melhor o caracterizem em termos do assunto ou assuntos tratados" (Oliveira; Martinez-Ávila; Guimarães, 2020, p. 255).

Os resumos representam o item em uma dimensão textual mais facilmente inteligível para o usuário em relação aos descritores isolados dos pontos de acesso, em razão de possuírem sintaxe, coesão e coerência textual (Oliveira; Martinez-Ávila; Guimarães, 2020).

Geralmente, segundo Kobashi (1994), o autor nem sempre é o resumidor mais adequado para o seu próprio texto. Lancaster (2004) aponta que o resumo é um texto criado pelo resumidor. Nesse sentido, mesmo que inclua trechos do documento original, não se trata apenas de uma transcrição.

Desse modo, a produção de um resumo documentário implica formação para serem consideradas metodologias qualificadas para produzir um texto cuja síntese seja pertinente para auxiliar o público na decisão de escolha do documento, distinguindo os documentos que apresentam ou não potencial de satisfazer suas necessidades de informação.

Segundo Mey e Silveira (2009), por muito tempo, a maior parte das obras de catalogação não abordava a elaboração dos pontos de acesso de assunto, de modo que esta etapa da catalogação passou a constituir um campo de estudos específico e com normas próprias. De acordo com Ortega e Lara (2010b), a busca pela especialização pode ter levado a Representação descritiva e a Representação temática a serem desenvolvidas de modo separado, conduzindo a dificuldades conceituais na articulação dos dois processos.

Quanto à ordenação, ela pode ser distinguida em dois tipos: a ordenação de metadados de documentos e a ordenação de documentos (Ortega; Silva; Santos, 2016). O primeiro é referente à produção de arranjos de metadados sobre os registros documentários para constituir bases de dados, ou para constituir arranjos para navegação em sistemas eletrônicos.

A ordenação de documentos é realizada quando os documentos de uma coleção são recolhidos e não apenas representados em registros documentários. Nesse sentido, é

possível discorrer sobre dois tipos de coleções que podem ser reunidas em um sistema documentário: uma coleção em que os documentos selecionados são referenciados em bases de dados, e outra coleção em que os documentos selecionados são coletados para acesso e uso em determinado espaço. Um mesmo sistema documentário pode ser constituído por esses dois tipos de coleções, ou mesmo por apenas um deles.

A base de dados PERI é um exemplo de base em que os itens da coleção são apenas referenciados. Esta base foi criada em 1987 por profissionais da Biblioteca Professora Etelvina Lima, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, sendo seu escopo temas das áreas Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivologia, Museologia e outras interdisciplinares[18].

A partir de Calenge *et al*. (2010), Combot (2011) e Cacaly *et al*. (2008), Ortega (2016b, p. 15) define a ordenação de documentos como o "processo de arranjo de uma coleção ou de parte de uma coleção de itens documentais, em móveis, como estantes ou arquivos, decorrente de operações baseadas em uma ordem preestabelecida a partir de determinado critério de interesse".

Dois modelos podem ser identificados na produção biblioteconômica para desenvolver a ordenação de documentos: o primeiro é em torno do conceito de plano de ordenação (*plan de classement*, no original em francês), de origem francesa; o segundo modelo é o número de chamada (*call number*, no original em inglês), de origem estadunidense. Abordamos o plano de ordenação como um modelo em razão de ser uma proposta metodológica voltada à ordenação de documentos em um sistema documentário. Os dois modelos foram elaborados considerando especialmente sua aplicação no trabalho bibliotecário.

Segundo Silva (2022), o plano de ordenação remonta às reflexões produzidas inicialmente nos manuais de bibliotecas da França, elaborados entre o final do século XIX e início do século XX, em que o objetivo dos bibliotecários era elaborar soluções particulares para fins de ordenação. Nos manuais, a autora destaca o uso do instrumento *cadre de classement* (quadro de ordenação) que consistia em um quadro estruturado da proposta de ordenação, constituído a partir da simplificação da estrutura adotada nos catálogos das instituições pela diminuição dos níveis hierárquicos e do número total de classes instituídas.

Calenge (2009) caracteriza o plano de ordenação como um texto que abarca a descrição da organização, das regras de ordenação e dos modos de acesso a um conjunto de documentos de uma coleção, respeitando as características locais do contexto do sistema.

[18] Informações acerca da base de dados PERI e do modo de acessá-la são apresentadas em: http://biblio.eci.ufmg.br/produtos-e-servicos/bases-de-dados-eci/base-peri/. Acesso em: 13 abr. 2024.

Desse modo, o plano de ordenação é um instrumento mais completo em relação ao quadro de ordenação.

O número de chamada foi amplamente adotado nas práticas em bibliotecas e mais disseminado em relação ao plano de ordenação. De acordo com Slavic (2009), as discussões a respeito do número de chamada foram desenvolvidas desde 1876 até as décadas iniciais do século XX, a partir de publicações nos periódicos *The Library Journal*, dos Estados Unidos, e *Library Association Record*, da Inglaterra.

O número de chamada é um código de localização para os documentos, elaborado com o fim de constituir um arranjo com base no método classificatório. Esse método a partir do número de chamada foi discutido principalmente em relação à aplicação da Classificação Decimal de Dewey (CDD) para a produção de arranjos sistemáticos.

A partir da análise da produção do tema da ordenação, Ortega, Silva e Santos (2016) sistematizaram as funções do processo como as seguintes: elaborar modos de leitura sobre a coleção; instituir formas de localização para os itens; e servir de recurso da gestão da coleção.

Os modos de leitura referem-se às propostas orientadoras do público para a busca de itens da coleção. Nesse sentido, o público realiza a leitura da estrutura de ordenação da coleção, para elaborar os seus próprios percursos mediante a compreensão e apropriação dos percursos atribuídos pelo profissional da mediação documentária ao sistema. Para que seja possível essa apropriação, o projeto de ordenação, com o apoio em estratégias de espacialização e de sinalização, deve estar devidamente evidenciado e comunicado ao público. A seu turno, o público elabora o seu próprio percurso frente as possibilidades propostas pelo profissional.

A função de localização é desenvolvida com o objetivo de constituir formas de localizar os itens da coleção, considerando as relações entre os itens no espaço. Essa função perpassa a elaboração de códigos de localização, como é o caso do número de chamada. De outro modo, em sistemas virtuais, o código de localização pode ser representado pelo endereço eletrônico que viabiliza o acesso ao documento.

A terceira função da ordenação é a de subsidiar a gestão da coleção, no tocante às políticas de seleção e à otimização do uso do espaço, considerando questões como os modos de acesso pretendidos, o crescimento da coleção e os parâmetros de preservação (Ortega; Silva; Santos, 2016).

Segundo Calenge (2009), o desenvolvimento de coleções atrelado ao projeto de ordenação permite identificar as parcelas e/ou seções da coleção com necessidades de revisão, reavaliação, descarte ou aprimoramento. Adotada como política documentária, a

ordenação de documentos viabiliza estabelecer os dados qualitativos e quantitativos a respeito da coleção e de suas seções, o que demanda a elaboração de um diagnóstico e de um planejamento para o desenvolvimento da coleção. A partir disso, podem ser definidas estratégias de trabalho sobre cada seção, como a estimativa do trabalho a ser realizado, os recursos necessários para tal e a divisão de equipes para desenvolver esse trabalho.

A fase intermediária da cadeia documentária também é constituída pelo processo de Conservação.

O conceito de conservação é apresentado muitas vezes atrelado ao conceito de preservação. De acordo com René Teijgeler (2007), as definições dos termos conservação e preservação entre os conservadores de museu e os técnicos de restauro pode ser caracterizada como uma torre de babel, porque cada autor e instituição costumam definir esses termos a sua própria maneira.

Katia de Padua Thomaz (2004) apresenta uma síntese das duas abordagens mais recorrentes acerca da conservação e da preservação: em uma delas, uma atividade é colocada como subordinada da outra, seja a conservação como mais abrangente e a preservação subordinada a ela, seja o contrário; na segunda abordagem, os autores se isentam de conceituar os dois termos, indicando-os de forma intercambiada ou utilizando o binômio conservação/preservação.

Mirjam Foot (1996) explica ser comum o entendimento da atividade de preservação como os meios empregados para sobrevivência dos materiais trabalhados nas bibliotecas e nos arquivos. A conservação é um aspecto da preservação responsável pela intervenção prática e ativa no conteúdo (*substance*, no texto original) ou na composição física do material, visando assegurar sua existência.

No glossário do Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Museu da República (MAST, 1995, p. 31), a conservação é definida como uma atividade de “observação, estudo e controle das causas de degradação dos bens culturais, levando à adoção de medidas de prevenção, minimização ou supressão da deterioração do acervo”.

A preservação é definida no glossário como uma política institucional com o objetivo de retardar o processo de deterioração de um bem cultural. Ela abrange ações voltadas à garantia da integridade das informações e dos significados de um bem cultural a partir de sua gestão e proteção (MAST, 1995).

Sendo assim, abordamos a preservação como processo de elaboração das políticas voltadas à manutenção da coleção, tanto em relação ao conteúdo quanto à materialidade dos objetos. Nesse âmbito, a conservação refere-se às ações específicas sobre a materialidade

dos objetos, para reduzir ou prevenir os danos decorrentes de seu percurso nos sistemas documentários.

A fase de saída da cadeia documentária é o momento em que o público acessa efetivamente o resultado da atividade documentária. Desse modo, a fase de saída é constituída pelos produtos documentários resultantes do trabalho realizado nas fases inicial e intermediária, e pelo serviço de referência e pelas atividades de educação de usuários, ambos realizados para potencializar os usos daqueles produtos.

São exemplos de produtos documentários, as bibliografias, os catálogos, os repositórios, entre outros tipos de bases de dados, e os guias ou manuais para auxiliar o público no uso desses produtos. Vale indicar a própria coleção como um produto documentário.

Ortega (2009, p. 143) elenca os produtos documentários em relação à sua evolução com o tempo, sendo eles: notações de sistemas de classificação bibliográfica, catálogos e bibliografias na forma de livros, catálogos na forma de fichas em papel, catálogos eletrônicos e bases de dados em geral incluindo documentos eletrônicos anexados aos registros e bases de dados de documentos eletrônicos.

Quanto ao serviço de referência, ele foi uma das primeiras atividades na Biblioteconomia voltadas para o atendimento e para a formação do público para uso dos produtos documentários.

Tradicionalmente, o serviço de referência é associado aos serviços de perguntas e respostas oferecidos ao público, seja para orientá-lo na navegação pelo sistema documentário e na avaliação crítica das fontes disponíveis para localização de documentos, mediante palestras e a produção de materiais informativos (guias, compilados de bibliografias, boletim de últimas aquisições etc.), seja para localização de documento(os) específicos com potencial de satisfazer uma dada necessidade de informação, usualmente a partir de uma pergunta elaborada pelo usuário ou em conjunto com o profissional de referência.

Segundo David Tyckoson (1997, grifos nossos), Samuel Swett Green foi o responsável pela primeira menção ao termo ‘serviço de referência’ em Biblioteconomia, em palestra proferida em 1993 na primeira conferência da *American Library Association* (ALA), publicada no mesmo ano no *Library Journal*, com o título *Personal Relations Between Librarians and Readers* (Green, 1993). Para Green (1993), o serviço de referência apresenta quatro funções básicas: instruir o leitor nos caminhos da biblioteca, assistir os leitores na resolução de problemas, auxiliar o leitor na seleção de bons trabalhos e promover a biblioteca na comunidade.

Ranganathan (2009[19]) discorre sobre a importância do serviço de referência para estabelecer a interação entre os usuários e a biblioteca. A partir do contato direto com os leitores, o profissional de referência enseja observá-los em relação aos "[...] seus gostos e carências, suas ações e reações e suas simpatias e antipatias", para encontrar para cada livro o seu leitor. O autor atribui ao profissional da referência a função de estabelecer o contato direito com o público para conhecer melhor suas necessidades de informação, assim como ativar ou promover os mecanismos de recuperação como o arranjo nas estantes e o catálogo sistemático da biblioteca.

Em um primeiro momento, no percurso do serviço de referência, as atividades compreendiam o contato direto e pessoal entre o profissional e o usuário, de onde surgiram metodologias de como desenvolver a entrevista de referência, quais as atitudes que o profissional desse setor precisa apresentar para estabelecer uma relação positiva com o público, entre outras questões. Com a expansão das tecnologias de comunicação, outras formas de interação entre profissional e público foram pensadas e discutidas, a partir do apoio em recursos tecnológicos como a troca de e-mails, espaços de bate-papo online ou offline, redes sociais como *whatsapp* e *facebook*. Desse modo, foi ampliada a ideia do serviço de referência com a presença imediata e presencial do usuário para a possibilidade de desenvolver e otimizar essa atividade a partir do contato remoto mediante o uso de recursos tecnológicos.

Mesmo com a diversificação das atividades ofertadas em serviços de referência, em razão das variações dos contextos documentários e dos impactos tecnológicos ao longo do tempo, Jean-Philippe Accart (2012) afirma que os sistemas de informação possuem um ponto local de atendimento de informação para a orientação dos usuários: "A filosofia global dos serviços de referência permanece, porém, a mesma, ou seja, informar, orientar e instruir o usuário" (Accart, 2012, p. 22).

Ademais, vale ressaltar a problemática da afirmação na literatura do campo de que o serviço de referência é o único momento em que há interação com o usuário. Embora seja uma das principais etapas da cadeia documentária pela qual o público percebe o trabalho do profissional do campo, o serviço de referência não é a única atividade em que o público é considerado. Todo o desenvolvimento da cadeia documentária implica contemplar o público e como ele será afetado pela atividade documentária.

Neusa Dias de Macedo (1990, grifos nossos) sistematiza cinco linhas de atuação dos serviços de referência: o **serviço de referência propriamente dito**, caracterizado pela

[19] Edição original de 1931, publicada em inglês.

assistência direta, profissional, respondendo a questões genuínas de referência; a **educação de usuários**, que compreende as orientações sistemáticas sobre o uso da biblioteca e de seus recursos; o **alerta e disseminação da informação** para comunicar ao público os conteúdos da biblioteca, por exemplo por serviços de Disseminação Seletiva de Informação (DSI) e de Boletim de Serviços de Informações; a **comunicação visual/divulgação da biblioteca**, relativa à produção de publicações informativas acerca do uso da biblioteca e de seus recursos, como folhetos e guias de biblioteca; e a **administração/supervisão do setor de referência**, responsável pelo gerenciamento do serviço de referência e pela mobilização dos recursos (financeiros, pessoal, tecnológico etc.) necessários para desenvolver esse serviço.

No caso da educação de usuários, entendemos que ela é uma proposta particular de atividade no sistema documentário e não uma linha ou frente de atuação do serviço de referência, como elencado por Macedo (1990).

As atividades de educação de usuários são realizadas com vista à promoção dos referenciais necessários ao público para a compreensão e apropriação das mensagens documentárias, abarcando os modos de utilizar o sistema documentário como meio de satisfazer suas necessidades de informação. Nesse sentido, o ensino dos modos de utilizar o sistema documentário implica promover os conhecimentos necessários para a avaliação do sistema, no tocante à sua estruturação e às implicações dessa estrutura para a qualidade dos conteúdos disponíveis.

As atividades de educação de usuários são realizadas para promover o uso do sistema documentário no qual elas são realizadas, bem como as habilidades necessárias para o uso de outros sistemas que apresentam conteúdos pertinentes ao público.

Tendo em vista o convívio entre estudos documentários e estudos em informação na Ciência da Informação, as atividades de educação de usuários começaram a ser discutidas a partir de suas relações com campos como a Educação, em certa medida também a Sociologia e a Antropologia. Neste cenário, as atividades de educação de usuários foram retiradas das relações com a cadeia documentária que a explicam.

O deslocamento da educação de usuários na perspectiva dos estudos documentários para os estudos em Educação reflete-se na disseminação das ideias sobre *information literacy* (com o uso de termos como letramento informacional e competência em informação) e mediação de leitura, no contexto das bibliotecas.

No caso da mediação de leitura, ela é exemplificada por atividades como a narrativa de histórias, apoiada em livros ou de modo estritamente oral, adotando objetos como fantoches e brinquedos, o sarau literário, as rodas de poesia e de conversa, entre outras. Ao

mesmo tempo, ela é associada a uma prática mítica de promoção da leitura para a formação humana. Dessa maneira, o termo mediação de leitura é pouco embasado, de forma que nos textos em que ele é mencionado, debate-se antes a importância da leitura e exemplos de atividades que sua conceituação.

Nas atividades de *information literacy*, o objetivo é promover ao público o desenvolvimento dos conhecimentos necessários para suas práticas de significação. São atividades em que é visada a promoção de um saber específico pelo público que não é relacionado ao uso do sistema documentário. Como Rendón Rojas (2005) argumenta sobre atividades deste tipo, ocorre a defesa da mudança do papel do bibliotecário de alguém que ensina o uso dos instrumentos documentários para alguém que ensina o uso da informação, o que o autor entende que ultrapassa a esfera de atuação desse profissional.

Desse modo, o que tende a ocorrer é a valorização do papel educativo do profissional da mediação documentária na medida em que é marginalizada a promoção de saberes de caráter documentário por meio de atividades educativas realizadas em sistemas documentários.

Sendo assim, o esforço necessário nos estudos documentários é o de abordar a realização e o estudo das atividades educativas tendo em vista a mediação documentária e sua concretização a partir da cadeia documentária.

Associada à busca pelo papel educativo do profissional bibliotecário, vale mencionar a reivindicação do cumprimento de seu papel social, como trata Rendón Rojas (1998).

A reivindicação de um papel social do bibliotecário leva a cenários em que ele é abordado como um sujeito inferior cujo trabalho reside em servir o público (Rendón Rojas, 1998, p. 10). O sentido de servir aqui diz respeito à servidão e não à prestação de serviços. No dicionário digital Caldas Aulete, desenvolvido pela editora Lexikon, dentre as definições apresentadas para serviço e servidão, o ‘serviço’[20] é definido como uma tarefa, trabalho ou atividade exercida mediante remuneração, enquanto a ‘servidão’[21] compreende a condição de quem é totalmente dominado por algo ou alguém, tornando-se sujeitado ou submisso aos outros.

Na condição de sujeito que serve aos demais, tornam-se exigências ao profissional do campo apresentar características de personalidade, como disposição e disponibilidade no atendimento ao usuário, além de perspicácia e intuição para adivinhar o que o usuário possa vir a solicitar (Rendón Rojas, 1998).

[20] Disponível em: https://www.aulete.com.br/servi%C3%A7o. Acesso em: 13 abr. 2024.
[21] Disponível em: https://www.aulete.com.br/servid%C3%A3o. Acesso em: 13 abr. 2024.

Como discorre Rendón Rojas (1998), as relações entre o profissional e o usuário devem ser caracterizadas pela interdependência entre as partes e não pela subordinação entre elas. A Biblioteconomia é uma ciência que propõe e aporta elementos para o diálogo. O diálogo não é possível em um cenário de hierarquização entre os sujeitos da comunicação, qual seja o profissional que, em sua inferioridade serve ao usuário, cuja posição de superioridade demanda que todas as suas vontades sejam atendidas indiscriminadamente.

Além do lugar de servidão, Rendón Rojas (2005) menciona a reivindicação do papel social do bibliotecário como um discurso que, por vezes, posiciona o profissional em um lugar de salvacionismo quanto ao seu trabalho com o público. O autor contrapõe explicando que o compromisso do profissional com as pessoas não o torna um missionário ou mensageiro de boas novas, mas um agente que participa do desenvolvimento delas. Essa participação se dá de forma objetiva a partir da elaboração de formas de operação sobre a realidade, mais propriamente sobre os documentos e os sujeitos que deles necessitam. O profissional pode propor caminhos para apoiar as pessoas no desenvolvimento de uma vida autêntica a partir do reconhecimento histórico e social de si. Portanto, trata-se de um trabalho com objeto e objetivos pré-definidos e não apenas uma boa ação social.

Nesse sentido, e retomando a discussão desenvolvida na seção, torna-se de fundamental importância a compreensão da atividade documentária em sua integralidade. A noção de cadeia documentária contribui para evidenciar as relações entre os processos documentários, apontando ao valor elaborado ao documento longo da cadeia que possibilita constituir determinados produtos, e sobre eles, desenvolver serviços e atividades.

Sendo assim, a cadeia documentária é o modo de identificar como a mediação documentária é desenvolvida e quais os meios mobilizados para que se alcance sua finalidade, qual seja a de estabelecer a comunicação com o público na expectativa de subsidiar a satisfação de suas necessidades de informação. Na base da cadeia documentária, a técnica é o conhecimento que apoia sua constituição. Sem a técnica, o profissional não tem os meios intelectuais necessários para desenvolver cada processo de mediação. Desse modo, a seção que segue tem como ponto de partida a explicação da noção de técnica documentária, evidenciando essas relações entre a técnica e a realização da atividade documentária.

4.2 A CADEIA DOCUMENTÁRIA: PARA UMA TÉCNICA FUNDAMENTADA

No âmbito da Ciência da Informação, em especial no Brasil, a noção de técnica é comumente relacionada a algo de valor negativo ou de menor importância, em especial no tocante às frentes de trabalho assumidas pelo profissional no sistema documentário. Em

razão disso, faz-se necessária esta seção para revisitar a noção de técnica, explicando a sua importância como o conhecimento que é base para o desenvolvimento da cadeia documentária.

De acordo com Ortega y Gasset (1991), a técnica é o conhecimento elaborado para desenvolver produtos úteis para a satisfação das necessidades humanas. Segundo ele, o emprego da técnica varia de acordo com as necessidades observadas em um contexto e o entendimento dos sujeitos a respeito de quais condições precisam ser criadas para satisfazer essas necessidades.

Mesmo com as variações nos modos de empregar e desenvolver a técnica, Ortega y Gasset (1991) destaca o objetivo, comum entre elas, de minimizar os esforços empregados nos processos de produção. O autor afirma que, conforme o ser humano minimiza seus esforços para tarefas de produção sobre o mundo, ele pode reorientar energias para a autofabricação, para a produção de si, o que é o propósito maior de qualquer ser humano. Sendo assim, o emprego da técnica permite “dar liberdade ao homem para ele poder entregar-se a si mesmo” (Ortega y Gasset, 1991, p. 35).

Analisando os usos sociais da técnica, Álvaro Vieira Pinto (2005) aponta a técnica como algo que serve à vida já que sua finalidade é subsidiar a produção material dos bens que o homem necessita. O autor menciona que, ao subsidiar a produção **na** sociedade, a técnica também subsidia a produção **da** sociedade, pois esta decorre das relações estabelecidas entre as pessoas para elaborar os bens que necessitam coletivamente. Nesse sentido, Pinto (2005) caracteriza a técnica como histórica e cultural, dada a relação intrínseca entre técnica e o desenvolvimento das sociedades.

O termo tecnologia é significativo para operacionalizar a conceituação de técnica.

Abordamos a noção de tecnologia como sinônima da definição de Harnecker (1973, p. 30) sobre os meios de trabalho em sentido estrito: “OS MEIOS DE TRABALHO EM SENTIDO ESTRITO são as coisas ou conjunto de coisas que o trabalhador interpõe diretamente entre ele o objeto sobre o qual trabalha (matéria bruta ou prima)”.

Quanto às tecnologias adotadas para o desenvolvimento da mediação documentária, elas podem ser identificadas a partir de dois grupos de artefatos: os aparatos tecnológicos, como impressoras, computadores, entre outros recursos, usualmente elaborados e aperfeiçoados a partir de outros campos de conhecimento, em especial os campos relativos às tecnologias de informação e comunicação; e os instrumentos documentários, os quais abrangem, por exemplo, as linguagens documentárias e os modelos e padrões para o desenvolvimento de processos de representação descritiva, elaborados e aperfeiçoados no campo a partir da técnica documentária.

Por sua vez, para tratar da técnica, a questão da linguagem é fundamental.

Como trata Patrick Charaudeau (2016), a comunicação é um ato de linguagem, em que os sujeitos exercem os papéis de enunciador e receptor, atribuídos pelos próprios sujeitos a si e aos outros, possibilitando a enunciação e a recepção de ideias.

De acordo com Beth Brait (2001), todo ato de linguagem é constituído pela interação, de modo que ela é fundamental para a comunicação, significação e construção de sentido.

O uso comum da linguagem entre sujeitos permite que eles organizem suas relações e estabeleçam as interações necessárias para o desenvolvimento de si e do meio social: “Estes sujeitos em interação são claramente sujeitos em comunicação — um sujeito que produz gestos significantes para afetar o outro, sendo antecipadamente afetado pela provável e futura afetação desse outro” (França, 2006, p. 14).

A técnica para a mediação documentária, ou apenas técnica documentária, pode ser compreendida como o conjunto de conhecimentos necessários para o trabalho com a linguagem no desenvolvimento da cadeia documentária, tendo em vista o objetivo do profissional de estabelecer a comunicação com o público por meio do sistema documentário. Sendo assim, o sistema documentário é um espaço onde os sujeitos são estimulados a estabelecer os atos de linguagem necessários para a efetividade da comunicação documentária.

Segundo Moura e Lara (2012, p. 4), a base do projeto de Otlet é o conjunto de técnicas denominado por ele de método documentário. Essas técnicas constituem as bases para a configuração de duas etapas da atividade documentária: a identificação dos conteúdos a representar pelo Princípio Monográfico[22] e sua ordenação orientada pela Classificação Decimal Universal (CDU), a partir de um fator orientador para promover a visão de conjunto, que se apresenta ao longo de todo o processo. Desse modo, a técnica é a base para a elaboração dos objetos necessários à atividade documentária, como os formatos padronizados das fichas catalográficas e a CDU.

A técnica na obra de Otlet é fundamental para desenvolver a atividade documentária, de modo a ser possível promover sua função social, qual seja a de dar acesso à produção intelectual humana.

[22] O Princípio Monográfico compreende a elaboração de fichas ou folhas em que seriam registrados os conteúdos fundamentais de cada documento, constituindo um repertório, o Repertório Bibliográfico Universal (RBU). No RBU, deveria ser considerada toda a produção intelectual, tornada acessível a todos e para todos os propósitos. A organização das fichas no RBU se daria pela ordenação em dois conjuntos, um segundo o autor e outro segundo o assunto. A ordenação das fichas por assunto seria estruturada segundo o esquema de classificação da Classificação Decimal Universal (CDU). Otlet (2018) menciona que, em 1º de abril de 1934, o RBU compreendia 15.646.346 fichas.

Briet (2016), em texto publicado em 1951, caracteriza a técnica documentária como uma técnica cultural. A princípio, o conceito de técnica cultural remetia às técnicas de agricultura; mais recentemente, passou a ser adotado para identificar as operações e diferenciações básicas que dão origem a entidades constituintes da cultura (Winthrop-Young, 2013). Nesse sentido, Sybille Krämer e Horst Bredekamp (2013) definem as técnicas culturais como os processos operativos realizados sobre as coisas e os símbolos.

Para Day (2006), ao descrever a técnica documentária como técnica cultural, Briet estaria considerando a técnica como uma forma de operar pela e para a cultura. A técnica documentária estaria relacionada à capacidade de produzir os documentos necessários para a manutenção e continuidade das formações culturais. De modo similar, a partir de análise da produção de Briet, Lara e Mendes (2018) abordam a associação da técnica cultural à produção dos documentos secundários, que serviriam para responder às demandas da modernidade industrial. Pagès (2021), contemporâneo de Briet, por sua vez, já apontava para a relação intrínseca entre o desenvolvimento da cultura e a produção e o uso de documentos.

Fondin (2002) aborda a técnica como o conjunto de saberes e de saber-fazer de uma profissão ou de uma arte, que permite agir sobre as coisas, fabricá-las, moldá-las e transformá-las. Para ele, dada a diversidade de coisas existentes, diversificam-se as técnicas produzidas ao longo do tempo, cada qual objeto de uma profissão. Quanto às técnicas documentárias, portanto, Fondin (2002) afirma que elas constituem conjuntos de saberes e de *savoir-faire* necessários para a ação sobre o sistema documentário e cada um de seus elementos, possibilitando o responder de forma pertinente às demandas de informação formuladas pelo usuário.

Observando especificamente o percurso da Biblioteconomia, Frédéric Saby (1998) destaca a importância desta área ser reconhecida como um conjunto de técnicas, mas sendo estas articuladas ao *savoir-faire* profissional, de forma a evoluírem para um conjunto de serviços que colocam o usuário como central no processo de acesso à informação, e não apenas o documento.

Cada processo documentário envolve um trabalho diferente com a linguagem, pois cada um deles apresenta funções distintas na cadeia documentária. Desta forma, as técnicas documentárias diversificam-se em razão do processo documentário que elas fundamentam, viabilizando a efetivação das ações de mediação.

No percurso constitutivo do campo, as técnicas documentárias foram desenvolvidas sob formas e ênfases diferentes, considerando as condições contextuais de cada local e tempo e os processos documentários observados como mais pertinentes para o estudo e para a prática documentária.

Os estudos linguísticos realizados no campo apoiam o desenvolvimento de metodologias para estudo do público, uma vez que ele é o sujeito cuja recepção é visada com a atividade documentária. Esses estudos foram desenvolvidos de forma significativa no âmbito da organização da informação, de modo que foi desenvolvida a linha de pesquisa Análise Documentária, posteriormente compondo o subcampo da Linguística Documentária (Lara, 2011), como discutido anteriormente na seção 2.

No âmbito da Análise Documentária/Linguística Documentária, destaca-se o estudo das linguagens documentárias, como instrumentos documentários voltados ao tratamento do conteúdo dos documentos com fins de promover ao público a recuperação dos documentos pertinentes às suas necessidades.

Tálamo (1997) menciona o aparecimento do termo linguagem documentária na produção do campo a partir da década de 1970. De modo mais específico, Vogel (2008) indica a data da primeira aparição do termo Linguagem Documentária na pesquisa de Cross e outros (1968), coordenada por Gardin.

Para Hutchins (1975 *apud* Vogel, 2008), as linguagens documentárias são meios de comunicação entre documentos e leitores potenciais. Hutchins (1975) distingue as linguagens documentárias em dois tipos: as linguagens classificatórias, como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal, e as linguagens de indexação, como os índices alfabéticos de assunto, os índices coordenados e os tesauros.

Lara (1999, p. 163) sistematiza as seguintes funções das linguagens documentárias: promover o controle da significação; promover a representação condensada de conteúdos informacionais; permitir a transcodificação de conteúdos informacionais ou de perguntas de usuários; promover o acesso e a atualização de informações através da veiculação de uma proposta interpretativa; e agenciar a produção do conhecimento.

Lara e Tálamo (2007) propõem a ampliação da noção de linguagem documentária para considerar não apenas as linguagens tradicionalmente adotadas em sistemas de informação bibliográfica, mas incluir as linguagens adotadas em outros ambientes de informação, como os conteúdos de sites e bancos de dados estatísticos. Esta proposta de flexibilização do conceito de linguagem documentária havia sido apresentada anteriormente por Lara (1999), apontando a necessidade de incluir neste termo os vocabulários controlados que, em seus diferentes níveis de estruturação, são adotados no desenvolvimento de processos de organização da informação, bem como as linguagens adotadas para desenvolver o arranjo de informações que não são identificadas usualmente como documentárias. Desse modo, a flexibilização do conceito de linguagem documentária desloca “[...] a centralidade das preocupações, das estruturas significantes, para as estruturas passíveis de significação, e

incorpora, com maior ênfase, o usuário, no processo de construção das representações" (Lara, 1999, p. 139).

Ademais, em análise dos estudos linguísticos aplicados à atividade documentária, vale destacar a necessidade de maiores estudos considerando os aspectos linguísticos dos outros processos, serviços e atividades que compõem a cadeia documentária, já que na literatura produzida no campo sobre o tema, são privilegiados os processos relacionados à classificação e à indexação.

Como comentamos, a operacionalização da técnica documentária envolve discutir as tecnologias disponíveis, sejam os aparatos tecnológicos sejam os instrumentos documentários.

De modo geral, o desenvolvimento tecnológico e os ambientes digitais e virtuais impactaram os problemas das pessoas relativos ao acesso e uso de documentos, impactando também a produção da cadeia documentária.

No âmbito do campo, as novas tecnologias potencializaram os processos documentários, possibilitando constituir mais redes de trabalho para a interlocução entre os profissionais e pesquisadores. Foram expandidos os objetos, meios e contextos de atuação do profissional da mediação documentária a partir dos documentos digitais, dos espaços virtuais de navegação e trocas de conteúdo e dos modos de elaborar instrumentos documentários para torná-los mais eficientes quanto às suas funções na cadeia documentária, considerando o dinamismo do contexto digital.

Por outro lado, as mudanças geradas pelo avanço tecnológico trouxeram desafios para o campo. A multiplicidade de documentos e os sistemas virtuais de acesso a documentos disponíveis em rede demandam infraestrutura para acessá-los e utilizá-los. A depender do contexto social, o profissional não dispõe dos recursos necessários para elaborar e/ou adquirir essa infraestrutura para o público, tão pouco capacitá-lo para promover a educação do usuário para apoiá-lo no acesso e uso das interfaces.

Segundo Crippa (2016), em meados do século XX, a busca pela eficiência nos sistemas de recuperação da informação para responder à manutenção de uma dada ordem social e forma de produção levou à marginalização da técnica.

O período pós-guerra mundial foi um momento de crise para o sistema capitalista de base industrial, cuja superação esteve atrelada ao desenvolvimento e uso das tecnologias de informação e comunicação (Valente, 2018). Desta forma, a Ciência da Informação de origem estadunidense foi calcada na solução de problemas por meio da tecnologia, com menor preocupação com as teorias e metodologias constituídas, como aquelas que abarcam a fundamentação técnica das ações de mediação documentária:

> [...] historicamente a vertente estadunidense carregou uma tendência até hoje perceptível à escassez (ou de lacunas) de fundamentação e preocupação epistemológica, ou seja, a enfatizar mais a tecnologia e os recortes teórico-disciplinares sob o ponto de vista prático em detrimento da contextualização do pensamento produzido na CI de tradição científica e filosófica (Rabello, 2009, p. 195).

O desenvolvimento da Ciência da Informação é amplamente abordado a partir da divisão entre três paradigmas, como explorado por Capurro (2003), que são: físico, cognitivo e social.

O paradigma físico é identificado nos estudos iniciais em Ciência da Informação, a partir de meados do século XX.

A fase inicial do percurso da Ciência da Informação estadunidense é marcada pela priorização da instância tecnológica como forma de potencializar a produtividade dos processos de produção e disseminação de documentos, secundarizando o caráter teórico e epistemológico da (suposta) nova área. Esse novo enfoque, e os problemas decorrentes dele, reverberou nos estudos realizados no âmbito das disciplinas documentárias — Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia — e como seus agentes elaboravam suas próprias relações com a técnica documentária.

Ainda no século XX, a partir de ações em espaços de formação, encontros acadêmicos e profissionais, foi disseminado o entendimento de que a cadeia documentária, em especial os processos ditos 'técnicos', relativos à Organização da Informação, poderiam ser desenvolvidos pela simples aplicação de determinados instrumentos documentários. Destacaram-se, nesse sentido, a Classificação Decimal de Dewey, o Código de Catalogação Anglo-Americano e o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC), este adotado na automatização do processo de catalogação, para operacionalizar as práticas de compartilhamento de registros catalográficos.

O uso de tecnologias no contexto estadunidense tinha como objetivo reduzir o tempo e os recursos utilizados com os processos ditos técnicos, amplificando a produtividade da atividade documentária. A problemática decorrente desse cenário é relativa ao caráter antes dogmático que reflexivo que envolveu o uso dos instrumentos documentários majoritariamente reproduzidos naquele período.

Sendo assim, ao ser discutida a insuficiência da técnica documentária, de modo a situá-la como oposta ou distinta ao desenvolvimento da função social do campo, consideramos não estar em questão propriamente a técnica, mas sua representação cristalizada em instrumentos documentários específicos. Isso inclui, portanto, associar a técnica às limitações, desatualizações e incoerências ou inadequações estruturais e de

conteúdo presentes nesses instrumentos para aplicá-los em contextos documentários específicos e, principalmente, atuais.

De forma associada, o conceito de tecnologia também é abordado de forma fragmentada no campo, se discutido restritamente a partir de determinados instrumentos documentários e aparatos tecnológicos adotados em um período e local, reduzindo a eficiência do campo para produzir respostas às demandas de informação geradas em outros contextos. Desse modo, vale observar a necessidade de uma discussão qualificada tanto da técnica quanto da tecnologia nos estudos do campo.

Na década de 1970, em resposta ao dito tecnicismo da Ciência da Informação, novos estudos passaram a ser desenvolvidos em torno dos aspectos cognitivos dos sujeitos. Um dos objetivos destes estudos era subsidiar a elaboração de sistemas que melhor contemplassem os processos de elaboração de conhecimento dos sujeitos (Araújo, 2014). Como a ênfase desses estudos já indica, eles foram identificados como estudos do paradigma cognitivo, segundo apresentado por Capurro (2003), a partir do final da década de 1970.

Posteriormente, os estudos cognitivos foram criticados pelas lacunas que apresentavam relativas ao impacto dos aspectos sociais na elaboração de conhecimento dos sujeitos. Segundo Abdalla e Kobashi (2012), o lado positivo da perspectiva cognitiva foi o destaque dado ao papel ativo do sujeito no processo de aquisição de informação ou conhecimento, contudo, como lado negativo, este processo foi individualizado, o que levou a ser desconsiderada a influência dos fatores sociais e culturais sobre esse processo.

Em razão das lacunas identificadas nos estudos cognitivos, a terceira fase dos estudos do campo, que seguindo a sistematização de Capurro (2003) compreende o paradigma social ou sociocognitivo da Ciência da Informação, é caracterizada por estudos e práticas caracterizados por seus pesquisadores e profissionais pelo foco na função social do campo, superando tanto o tecnicismo inicial quanto o cognitivismo posterior a este.

A estes estudos, Capurro (2003) identifica como relativos ao paradigma social, a partir de publicações em que as análises compreendem o estudo dos contextos sociais em que as pessoas atribuem significado à informação, estabelecendo critérios de seleção e relevância.

Almeida, Bastos e Bittencourt (2007) explicam os reflexos da perspectiva social na Ciência da Informação, apontando o núcleo da Organização do Conhecimento e sua aproximação com outras disciplinas para o estudo da representação da informação em diversas culturas. Desse modo, tanto a Organização do Conhecimento quanto as demais subáreas do campo “[...] deixaram de se dedicar às questões técnicas da organização para concentrarem-se nos sujeitos cuja atividade é a que define os mecanismos, a linguagem e o modo de ver [e] organizar seu conhecimento” (Almeida; Bastos; Bittencourt, 2007, p. 86).

Sendo assim, na produção hegemônica em Ciência da Informação, a consequência do apagamento dos estudos documentários e da abordagem realizada sobre a técnica documentária é de amplificação dos discursos que veiculam a busca da fundamentação do campo às ciências sociais e humanas.

De forma coerente ou não, os estudos realizados nas ciências sociais e humanas são adotados como alternativa para solucionar os problemas teóricos que foram mal diagnosticados pelas abordagens a-históricas da proposta hegemônica de Ciência da Informação.

Sendo assim, a ideia de técnica ficou desgastada, diminuindo as possibilidades de elaboração do conceito no campo. Esse cenário impactou negativamente os fundamentos elaborados a respeito da técnica documentária, o que inclui o seu papel no desenvolvimento da função social do campo.

Gilbert Simondon (2018, p. 1) defende ser falsa e sem fundamento a oposição erigida entre cultura e técnica, a qual encontre ignorância ou ressentimento: “Mascara por detrás de um humanismo fácil uma realidade rica em esforços humanos e em forças materiais e que constitui o mundo dos objetos técnicos, mediadores entre a natureza e o homem”.

O predomínio da influência de alguns grupos quanto ao uso da técnica documentária e a promoção de sua instrumentalização, tenha sido esta proposital ou não, não excluiu o movimento contra hegemônico acerca da questão.

Em certa parcela do campo, grupos de pesquisa e de profissionais mantiveram o reconhecimento do percurso histórico dos estudos documentários, contemplando, portanto, o conhecimento técnico do campo produzido durante esse percurso. Sendo assim, foram elaborados comentários, críticas e reflexões a respeito da técnica documentária e de como os instrumentos difundidos no campo poderiam ser mais bem aproveitados para atender às necessidades sociais de distintos contextos documentários, reatando a falsa separação e/ou oposição disseminada entre técnica e função social, ou mesmo entre técnica e tecnologia, historicamente promovida naquela vertente hegemônica do campo.

4.3 A TÉCNICA DOCUMENTÁRIA: AS INTENCIONALIDADES DOS SUJEITOS

O trabalho a partir da linguagem na técnica documentária exige o reconhecimento das intencionalidades dos sujeitos que exercem suas práticas no sistema documentário.

Ana Cristina Carmelino e Paula Ramos (2019) afirmam que a introdução do conceito de intencionalidade na Linguística Textual ocorreu com a publicação ‘*Introduction to Text*

Linguistics', em 1981[23], por Robert-Alain de Beaugrande e Wolfgang U. Dressler. Carmelino e Ramos (2019) tratam dessa publicação como segue. Afirmam que, nela, aborda-se a intencionalidade como um dos fatores para o texto ser um evento comunicativo. O produtor do texto está situado em um extremo do evento com uma meta a ser alcançada em um plano. Para tanto, ele elabora e mobiliza um conjunto de sequências coesas e coerentes como consequência de suas intenções. O receptor, por sua vez, ocupa o outro extremo do evento comunicativo, desenvolvendo a aceitabilidade do texto. A aceitabilidade envolve a tolerância com o conteúdo textual apresentado e a construção de inferências a partir do texto com que teve contato, para aceitar ou não o que é apresentado. Portanto, a intencionalidade e a aceitabilidade estão intrinsecamente relacionadas entre si na efetividade de um evento comunicativo.

De acordo com a linguista Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2000), o conceito de intenção é fundamental para compreender a linguagem como atividade convencional. A interpretação pressupõe que quem fala possui intenções ao comunicar-se: "Compreender uma enunciação é, nesse sentido, apreender essas intenções" (Koch, 2000, p. 24). Desse modo, a linguagem, na condição de atividade realizada com fins de estabelecer interações sociais, assume o sentido de ação sobre o mundo dotada de intencionalidade: "As noções de intencionalidade são, sem dúvida, introduzidas para dar conta, respectivamente, das intenções dos emissores e das atitudes dos receptores" (Oliveira Neto, 1999, p. 58).

O estudo da intencionalidade abarca os processos de emissão, interpretação e apropriação de sentidos, os quais são planejados para estabelecer interações sociais mediante a linguagem.

O trabalho com a linguagem na atividade documentária perpassa relacionar as intencionalidades dos sujeitos que participam direta ou indiretamente dela. Quanto melhor identificadas e trabalhadas as intencionalidades, sob as distintas formas de enunciados que elas podem ser realizadas pelos sujeitos, mais efetivas podem ser as comunicações realizadas no sistema documentário.

Rendón Rojas (2018b) explica a função da intencionalidade de orientar e dar sentido às práticas de mediação desenvolvidas no campo.

Segundo Johann Pirela Morillo e Francys Delgado (2018), a discussão acerca da intencionalidade da atividade documentária implica explorar os sistemas explicativos do porquê e para que essa atividade é realizada, ou seja, o que se busca ao desenvolver essa

[23] As autoras utilizam a edição traduzida para o espanhol, publicada em 2005.

atividade. Os sistemas explicativos da atividade documentária são elaborados a partir dos contextos institucionais nos quais ela é realizada.

Ortega (2015) aborda que não discorrer sobre o objeto do campo quanto ao que o explica e o qualifica, dispensando assim a análise das atividades documentárias em sua integralidade e a intencionalidade que as mobiliza, leva ao enfraquecimento de sua dimensão política que se manifesta em seu viés comunicacional: “A ideia de neutralidade do processo documentário, depois substituída pela de subjetividade, implica antes em [*sic*] alienação e mostra-se impeditiva de uma prática científica pautada pelo estabelecimento de critérios institucionais objetivos” (Ortega, 2015, p. 13).

Almeida Júnior (2015a, p. 12) explica que a informação é impregnada de “[...] intenções, interesses, desejos, valores. Ela carrega embates, lutas por poder, por dominação, por imposições de conceitos, verdades”. Desse modo, a informação é produto em contínua elaboração, que não é elaborada isoladamente, fechada ou imutável.

A mediação da informação não é um processo estanque e fracionado no tempo, mas é histórico-social: “A interferência não deve ser negada, mas, sim, explicitada, afirmada, tornada consciente para que, criticamente, o profissional possa lidar com ela de maneira a amenizar/minimizar possíveis problemas que dela decorram” (Almeida Júnior, 2009, p. 94).

Almeida Júnior (2015a) salienta que o emprego das técnicas documentárias não elimina o fator ideológico da mediação, pelo contrário, o reforça. As ferramentas e os instrumentos de organização da informação, por exemplo, são resultados de concepções de mundo manifestadas nos modos de produzir informação e nos aparatos adotados para sua manipulação. Desta forma, todos os elementos materiais envolvidos na atividade documentária são produtos de intenções de pessoas e suas concepções de mundo.

Para Rendón Rojas (2018b), o processo documentário é marcado pela existência de ao menos três intencionalidades, decorrentes de três tipos de sujeitos. Na criação dos documentos, o autor tem intenções comunicativas com o documento criado. Na atividade documentária, o *profesional de la información documental* agrega novas intencionalidades para preparar o documento para ser recuperado e consultado pelo usuário. O terceiro sujeito é o público cujas intenções orientam seus processos de busca, recuperação e consulta aos documentos da coleção.

Ortega (2018) trata das intencionalidades da atividade documentária manifestadas nas propostas de significação elaboradas sobre os documentos para um público. Ela afirma que a significação proposta pela atividade documentária influencia a interpretação do público, que realiza esta ação a partir de suas próprias intenções.

No contexto tecnológico atual, considerando especialmente os sistemas virtuais, como buscadores e agregadores de conteúdo eletrônico e as redes sociais, em muitos casos, há a ausência de transparência estrutural desses sistemas, impedindo o profissional de identificar o melhor modo de utilizá-los com fins documentários. A ausência de transparência diz respeito à falta de explicitação das intencionalidades dos gestores desses sistemas e como elas são materializadas no seu funcionamento.

Rosseti e Angeluci (2021) descrevem as questões éticas que envolvem a elaboração e uso dos algoritmos em inteligências artificiais, mencionando a problemática da opacidade algorítmica como referência à ausência de explicitação do funcionamento dos algoritmos por parte de seus proprietários. Estes defendem a importância do segredo em razão da competitividade do mercado, segurança nacional e privacidade informacional, entre outros fatores. As autoras também destacam o viés social e cultural implicado na criação dos algoritmos, considerando que eles são produtos da ação humana: “Portanto, um algoritmo não é neutro, mas reflete os valores éticos de seus criadores humanos”. Sendo assim, há que se evidenciar qual é esse viés e como ele é operacionalizado na concepção dos algoritmos.

A partir da análise realizada acerca do tema, Rosseti e Angeluci (2021, p. 9-10) ressaltam a necessidade de transparência dos algoritmos “[...] para que se tenha previsibilidade, controle, monitoramento e correção dos processos que envolvem o acesso e compreensão das informações”. Nesse sentido, consideramos que a falta de transparência dos algoritmos prejudica utilizar os sistemas estruturados a partir deles a favor da prática documentária, uma vez que não é possível prever o funcionamento desses sistemas para alinhar o seu funcionamento a favor do objetivo da atividade documentária em dado contexto.

Por fim, cabe apontar as problemáticas das intencionalidades que orientam os principais instrumentos documentários disseminados no campo, como a CDD e a CDU no contexto bibliográfico, em especial no Brasil. Mais especificamente, destacamos o viés hegemônico de dominação atribuído a esses instrumentos.

No âmbito das ciências sociais, são amplamente discutidos os processos de apagamento de grupos socialmente minoritários, como grupos racializados, LGBTQIAP+, mulheres, grupos de localizações geográficas vistas como periféricas, ou mesmo de pessoas que atravessam simultaneamente diferentes grupos, ao que se denomina interseccionalidade.

A origem da conceituação do termo ‘interseccionalidade’ é atribuída à autora Kimberlé Crenshaw, que o utiliza para descrever como diferentes facetas da identidade social (como gênero, raça, etnia, deficiência, classe socioeconômica, religião e identidade sexual) se

sobrepõem e se cruzam (*intersect*, no original), muitas vezes agravando as experiências do indivíduo com desigualdade e discriminação (Intersectionality, 2022[24]).

Lilia Moritz Schwarcz (2019) aborda as consequências da herança escravocrata dos períodos iniciais da colonização do Brasil, dentre as quais o apagamento dos poucos intelectuais negros dos espaços de prestígio social e o ocultamento das sociedades, associações e jornais comunitários negros, idealizados na Primeira República (1889-1930), cujo objetivo era lutar pela inclusão social.

Desse modo, a partir da breve exposição anterior, observa-se que, o uso de marcadores sociais de raça para deslegitimar a produção de conhecimento de grupos negros, promoveu o apagamento tanto dessa produção quanto dos intelectuais responsáveis por ela.

Termos como epistemicídio (Silva; Silva, 2022), injustiça epistêmica (Coady, 2010; Fricker, 2007; Santos, 2022), *apartheid* epistêmico (Rabaka, 2010) e princípio de ausência (Kilomba, 2020), grosso modo, são utilizados para indicar a necessidade de reconhecimento e de superação das problemáticas que levam à marginalização de certos grupos na participação da produção, compartilhamento e apropriação de conhecimentos no espaço social.

Sendo assim, a história da produção e disseminação de conhecimento está marcada pela legitimação de certos marcadores identitários, para promover o conhecimento elaborado por grupos sociais em detrimento de outros. Como consequência, as identidades elaboradas a partir de marcadores, como gênero e de raça, distintos do hegemônico, não possuem a mesma legitimidade no espaço público de produção de conhecimento. O apagamento ou marginalização do conhecimento repercute na concepção que as pessoas elaboram sobre si e sobre as outras pessoas, oportunizando ou dificultando o desenvolvimento de efetivas comunidades no meio social.

O exercício da atividade documentária contribuiu e ainda contribui significativamente para promover o conhecimento produzido por grupos hegemônicos, ao servir como forma de operacionalização das ações desses grupos.

Segundo Almeida Júnior (1997, p. 66):

> A biblioteca tende a veicular informações imbuídas de conceitos contrários às propostas sócio-político-econômicas e culturais da maioria da população. Refletindo posturas e interesses da classe detentora do poder, a biblioteca transforma-se num instrumento de dominação.

[24] A definição do verbete Interseccionalidade é apresentada no tesauro Homosaurus. Disponível em: https://homosaurus.org/v3/homoit0000667. Acesso em: 13 abr. 2024.

Almeida Júnior (1997) afirma que tradicionalmente a biblioteca é um instrumento de dominação, que se manifesta de forma velada ao transmitir ideias como verdades. Para o autor, a biblioteca deixará de atuar como um instrumento de apoio à promoção da ideologia dominante, quando ela começar a "[...] aglutinar, produzir, veicular e disseminar informações que estejam coadunadas com os legítimos interesses da comunidade a que serve [...]" (Almeida Júnior, 1997, p. 67), transformando-se assim em um canal efetivo de resistência cultural.

Instrumentos amplamente adotados no campo para subsidiar a realização dos processos de organização da informação em sistemas bibliográficos, como a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Decimal Universal, o Código de Catalogação Anglo-Americano, foram produzidos majoritariamente em contexto anglo-americano. Segundo Milani e Guimarães (2017, p. 77): "um [instrumento documentário] [....] veicularia *bias*, inclinação ou tendenciosidade ao evocar as crenças e princípios de quem os criou, preconceitos ou desvios às normas dominantes, revelando um ponto de vista contra os outros pontos de vista". Desse modo, os instrumentos mencionados antes foram concebidos sob intencionalidades de uso para o tratamento de conteúdos que refletiam valores de pessoas brancas e cisgêneros, dessas regiões e vinculadas à religião protestante.

A produção do campo apresenta diferentes estudos em que são debatidos os epistemicídios promovidos a partir do uso de certos instrumentos documentários. A partir de análise de publicações do campo (Johnson, 2010; Milani; Guimarães, 2014/2017; Díaz-Jatuf, 2021), identificamos a menção a certos autores pioneiros no movimento de crítica aos instrumentos documentários tradicionais no campo, alguns deles mencionados em sequência com fins de exemplificação.

Sanford Berman (1969, 1993) aponta o viés racista e colonial da Lista de cabeçalhos de assuntos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*Library of Congress Subject Headings* (LCSH), no original).

Antony Charles Foskett (1971) analisa a Classificação Decimal de Dewey, ressaltando à época o amplo debate no campo a respeito das problemáticas relativas à religião, decorrentes do privilégio dado por Dewey ao protestantismo, secundarizando as demais religiões, em especial aquelas de matriz não-cristã. No caso de Foskett (1971), o autor destaca as problemáticas presentes na CDD relacionadas ao trato das categorias Mulher e Sexo.

Steve Wolf (1972[25]) problematiza a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*Library of Congress Classification*, no original), pois, relacionavam conteúdos a respeito de gays a temas como criminalidade, distúrbios de personalidade e doenças sexuais, prostituição, pornografia e estupro.

Joan Marshall (1972) analisa a Lista de cabeçalhos de assuntos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. O autor aponta a entrada Distúrbios Sexuais (*Sexual Deviations*, no original), sob a qual os termos gays e lésbicas são indicados como remissivas de 'ver mais'. Marshall (1972) aborda que a norma neste instrumento é a de adotar como padrão o sujeito branco, cristão, por vezes especificado como protestante, masculino e heterossexual, de forma que outros marcadores se tornam fora da norma.

Em entrevistas à Harriet Jackson Scapura (Porter, 1990, p. 3) e à Avril Johnson Madison (Porter, 1995, p. 25), a bibliotecária Dorothy Burnett Porter menciona sua resistência em utilizar a Classificação Decimal de Dewey, em razão das invisibilidades apresentadas no sistema para a representação de trabalhos a respeito de e por pessoas negras.

De acordo com Porter (1995), os livros relacionados ao Negro eram classificados sob '325', que era a notação relativa à 'colonização', ou sob '326', que era a notação relativa à 'escravidão': "Então todas as bibliotecas — muitas das bibliotecas brancas, que eu visitei mais tarde — cada livro, seja ele um livro de poemas de James Weldon Johnson, que todos sabiam ser um poeta negro, ia sob 325. E isso era estúpido para mim" (Porter, 1995, p. 25, tradução nossa[26]). A autora questionava, portanto, o porquê de os bibliotecários não colocarem um livro de poesia de um autor negro com os demais livros de poesia, na classe relativa à poesia em que os demais livros de autores brancos estavam posicionados.

Segundo Laura E. Helton (2019), ao propor alterações para a CDD, Porter foi advertida pela *American Library Association* (ALA) de que ela poderia ser acusada de violação de direito autoral se compartilhasse sua proposta de revisão da CDD com outros bibliotecários.

---

[25] Os textos de Wolf (1972) e Marshall (1972) são ambos de uma mesma coletânea de manifestos intitulada '*Revolting Librarians'*, organizada por Celeste West e outros. Nesse texto, profissionais e pesquisadores apontam de forma explícita problemáticas presentes nas práticas bibliotecárias, relacionadas aos enviesamentos decorrentes de preconceitos de distintas ordens manifestados principalmente nos instrumentos majoritariamente disseminados no campo. São criticadas, portanto, as práticas sem reflexão realizadas a partir desses instrumentos e como elas promovem a manutenção de certas estruturas de poder, de modo a oprimir diferentes grupos sociais que fogem à norma promovida por essas estruturas. Na introdução do livro, West (1972, [trecho da Introdução não paginado]) caracteriza como propósito do livro o seguinte: "Fizemos um livro (e, portanto, plantamos uma árvore) porque os bibliotecários que querem mudar as coisas precisam de um fórum: para falar sobre o que deve ser totalmente descartado e o que é bom; piscar para velhas vacas sagradas e explorar nossos dogmas mais recentes; para encontrar um ao outro".

[26] Trecho original: "So all the libraries-many of the white libraries, which I visited later--every book, whether it was a book of poems by James Weldon Johnson, who everybody knew was a black poet, went under 325. And that was stupid to me".

A crítica aos instrumentos documentários hegemônicos gradativamente se tornou um movimento nas diferentes vertentes do campo pelo mundo. Esse movimento foi marcado por apontamentos às problemáticas desses instrumentos decorrentes das intencionalidades que foram base para suas elaborações, destacando como essas problemáticas refletiam a criação de sistemas documentários em que preconceitos e subordinações de certos grupos eram reforçados e não confrontados.

No Brasil, Maria Isabel Ribeiro Ferin Cunha (1985, 1986, 1987) foi uma das primeiras autoras do campo a abordar a marginalização da produção científica africana. Cunha (1986) destaca os instrumentos documentários produzidos por instituições europeias e dos Estados Unidos, como a CDU, cujas estruturas promovem a veiculação de informações errôneas a respeito das culturas africanas. Segundo a autora, isso decorre da linguagem/ideologia colonial adotada na elaboração desses instrumentos. Como solução possível a esse problema, a autora sugere a criação de "[...] canais organizados de editoração e divulgação e estruturando a linguagem de disseminação dessa informação [a informação africana]" (Cunha, 1986, p. 95).

É curioso também observar que à época a autora apontava um cansaço de "[...] ver levantados, sempre e em todas as comunicações e trabalhos, os problemas sem qualquer proposta de possíveis soluções" (Cunha, 1986, p. 95). Nesse sentido, entendemos que houve pouca mudança no cenário brasileiro, pois, se de um lado cresceu o debate a respeito dos problemas relativos à documentação africana e afrobrasileira no campo, de outro lado não identificamos muitas propostas qualificadas para solucionar os distintos problemas quanto ao estudo e à prática dos profissionais de mediação documentária sobre o tema.

Mais recentemente, foram publicados trabalhos no Brasil a respeito dos limites do campo no tocante aos modos de abordar temáticas relativas a grupos socialmente minoritárias, como étnico-raciais e LGBTIA2+. Como marcos recentes desta produção, o livro de Franciele Cardoso (2015), intitulado: O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra, e as publicações realizadas a partir do selo Nyota (Silva; Lima, 2018; Romeiro; Martins; Almeida, 2019).

Segundo Lara (1999, p. 65-66), a linguagem documentária é uma proposta de organização sempre temporária. Os descritores não são simplesmente etiquetas, mas o resultado de uma construção julgada como pertinente para significar em um certo modo e nos limites de um dado contexto.

Tálamo (2001) indica que cada linguagem documentária representa pontos de vistas particulares da realidade, o que a torna inerentemente parcial. Desse modo, para Lara (2001, f. 4), "[...] qualquer proposta de classificação universal é datada, ou seja, parcial, momentânea

e centrada num ponto fixo de enunciação", o que explicaria a dificuldade das classificações bibliográficas de natureza enciclopédica para responderem a aspectos que não foram contemplados em sua criação. Em outras palavras, segundo Ortega (2018) a pretensão à universalidade é uma impossibilidade conceitual e operacional para os instrumentos documentários, pois o funcionamento destes é contextual.

As linguagens documentárias exigem constantes atualizações para responderem às mudanças dos contextos sociais e dos sujeitos que participam deles: "a atualização das linguagens documentárias é uma operação que visa dar sustentação à evolução dos dispositivos de informação" (Kobashi, 2007, f. 7).

Desse modo, os instrumentos documentários representam perspectivas delimitadas pelos profissionais que os elaboram. O que precisa ser recorrentemente avaliado é a consistência que eles apresentam quanto aos temas abordados e como são elaboradas as questões histórico-conceituais que perpassam o desenvolvimento social do conhecimento.

Portanto, há sempre escolhas sendo realizadas ao ser constituída a atividade documentária, o que abarca a elaboração e manipulação dos instrumentos documentários.

Historicamente, as intencionalidades que envolveram, e em alguns casos ainda envolvem, as práticas do campo, promoveram apagamentos, pois foram elaboradas sob o critério da exclusão racial, de gênero, orientação sexual, entre outras, mascaradas sob um ideal positivista de objetividade, neutralidade e universalidade. Desta forma, as escolhas realizadas não se deram propriamente sob parâmetros científicos, mas a partir de preconceitos decorrentes do senso comum, reforçando estereótipos e subordinações de grupos sociais a outros.

O trabalho com as intencionalidades é fundamental para orientar o emprego da técnica documentária na constituição dos sistemas documentários. Esse trabalho exige o reconhecimento das intencionalidades presentes no contexto documentário, nas diferentes formas sob as quais elas podem ser observadas. Como pontua Almeida Júnior (2015a, p. 40), a informação é um elemento em contínua elaboração, "[...] incorporando a cada momento novos significados que podem ser observáveis ou estarem camuflados, escondidos nas dobras de vários interesses".

O profissional da mediação documentária precisa de formação voltada aos aspectos linguísticos da atividade documentária, para reconhecer as intencionalidades e agir sobre elas apoiando-se nas técnicas documentárias. Desse modo, ele deve imprimir intencionalidades na elaboração de mensagens do sistema documentário que contemplem as intencionalidades dos públicos.

Nesse âmbito, as políticas documentárias são fundamentais para racionalizar o trabalho com as intencionalidades dos sujeitos no contexto documentário a partir da atividade documentária. A política documentária explicita os critérios a serem considerados na tomada de decisão implicada em cada processo, serviço e atividade, operando como instrumento para a realização da mediação documentária.

Tálamo (2014) explica que a informação no campo de natureza institucional, uma vez que tanto a seleção da linguagem quanto a dos conteúdos são determinadas pela política de informação da instituição. Essa política é desenvolvida em uma instituição para responder a segmentos de usuários específicos, servindo tanto para tratar os conteúdos dos documentos quanto subsidiar a recuperação da informação por aqueles usuários.

Segundo Jérôme Pouchol (2016, p. 71), a elaboração da política documentária é indispensável para adaptar as coleções das bibliotecas aos seus públicos, bem como legitimar de forma institucional e científica a contribuição do profissional bibliotecário. O autor aponta que esse tipo de formalização é particularmente útil em um contexto no qual as coleções enfrentam muitas mudanças e estão sujeitas a desafios e pressões intensas.

Depuydt (2022) explica a abrangência da política documentária a todas as intervenções realizadas em uma midiateca, incluindo questões de gerenciamento, de parcerias e de orçamentos mais globais. Sendo assim, a elaboração de uma política documentária exige tempo, principalmente no momento de sua primeira elaboração e implantação.

Depuyt (2022) aborda as políticas documentárias como instrumentos de legitimação das escolhas dos profissionais, tornando-as transparentes e visíveis tanto para a equipe quanto para o público. Além disso, as políticas documentárias apoiam os profissionais na defesa das bibliotecas frente os ataques que elas podem sofrer decorrentes das informações falsas que circulam pelas redes sociais.

Apesar da importância das políticas documentárias para a realização dos processos documentários, Depuydt (2022) pontua alguns dos desafios enfrentados pelos bibliotecários para elaborá-las, como a ausência de tempo, dadas as distintas atividades realizadas por eles, a quantidade pequena de pessoal disponível nas bibliotecas, as exigências de extensão da carga horária de trabalho inicialmente prevista, a pressão sobre os profissionais para a realização da programação cultural das bibliotecas, dentre outras questões.

Outro ponto é a ausência de reflexão acerca do trabalho bibliotecário pelo profissional, como afirma Almeida Júnior (1996): para ele, não se trata de uma falta de reflexão necessariamente intencional, já que o próprio profissional muitas vezes não está plenamente consciente dessa ausência:

> Na prática bibliotecária, não é comum o questionamento da ação empreendida: quase sempre tal ação se dá de forma meramente mecânica, ou melhor, rotineira. O trabalho cotidiano (em alguns casos, as funções repetitivas) absorve integralmente o bibliotecário, não permitindo espaço sobre suas atividades. A burocracia também "colabora" com essa situação, exigindo uma constante atenção e ocupando enormemente o profissional (Almeida Júnior, 1996, p. 235).

Complementarmente às exposições apresentadas, cabe mencionar a lacuna na produção do campo relativa aos estudos de políticas documentárias, em especial na vertente brasileira do campo.

No cenário brasileiro da Ciência da Informação, de um lado, o tema política de informação é amplamente debatido entre a comunidade científica, figurando inclusive como denominação de um dos grupos de trabalho de um dos maiores eventos nacionais do campo, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) — GT 5 - Política e Economia da Informação. O enfoque do GT 5 é a política no âmbito do Estado e de outras instituições que regulamentam fluxos de informação pela sociedade. Contudo, de outro lado, as políticas de informação próprias à atividade documentária não figuram como parte do escopo desse GT.

Em breve investigação a respeito do tema na produção brasileira, a partir de consulta na base BRAPCI pelo termo "política documentária", identificamos uma discussão tímida do tema e específica às políticas de indexação. Mesmo nestes casos, os pesquisadores e as pesquisadoras relatam a escassez na discussão do tema (Carneiro, 1985; Nunes, 2004; Rubi, 2004; Schardong, 2009; Fujita; Leiva, 2012; Sousa, 2015).

Portanto, verifica-se não apenas no ENANCIB, mas de forma generalizada no campo, o desinteresse no debate a respeito das políticas documentárias, considerando como se dá o desenvolvimento da temática na produção científica.

As políticas documentárias são instrumentos de extrema relevância para objetivar o trabalho com a linguagem nos sistemas documentários, qualificando este trabalho por meio do emprego das técnicas documentárias. As políticas documentárias constituem a diretriz da atividade documentária em sua totalidade.

Na seção seguinte, exploramos os elementos fundamentais dos estudos documentários, visando maior compreensão da atividade documentária que realiza a mediação.

5 CATEGORIAS EXPLICATIVAS DOS ESTUDOS DOCUMENTÁRIOS: A MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA COMO OBJETO

Enquanto entendemos que a mediação documentária, sob os aspectos epistemológicos, conceituais e procedimentais que a fundamentam, consolida ações voltadas à satisfação de necessidades de informação de públicos em contextos específicos, a promoção deste objetivo envolve considerar os demais elementos implicados na atividade documentária estabelecida para tal.

A partir da análise da produção dos estudos documentários, realizamos o exercício de elaboração de categorias que indiquem os elementos (objetos, processos e sujeitos) básicos cuja relação permite explicar a mediação documentária como objeto do campo e como modo de produção que apresenta uma função social.

Nossa proposta de categorização foi baseada em Rendón Rojas (2005), ao discorrer sobre o esquema documento-biblioteca-usuário, para explicar o objeto da *Bibliotecología* (termo adotado na América espanhola para indicar a disciplina que estuda a Biblioteconomia).

Em uma das produções recentes de Rendón Rojas (2018a), o autor elenca o *Sistema Informativo Documental* como o objeto da *Ciencia Bibliotecológica* ou apenas *Bibliotecología*, cuja elaboração decorre das relações entre informação, documento, usuário e necessidades de informação, profissional da *información documental* e instituição *informativa documental*. Cada uma dessas categorias relacionadas configuram o núcleo central do campo, sendo que outras disciplinas e outros profissionais, além do arquivista, do bibliotecário, do museólogo ou do documentalista, podem ser relacionados a ele.

Além da proposta de Rendón Rojas (2005, 2018a), nosso exercício foi motivado pelas reflexões acerca do significado de um campo científico, em especial considerando algumas proposições de Bourdieu (2004). Segundo o autor, o campo científico é o espaço social constituído por agentes e instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência. Os agentes são os pesquisadores formados ou em formação, de diferentes níveis, relacionados em um jogo de lutas concorrencial para o monopólio da autoridade científica. Nesse âmbito, a especificidade do campo científico, dentre outros fatores, é construída sobre aquilo que os concorrentes estão de acordo acerca dos princípios de verificação, dos métodos comuns de validação de teses e de hipóteses, "[...] logo sobre o contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, que funda e rege o *trabalho de objetivação*" (Bourdieu, 2004, p. 33).

Sendo assim, as categorias propostas permitem identificar o plano comum no qual os agentes do campo dos estudos documentários podem desenvolvê-lo.

Como exemplo de mobilização dessas categorias no estudo do campo, uma pesquisa a respeito das bibliotecas escolares passaria por reconhecer como as categorias são

desenvolvidas no âmbito dessas instituições, para, posteriormente, estabelecer sobre qual delas a especificidade da pesquisa é proposta. Em nossa perspectiva, o exercício nesse sentido permite identificar, justificar e fundamentar o estudo e/ou a prática em questão no âmbito do campo, bem como a contribuição proposta pelo pesquisador e/ou profissional a partir do aspecto específico que ele se propõe a abordar.

Diante do exposto, apresentamos as seguintes categorias: público e suas necessidades de informação; documento na perspectiva documentária; profissional da mediação documentária; atividade (de mediação) documentária; sistemas documentários; e, contexto documentário. As explicações a respeito delas são desenvolvidas em sequência.

Vale apontar que a elaboração das categorias mencionadas antes decorreu da análise estabelecida nas seções anteriores, enquanto as explicações a respeito delas foram fundamentadas tanto em textos mencionados nessas seções quanto textos previamente identificados quanto à pertinência para desenvolver as explicações propostas. No caso desse segundo grupo de textos, eles foram localizados principalmente a partir da busca dos termos que designam as categorias na BRAPCI e no Google Acadêmico.

- **PÚBLICO E SUAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO**

O que motiva a elaboração de sistemas documentários, bem como o estudo da mediação documentária como campo científico, são as pessoas cujas necessidades de informação podem ser satisfeitas mediante o acesso e uso de certos objetos que exercem função informativa. No campo, essas pessoas são abordadas como público e os objetos como documentos. Essa delimitação sobre pessoas e objetos ocorre no âmbito do contexto documentário, o espaço no qual o acesso e o uso dos documentos por públicos são continuamente promovidos a partir da atividade (de mediação) documentária.

Em contextos de comunicação, França (2006) explica o público como resultado da experiência compartilhada entre os sujeitos em uma estrutura agenciada que os convoca/interpela à ação. Essa condição de público é atualizada a partir do estímulo gerado pelos atos de publicização elaborados por um terceiro. Segundo França (2008, p. 16), o ato de publicizar compreende a disponibilização de informações, imagens e narrativas, que “[...] atualiza um sistema de regras de seleção, de modos de participação: o público se constitui como paciente — que sofre, experimenta, é afetado — e agente — que reage, seleciona, adota um comportamento”.

O público é constituído por pessoas inseridas em processos anteriores de consumo e/ou de produção de informação: “os Sistemas [documentários] são montados mais em função do atendimento às necessidades informacionais de um grupo já formado do que vice-versa”

(Cohen, 1995, p. 71). A partir daqueles processos, o público percebe suas necessidades de informação, ainda que não as elabore explicitamente em um primeiro momento (Cohen, 1995). Desta forma, o trabalho do profissional da mediação documentária envolve apoiar o público na explicitação de suas necessidades de informação, para identificar se, e como, o sistema pode satisfazê-las.

De acordo com Lara e Tálamo (2007), enquanto o objetivo da atividade documentária é a comunicação documentária, a efetividade desta decorre de os mecanismos de recuperação elaborados na primeira serem ancorados em referenciais socialmente validados. Esses mecanismos são elaborados a partir de grupos que compartilham interesses e linguagem e não de sujeitos em suas respectivas individualidades. Para as autoras, se fosse para contemplar a individualidade dos sujeitos, os mecanismos de recuperação seriam ancorados no estudo das características psicológicas de cada usuário.

Sendo assim, na atividade documentária, a especificidade do sujeito é abordada no tocante aos traços em comum que ele compartilha com os demais sujeitos que interagem no contexto documentário. Os traços compreendem as necessidades de informação, os modos de uso da linguagem, entre outros fatores, que permitem identificar o que há de comum entre aqueles sujeitos para abordá-los como um público.

Meyriat (2016, 1981, grifos nossos) distingue as informações necessárias ao público do sistema documentário em dois tipos: as informações “perecíveis”, cuja utilidade é momentânea, como o horário de partida de um trem para um destino, a taxa de câmbio da moeda de um país para o qual uma pessoa viaja, as previsões meteorológicas consultadas para saber o que vestir; e as informações duráveis ou especializadas, as quais são a base para o desenvolvimento dos saberes, por isso, permanecendo válidas para outros em casos semelhantes em momentos diferentes.

Os dois tipos de informação demandados pelo público de um sistema documentário compreendem o enfoque proposto sobre o conteúdo do documento e não sobre as tipologias dos documentos: “a informação é qualificada pelo uso que dela é feito, portanto, posteriormente à produção do documento que a suporta” (Meyriat, 2016, p. 251).

Portanto, o objetivo do campo com a produção e gestão de sistemas documentários é promover os meios para a elaboração e satisfação das necessidades de informação do público. O esperado é que o público, por meio do processo de apropriação da informação, elabore os conhecimentos necessários para realizar suas atividades, as quais foram as motivadoras iniciais para a elaboração das necessidades de informação.

- **DOCUMENTO NA PERSPECTIVA DOCUMENTÁRIA**

O conceito de documento pode ser empregado para designar diferentes objetos e formas de registros do pensamento.

De acordo com Rendón Rojas (1996), o documento exerce a função de preservar a memória social, possibilitando ao homem o desenvolvimento de si ao se confrontar com os registros materiais da historicidade de seu contexto. De forma similar, Michael Buckland (2018) destaca as funções do documento de preservar, verificar e reconhecer o que foi esquecido pelas pessoas, subsidiando-as na antecipação das necessidades futuras, sejam individuais ou coletivas.

Buckland (2018) explica que os documentos e as transformações tecnológicas sobre sua produção e seu compartilhamento reduziram consideravelmente os efeitos do tempo e da distância na transmissão de mensagens. Além disso, para o autor, a progressiva mudança na divisão do trabalho na sociedade intensificou tanto a produção de documentos quanto a dependência das pessoas por esses objetos.

Segundo Jéssica Siqueira (2012a), a noção de documento ainda é válida para pensar o documento digital, mesmo com a fluidez de forma e conteúdo que ele apresenta. A autora explica que o termo digital é um qualificador, um adjetivo que traz implicações sobre o documento e os modos de compreendê-lo, mas que não altera o fato de esse objeto ainda ser um documento: “Independente da modalidade documental ou do meio em que o documento se manifesta, a função precípua do documento é a mesma, representar uma mensagem que tenha potencial utilização, a informação” (Siqueira, 2012a, p. 136).

Nos estudos documentários, a diversidade de objetos que podem funcionar como documentos foi apontada inicialmente por Otlet (2018) e corroborada depois por Suzanne Briet (2016), respectivamente, em publicações de 1934 e 1951.

Otlet (2018) definiu o documento como um conjunto de fatos ou ideias em formato de texto ou imagem, que pode ser ordenado por uma classificação, por um plano determinado pelo objeto ou pelo propósito dos redatores. Para ele, o termo documento abrange os textos escritos e as reproduções gráficas de qualquer espécie, desde que sirvam como meio para a representação e a reprodução de um pensamento. Isso torna o documento o produto da atividade intelectual, em que são combinados signo e suporte. Otlet (2018) entende que, em conjunto, os documentos constituem a memória materializada da humanidade, produzida à medida que o espírito humano se impressiona em seu cotidiano com a realidade e registra suas impressões.

Briet (2016) enfatizou o documento como o resultado de uma elaboração contextualizada com o objetivo de que ele funcione para representar, reconstituir ou provar

um fenômeno físico ou intelectual. Segundo Day (2001), o documento assume em Briet uma perspectiva semiótica, na qual a condição de evidência é construída contextualmente, dependente das relações sociais que indicam o potencial do objeto de evidenciar um fato. Nesse sentido, continua Day (2001), para um objeto ser abordado como documento, é necessário considerar sua inserção em redes de relacionamentos institucionais de linguagem, a partir das quais o valor de uso informativo do objeto é continuamente desenvolvido.

A partir dos textos de Cristina Ortega, Marilda Lara e Gustavo Saldanha (Ortega; Lara, 2010a; Ortega, 2016a; Ortega; Saldanha, 2019), é possível observar o conceito de documento, como tratado por Otlet e Briet, disseminado por autores franceses e por estudiosos das vertentes espanholas e anglo-americanas do campo, entre os séculos XIX e XXI. Além de Otlet e Briet, os autores franceses mencionados nestes textos são Jean Meyriat, Robert Escarpit, Hubert Fondin, os espanhóis são José Lasso de la Vega, José López Yepes, José María Desantes Guanter, Félix Sagredo Fernández e José María Izquierdo Arroyo, e mais recentemente, os autores da corrente neodocumental, Michael Buckland, Bernd Frohmann e Niels Lund.

Meyriat (2016) desenvolve o conceito de documento explicando que sua produção decorre de duas vontades humanas: a vontade de informar e a vontade de se informar, sendo a segunda fundamental para confirmar a função de documento de um objeto. Enquanto o documento não é utilizado como tal, ele permanece na virtualidade, sendo ativado quando é acionado pelo usuário. Desse modo, o uso faz o documento.

O autor distingue o documento em duas categorias, cada qual relativa ao modo como a função informativa é elaborada sobre o objeto. Segundo Ortega (2016a, grifos nossos), essa distinção pode ser identificada nos textos de Meyriat a partir das categorias ‘documento por intenção’ e ‘documento por atribuição’.

O documento por intenção é elaborado com o propósito de informar algo, por exemplo, um artigo científico produzido para comunicar uma investigação para a comunidade científica. No documento por atribuição, a função informativa é elaborada após a produção do objeto, abrangendo assim tanto documentos por intenção quanto outros objetos que desempenhavam outras funções em outros contextos (Meyriat, 2016).

Sendo assim, consideramos o documento em perspectiva documentária como o produto da atribuição informativa aos objetos em relação às especificidades do contexto documentário, a partir da atividade documentária. Como aborda Rendón Rojas (1998, 2008), não basta apenas que o objeto exista em funcionamento na sociedade como documento, ele deve ser elaborado como elemento constituinte do sistema documentário.

- **PROFISSIONAL DA MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA**

O profissional da mediação documentária é o responsável pela realização da atividade documentária. As categorias profissionais abarcadas nesta noção podem ser compreendidas a partir da abordagem documentária em questão, quais sejam a arquivística, a bibliográfica e a museológica.

Consideramos o documentalista como figura cuja atuação se dá sobre as três abordagens documentárias, portanto, exigindo uma formação que subsidie essa atuação.

Na proposta de Otlet (2018, grifo do autor), o autor menciona que o documentalista ou *documentador* é a pessoa, os técnicos da documentação.

Briet (2016, p. 14) menciona algumas características do documentalista, ou *homo documentator*: é um especialista no acervo, com especialização cultural voltada ao contexto em que ele atua; conhece as técnicas documentárias relativas à forma e ao tratamento dos documentos; respeita o documento em sua integralidade física e intelectual; e, é capaz de avaliar a importância dos documentos sob sua responsabilidade, para promover sua disseminação e uso.

Dada a relação da Documentação com o desenvolvimento de serviços especializados, é possível afirmar que o documentalista, a despeito da pretensão inicial de Otlet (2018), foi amplamente considerado o profissional voltado à elaboração de sistemas e serviços no âmbito da ciência e da indústria. Nesse sentido, Briet (2016, grifos nossos) aponta os documentalistas franceses como “primos de segundo grau” dos profissionais da informação (*information* ou *intelligence offcers*, no texto utilizado) dos centros industriais da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Isso também ocorreu na Espanha, como abordamos a partir de Lasso de la Vega (1954), em que este autor descreve a função do documentalista de ser um profissional especializado em uma área ou subárea do saber, desenvolvendo serviços especializados necessários a ela.

Portanto, em nossa breve análise a respeito do tema, o documentalista não foi uma categoria tão desenvolvida efetivamente quanto às suas potencialidades, como foram o arquivista, o bibliotecário e o museólogo.

Quanto ao bibliógrafo, consideramos que a profissão foi incorporada principalmente ao fazer do bibliotecário e do documentalista. Historicamente, as práticas de produção de bibliografias estavam associadas aos produtos de bibliotecas e serviços especializados em centros de documentação. Essa constatação já era elaborada no século XX, conforme abordamos a problematização do bibliógrafo Walter Wilson Greg acerca de sua percepção da instrumentalização da Bibliografia, a partir de sua associação à atividade de produção de listas de livros (Capaccioni, 2006). Mais recentemente, a questão também foi discutida por Ortega

e Carvalho (2017, p. 56-57) no âmbito do ensino, nos níveis de graduação e de pós-graduação em Ciência da Informação e em Biblioteconomia, destacando que, hoje, "[...] a Bibliografia é passível de ser identificada, de modo mais evidente, na produção de referências bibliográficas de trabalhos acadêmicos, para o que a atividade de normalização é sua principal orientação".

Outra denominação utilizada para designar o profissional da mediação documentária é a de profissional da informação. O termo profissional da informação está associado às discussões iniciadas ao final do século XX e início do século XXI, relativas ao desenvolvimento da sociedade da informação e ao que ela implicaria como projeto político para os países e para o mundo.

A principal problemática relacionada ao termo profissional da informação é que este pode remeter a diferentes categorias que atuam sobre o que se entende por informação em um dado contexto. Nesse sentido, na tentativa de ser mais específica quanto ao termo, Targino (2000, p. 64-65, grifos da autora) explica que o profissional da informação apresenta uma **ocupação especializada** que consiste em lidar com a informação. Para a autora, seriam exemplos de profissionais da informação os bibliotecários, documentalistas, arquivistas, museólogos, administradores, contadores, analistas de sistema, comunicólogos, jornalistas, publicitários, estatísticos, engenheiros de sistemas, sociólogos, educadores, dentre outros, com ênfase para ocupações emergentes, como *webmasters* e analistas de lógica industrial.

Dados os exemplos anteriores, em nossa perspectiva, o profissional da mediação documentária é uma categoria ou um agrupamento de categorias profissionais mais específicas que aquelas relacionadas por Targino (2000), quais sejam: arquivistas, bibliógrafos, bibliotecários, documentalistas e museólogos. Desse modo, trata-se de profissionais que atuam especificamente na atribuição de sentidos a objetos, observando o desenvolvimento de sistemas documentários, com vista a satisfação de necessidades de informação de grupos de pessoas considerados o público cujo uso desses sistemas é esperado e continuamente promovido pelo profissional.

Ademais, em razão de não ter sido o foco da pesquisa apresentada nesta tese a ampla discussão das categorias profissionais da mediação documentária, vale ressaltar a necessidade de identificar os usos dos termos designativos das profissões propriamente documentárias, bem como suas distinções funcionais. Além de qualificar a atuação dos profissionais do campo, o esforço também pode contribuir à análise da distinção das abordagens documentárias arquivística, bibliográfica-biblioteconômica e museológica.

Também é necessário verificar a real pertinência hoje das denominações documentalista e bibliógrafo, tendo em vista se tratar de profissões cujas práticas assumimos

terem sido incorporadas aos fazeres do bibliotecário, arquivista e do museólogo, consideradas nossa breve explanação acerca do tema.

- **ATIVIDADE (DE MEDIAÇÃO) DOCUMENTÁRIA**

A atribuição de sentido sobre os objetos é realizada a partir da atividade (de mediação) documentária. A atividade documentária compreende os processos realizados pelo profissional para a produção de sistemas documentários e, sobre eles, realizar serviços e outras atividades.

A atividade documentária é uma prática inerentemente social.

A noção de prática refere-se à totalidade do processo social de atividade material, diferenciando-se assim de atividades individuais ou isoladas (Wittich, 1980 *apud* Silva Triviños, 2006). A prática social é um processo de interação humana e de caráter material, o que significa dizer que os resultados dela podem ser observados, direta ou indiretamente, por meio da contemplação empírica (Kopnin, 1978 *apud* Silva Triviños, 2006).

Sendo assim, a atividade documentária não é estritamente um exercício cognitivo, mas ultrapassa este implicando a produção de resultados materiais, os quais são relativos à produção e gestão de sistemas documentários. Além disso, como prática social, a atividade documentária é realizada considerando os impactos gerados sobre os sujeitos nos contextos em que eles estão em interação entre si e com os sistemas documentários produzidos a partir dela.

Ao qualificar a atividade documentária como uma prática social, Lara (2007) indica a função desta atividade em estabelecer relações comunicativas particulares, intencionalmente motivadas, relacionando a produção e a demanda em um contexto social: “Não considerar a intencionalidade significaria, ou ampliar o campo da informação se desfazendo da idéia da especificidade da atividade documentária [...] ou, de modo mais radical, supor a possibilidade da neutralidade das práticas documentárias” (Lara, 2007, p. 159). Nesse sentido, como aponta Ortega (2018), o estudo da atividade documentária é fundamental para o fortalecimento da autonomia e da identidade disciplinar que permitem o desenvolvimento e o reconhecimento social e acadêmico do campo.

Segundo Meyriat (2016[27]), a atividade documentária apresenta três características:

A primeira característica é presumir a existência do objeto que pode satisfazer a demanda de informação emanente do usuário. Desse modo, o caminhar do objeto via atividade documentária passa por transformá-lo em um documento, o qual possa ser ativado

[27] Edição original de 1981, publicada em francês.

pelo usuário na medida em que identifica nele a possibilidade de resposta às suas demandas de informação.

A atividade documentária anula ou desatualiza as funções exercidas por esse objeto em outro contexto, seja como documento, assim, apresentando função informativa, seja como outro tipo de objeto cuja função é utilitária. No novo contexto em que o objeto é inserido, a função de transmitir informação é ativada observando as necessidades de informação do grupo de usuários daquele contexto (Meyriat, 2016).

A segunda característica é o propósito da atividade documentária de ser útil, sendo esta utilidade relacionada com a capacidade de propor respostas para as demandas de informação das pessoas em um dado contexto (Meyriat, 2016). Nesse sentido, Fondin (2001) aponta como a atividade documentária é confrontada pela complexidade das dinâmicas globais, mas é realizada observando a elaboração de soluções locais de acesso à informação.

A terceira característica da atividade documentária é seu objetivo que perpassa a constituição de um sistema técnico-social de natureza documentária. Todo sistema se explica por relações entre certos elementos interdependentes entre si, cujo arranjo entre eles é proposto para alcançar um objetivo. No sistema documentário, o objetivo é a obtenção de informação, o que se espera alcançar mediante o arranjo entre os seguintes elementos: as pessoas que buscam por informação para si ou que atuam como intermediárias — o documentalista — para alguém que possui uma demanda por informação; os objetos, os documentos e as ferramentas utilizadas para o tratamento dos documentos; os processos técnicos para realizar esse tratamento (Meyriat, 2016).

Fondin (2001) discute o encontro promovido pela atividade documentária, mencionando como sujeitos envolvidos o autor (ainda que ausente), o investigador (em sua diversidade e com seus meios), e o mediador (com suas habilidades e técnicas).

No âmbito da catalogação, Cutter (1876) definiu a noção de autor em sentido estrito e em sentido amplo: no sentido estrito, o autor é o responsável pela escrita de um livro, enquanto no sentido amplo, compreende quem é a causa de existência do livro, como editores, organizadores, entidades coletivas, como sociedades, cidades, países, entre outros.

Em nossa perspectiva, a figura do autor na atividade documentária compreende todos que atuam na produção material e simbólica do objeto antes de ele ser trabalhado pelos profissionais da mediação documentária. Ou seja, abordamos o conceito de autor em sentido amplo, segundo Cutter (1876).

Fondin (2001) propõe a representação da atividade documentária pelo modelo da informação documentária (*modèle de l'information documentaire*, no original). Dentre as caracterizações desse modelo, destacamos as seguintes:

— As relações entre autor e leitor, em que o primeiro comunica uma mensagem e o segundo atribui a ela um significado. Esse significado é elaborado pelo leitor ao relacionar a mensagem com a sua história e suas competências linguísticas, cognitivas, situacionais, entre outras;

— A busca documentária (*recherche documentaire*, no original) é um encontro virtual entre o autor e o leitor final. O bibliotecário ou o documentalista atua como intermediário, um terceiro ator, com o propósito de oportunizar esse encontro;

— Os sentidos produzidos no encontro entre autor e leitor sempre são renovados a cada ocorrência, em razão das condições contextuais que sempre se modificam;

— O impacto das dinâmicas sociais contemporâneas na complexidade das relações entre as pessoas e os documentos evidenciou a importância das instituições documentárias. Essas instituições estabelecem critérios que facilitam o acesso e os percursos de busca do usuário. Nesse âmbito, a leitura documentária é uma prática realizada pelo documentalista, fundamental para a efetividade da comunicação. Ela exige negociar os sentidos atribuídos pelos atores envolvidos na atividade documentária — autor, mediador, leitor — ao documento, com vista a promoção da partilha de informação.

Para Antonio García Gutiérrez (1999), a atividade documentária é um dos aspectos centrais do estudo da Documentação, ou da Informação e Documentação (I/D), como o autor também utiliza para designar o campo: segundo ele, "[...] organização, ordenação, classificação, representação, difusão e compilação/coleta, são palavras-chave do universo do documentalista e, portanto, também da perspectiva de sua investigação" (García Gutiérrez, 1999, p. 56[28]).

Segundo García Gutiérrez (1999), a atividade documentária é influenciada por fatores ideológicos e pelo nível temático da aplicação do processo documentário. O nível temático envolve a definição do tema abordado e qual a profundidade desta abordagem, ou seja, o nível acadêmico da investigação proposta ao tema.

Pela atividade documentária são elaboradas as mensagens documentárias, materializadas na forma de produtos documentários e sobre estes são realizados serviços e atividades ao público.

Cohen (1995) discute as mensagens documentárias pelo termo informação documentária. A informação documentária é uma informação "morta" ou para "consumo futuro", que se torna "viva" no momento da apropriação pelo consumidor. A informação

[28] Trecho original: [...] organización, ordenación, clasificación, representación, difusión, recopilación, son palabras claves del universo del documentalista y, por tanto, también de la perspectiva de su investigación"

documentária representa uma parcela da informação original, sendo elaborada pelo profissional da atividade documentária para o usuário reconhecer e comparar os resultados de sua busca com suas necessidades informacionais, de modo a decidir se procederá ou não à consulta do documento original.

De forma similar, Smit (2012b, p. 96) explica que as instituições, como arquivos, bibliotecas e museus, disponibilizam dois tipos de informação: "a informação contida nos documentos e elaborada por outros (autor, pintor, jornalista, administrador, escritor, [*sic*] etc.) ao lado da informação gerada pela própria instituição coletora de cultura[29]".

Cabe destacar o uso da própria mensagem documentária pelo usuário como possibilidade de satisfazer sua necessidade de informação. Ou seja, sem haver o acesso a um documento posteriormente. Nesse sentido, nos diretórios, por exemplo, a função da mensagem documentária não está relacionada a princípio com o uso ou não de um dado documento. Nesse tipo de sistema, o objetivo é fornecer uma série de dados, os quais são coletados a partir da análise de conjuntos de documentos, sendo este funcionamento suficiente para o sistema satisfazer a necessidade de informação do público.

Segundo Lara (2009), as mensagens documentárias funcionam como signos, mais propriamente signos documentários, produzidos por meio de uma seleção e de uma organização interpretativa do profissional do campo em um contexto institucional. Os signos documentários são apresentados para o usuário como pontos de partida, como possibilidades interpretativas sobre os documentos.

A efetividade da mensagem documentária decorre da apropriação realizada sobre ela pelo público. Para tanto, a elaboração da mensagem documentária implica envolver os referenciais do usuário, para que ele possa reconhecer a mensagem produzindo sentido sobre ela (Cohen, 1995).

Portanto, em síntese, a atividade documentária compreende um conjunto de processos, serviços e atividades, voltados à elaboração, manutenção e promoção do acesso e do uso de mensagens documentárias, materializadas na forma de sistemas documentários.

- **SISTEMAS DOCUMENTÁRIOS**

De acordo com Meyriat (2016), a atividade documentária permite a produção de dois tipos de sistemas técnico-sociais: o sistema primário, cuja atuação é no âmbito da produção

[29] Segundo Smit (2012b, p. 90, grifos da autora), a expressão "instituições coletoras de cultura" foi cunhada por Homulos (1990) para congregar as instituições que reúnem a informação considera útil: "Hoje a expressão poderia ser atualizada para 'instituições disponibilizadoras de cultura', de forma a incorporar os novos sistemas de informação que não forçosamente coletam (e, portanto, não têm acervo) mas que organizam e disponibilizam informações de toda natureza".

material do objeto e na sua distribuição; e o sistema secundário, cuja atuação é sobre a capacidade informativa do documento em contextos específicos. O autor aborda o termo informação como a capacidade de um objeto de significar algo, por isso, a informação de interesse do campo é aquela cuja significação está atrelada ao objeto que a suporta.

A documentação, como ciência que estuda a atividade documentária, desenvolve seu objeto no sistema secundário (Meyriat, 2016). Na perspectiva deste autor, o objeto da Documentação abarca tudo o que, na forma e na estrutura do documento, orienta os meios e as técnicas utilizadas para extrair informação. Também abarca as motivações e os comportamentos dos sujeitos que participam do sistema documentário secundário, como o usuário e os profissionais intermediários. Desse modo, os elementos da documentação devem ser observados a partir de suas relações no sistema de informação e não à parte dele.

Vale ressaltar que Fondin (2005), como abordamos na seção 2 (p. 30 desta tese), retoma a distinção entre os sistemas primário e secundário, tal como apontada por Meyriat (2016) neste artigo publicado originalmente em 1981, e problematiza sob qual destes sistemas a Ciência da Informação elabora seu objeto, apontando a inviabilidade dela atuar sobre ambos.

A partir de Fondin (2005) e Meyriat (2016), é possível constatar a distinção entre a maturidade científica da Documentação da Ciência da Informação de origem estadunidense, no tocante à elaboração de seus respectivos objetos. O objeto da Documentação é mais bem delimitado em torno do sistema documentário secundário e dos elementos envolvidos nele, enquanto a Ciência da Informação apresenta lacunas acerca da abordagem específica proposta sobre o estudo da informação e/ou do sistema de informação, ou documentário.

No âmbito do campo, o sistema documentário secundário abarca dois tipos de sistemas: os sistemas resultantes de processos de seleção e organização da informação, como as coleções ordenadas e as bases de dados, e os sistemas configurados como unidades de informação documentária, como as bibliotecas, os arquivos e os museus.

Trata-se a unidade de informação, segundo Tarapanoff, Araújo Júnior e Cornier (2000, p. 92, grifos dos autores), como o tipo de instituição voltada à aquisição, ao processamento, ao armazenamento e à disseminação de informações, cuja “[...] unidade de negócio é a *prestação de serviços* [...]”. Agregamos o termo ‘documentária’, para identificar o tipo de informação trabalhada na unidade do campo, considerando a possibilidade de outras instituições serem identificadas em parte da produção do campo como unidades de informação. Este é o caso de Lucena e Silva (2006, f. 4), por exemplo, para quem a concepção de unidade de informação incluiria “[...] os bancos, as escolas, as indústrias, as editoras, as

ONGs e toda e qualquer organização que tenha a informação e o seu processamento [...] como seu principal produto/serviço".

Ademais, vale ressaltar que termos como dispositivo documentário e sistema de informação documentária são ambos sinônimos do termo sistema documentário, que preferimos utilizar nesta tese. No caso do primeiro, ele é utilizado para evidenciar as relações entre os sujeitos, sob apoio em certos objetos, que são fundamentais à constituição do sistema, bem como são modificadas por ele. Ao mesmo tempo, o termo dispositivo também aponta às relações externas do sistema documentário com os demais sistemas sociais, como a relação entre uma biblioteca escolar e o espaço escolar, ou mesmo as políticas educacionais de um país, por exemplo.

Nesse sentido, vale retomar as discussões de Cohen (1995, p. 27, p. 52), para quem um sistema documentário opera em dois níveis: na condição de parte integrante de uma organização, ele é estabelecido observando a filosofia, os objetivos e as metas da organização mantenedora, os quais contextualizam a geração e os usos da informação; no segundo nível, o objetivo do sistema é satisfazer as demandas e necessidades explícitas e implícitas de seus usuários.

Quanto ao termo sistema de informação documentária, ele decorre da disseminação do termo sistema de informação no campo, em que o qualificador 'documentária' permite especificar a informação que está sendo considerada neste sistema, em distinção das abordagens elaboradas em outros sistemas sobre outros tipos de informações.

Cohen (1995) caracteriza os sistemas documentários como sistemas de serviços, destinados a satisfazer/atender necessidades de informação. Desta forma, há um momento em que o produto ou serviço é elaborado e outro em que este produto ou serviço é consumido pelo usuário que é cliente.

Para Cohen (1995, p. 134), enquanto o sistema documentário tem a função de socializar informação, a função do usuário é se apropriar dessa coisa denominada informação nos seus esquemas mentais, o que só pode ser feito por ele a partir de sua competência. O sistema documentário não tem o papel de fornecer todos os referenciais necessários para os sujeitos produzirem sentido, para se apropriarem da informação. A produção desses referenciais é um processo individual resultante da experiência de cada sujeito a partir de suas relações sociais.

Na função de socializar a informação, o sistema documentário deve fornecer a informação para a produção de sentido pelo usuário. Também é função do sistema documentário promover as competências necessárias para os usuários manipularem os instrumentos de recuperação da informação. Com o domínio da organização do sistema, o

usuário pode desenvolver as operações de interpretação necessárias para os processos de busca por informação: “A interpretação é, mais que facilitada, estimulada quando ao usuário é permitido o conhecimento do universo do Sistema” (Cohen, 1995, p. 135).

Em outras palavras, para Cohen (1995), o desenvolvimento dos referenciais culturais necessários para o usuário produzir sentido sobre os documentos não faz parte do fazer documentário, embora considerar esses referenciais para a produção do sistema seja. No âmbito do sistema documentário, os referenciais promovidos são aqueles relacionados ao uso do sistema, de seus produtos e de seus serviços, ou seja, para o uso das mensagens ou informações documentárias. Como essa é uma competência específica do campo, os profissionais da atividade documentária têm a função de criar os mecanismos (serviços e atividades) que promovam esse conhecimento para o público.

A questão anterior também é discutida por Smit (2012b, p. 97) ao abordar a necessidade de serem pensadas nas instituições documentárias as condições que dispõem ao usuário para contextualizar e se apropriar da informação documentária, “[...] ou seja, o usuário deve possuir conhecimentos que lhe permitam entender a informação que lhe é fornecida pela instituição a qual, por sua vez, estabelece o acesso ao estoque informacional”. A autora recupera o texto de Morris (1994), a partir do qual enfatiza as duas soluções possíveis por parte das instituições coletoras de cultura em face daquela necessidade, que segundo a autora não são necessariamente autoexcludentes:

> - Ou bem elas centram sua análise no sistema informacional por elas criado e tendem a “educar” ou “treinar” o usuário para que este comece a entender como a informação foi tratada, em função de quais princípios, regras e procedimentos, esperando com isso instrumentalizá-lo;
> - Ou bem a instituição analisa a questão a partir do ponto de vista do usuário e tenta adequar a informação documentária a este (Morris, 1994 *apud* Smit, 2012b, p. 97-98).

Desse modo, bem como Smit (2012b) e Cohen (1994) destacam, entendemos que ambas as soluções anteriores precisam ser elaboradas nos sistemas documentários, ou seja, contemplar os referenciais do público na elaboração das mensagens documentárias e propor atividades de educação de usuários voltadas à formação do público para uso dessas mensagens. Desta forma, com ambas as frentes de ação em desenvolvimento, potencializa-se a apreensão dos produtos documentários pelo público.

- **CONTEXTO DOCUMENTÁRIO**

A noção de contexto é pertinente para objetivar o trabalho documentário quanto aos seus objetivos, orientando os modos de abordar o público, a coleção e os demais elementos envolvidos na atividade documentária.

Carvalho (1987, p. 44) já discutia que "[...] a biblioteca é um organismo social e, por conseguinte, deve estar inserida no contexto, voltada para a problemática da comunidade que a cerca". Ao discorrer as características da atividade documentária, Meyriat (2016) indica a relação entre a utilidade da última ao contexto em que ela é realizada. Cohen (1995) explica que a identificação das necessidades de informação de um público se dá em relação à participação em contextos anteriores de consumo e produção de informação. Já Ortega (2012) discute os usuários de informação como os indivíduos abordados em um contexto institucional de uso de informação.

Segundo Smit (2009), a função social do campo é desenvolvida a partir da atribuição de valor para uma informação em um dado contexto. Desta forma, cabe ao profissional elaborar o valor informativo relativo às características do contexto institucional em que atua.

Em trabalho de Lara e Tálamo (2008), as autoras caracterizam o produto do processo documentário como uma proposta organizada em que são reconhecidas as intencionalidades presentes na emissão e na recepção, para propor fluxos de informação institucionalizada e alternativas de percursos para a seleção de informação. Desta forma, não se trata de uma distribuição em massa de informação, mas contextualizada.

Sendo assim, a partir da relação estabelecida pelo profissional da mediação documentária entre a atividade documentária, os sistemas, serviços e atividades elaborados a partir dela, o público e o documento, é produzido o contexto documentário. Desse modo, no contexto documentário, as intencionalidades dos sujeitos, que participam direta ou indiretamente da atividade documentária, estão em um jogo concorrencial quanto aos propósitos e usos dos sistemas documentários, serviços e atividades propostos pelo profissional.

A síntese apresentada nesta seção teve como propósito explicar que a mediação documentária não indica um elemento ou atividade constituída isoladamente. As categorias anteriormente mencionadas envolvem questões específicas que demandam pesquisas próprias a seu respeito. Desse modo, nosso intuito foi o de contribuir no esforço de identificar a base sob a qual o estudo e a prática da mediação documentária podem ser continuamente desenvolvidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese foi proposta com o objetivo de desenvolvermos um estudo teórico a respeito das bases das ações de mediação documentária sob os aspectos epistemológicos, conceituais e procedimentais. Esse objetivo foi elaborado considerando a problemática do apagamento sofrido pelos estudos documentários ao longo do tempo.

O termo ‘estudos documentários’ foi adotado para designar o campo que apresenta a mediação documentária como seu objeto central de estudo, refletindo, ao mesmo tempo, a vontade do autor da tese de indicar um campo científico cuja constituição atravessa muitas denominações, mas não se encerra nelas. Nesse sentido, a base do estudo da mediação documentária foi elaborada sob a Bibliografia, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, e posteriormente também sob a Documentação e a Ciência da Informação.

Como abordamos na seção 2, a sistematização do estudo da mediação documentária foi realizada no âmbito da Documentação, denominação adotada por Paul Otlet ao final do século XIX para indicar o campo que estuda as estruturas necessárias para relacionar os polos de produção e de uso de documentos. À época, o objetivo maior de Otlet era alcançar ou promover a paz mundial, o que acreditava ser possível mediante a criação de estruturas documentárias instituídas do nível local ao global da sociedade, constituídas por diferentes instituições interligadas entre si.

Apesar das distinções em relação às abordagens realizadas sobre a mediação documentária a partir de cada uma daquelas denominações, os estudos propostos apresentam em seu núcleo o objetivo de desenvolver a função social do campo, qual seja, a de satisfazer necessidades de informação mediante a promoção da apropriação da informação em sistemas documentários.

A permanência do núcleo do campo no estudo da mediação documentária pôde ser observada analisando o percurso dos estudos documentários a partir da proposta otletiana, entre o final do século XIX e início do século XX, em diferentes países. Contudo, a disseminação da Documentação pelo mundo não recuperou integralmente a proposta de Otlet, tampouco foi homogênea em todos os contextos. Nesse sentido, a tese permitiu evidenciar os conflitos entre a Documentação e a Biblioteconomia, bem como entre os profissionais relativos a elas, o documentalista e o bibliotecário, respectivamente. No âmbito global, observa-se em muitos casos a tomada da Documentação como disciplina de estudo da documentação científica, atuando assim em centros de pesquisa e da indústria.

No Brasil, em grande parte do campo, a apropriação da Documentação e, antes dela, da Bibliografia, foi mais tímida, considerando a amplitude de ambas em termos científicos e de prática profissional. Inicialmente, a Bibliografia foi abordada principalmente em relação aos

seus produtos, perdendo de forma expressiva o seu significado como disciplina científica e a historicidade que a acompanha. Apenas mais recentemente o cenário tem sido modificado no Brasil, em especial no tocante à Bibliografia, considerando a influência e intenções dos eventos denominados Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, organizados desde 2014.

Em relação à Documentação no Brasil, sua apropriação foi mais expressiva que a Bibliografia. Identificamos a aproximação da Biblioteca Nacional com as instituições europeias decorrentes da obra de Otlet e La Fontaine. O trabalho de Manoel Cícero como diretor da Biblioteca Nacional no início do século XX, levou à introdução da Classificação Decimal Universal no país, assim como à modernização das práticas bibliotecárias, no tocante à importância do desenvolvimento de serviços para o público. Ainda que não tenha recebido continuidade pelos sucessores de Manoel Cícero, vale destacar também a proposta do diretor de constituir um repertório bibliográfico nacional, que estaria atrelado ao Repertório Bibliográfico Universal, iniciado por Otlet na Bélgica.

Além do trabalho inicial na Biblioteca Nacional, a Documentação também foi apropriada em relação aos estudos linguísticos aplicados à atividade documentária. Essa linha de estudo avançou mais que outros aspectos da obra de Otlet em seu desenvolvimento pelo mundo, em nossa perspectiva.

Em relação ao apontamento anterior, o presente estudo permitiu evidenciar a redução do espaço político-científico de temáticas relativas à Documentação a partir da implantação do projeto de Ciência da Informação, relacionado à *Information Science* estadunidense. Mesmo em estudos mais recentes, produzidos a partir da Neodocumentação, observamos a retomada da Documentação, ou mais propriamente do conceito de documento de forma simplificada, uma vez que não é recuperada a produção dos estudos documentários, para além de certos textos-base de Otlet e Briet. Portanto, a Neodocumentação representa apenas uma visão parcial do que foi e é o campo.

Hoje, no Brasil, a Ciência da Informação configura antes um espaço político-institucional que propriamente a denominação de uma ciência. Esse espaço é compartilhado entre estudos documentários e estudos sob matrizes diversas a partir do termo informação, sendo os primeiros cada vez mais situados como tema de menor importância.

Sendo assim, é possível reafirmar a necessidade de reflexão a respeito do apagamento dos estudos documentários, pois é um problema que permanece hoje como algo a ser continuamente enfrentado. Essa reflexão deve ser acompanhada da finalidade de superação desse problema mediante a recuperação dos fundamentos dos estudos documentários.

A discussão a respeito dos aspectos conceituais da mediação documentária foi realizada na seção 3, iniciando pela origem do termo segundo a vertente francesa, por '*médiation documentaire*'. Nessa produção, o percurso do conceito de mediação documentária é iniciado pela ênfase aos seus aspectos educativos. Desta forma, estavam em pauta as atividades de educação de usuários, visando promover a autonomia do público na busca por informação.

Na segunda fase da produção francesa, a partir das décadas finais do século XX, a mediação documentária passa a ser abordada em relação aos processos de organização da informação. Desse modo, não são enfatizadas as relações estabelecidas entre o público e os profissionais durante o serviço de referência e a educação de usuários.

A perspectiva da mediação documentária restrita aos processos de organização de informação foi em grande medida apropriada no Brasil. A partir da tese, inferimos que isso decorreu, primeiro, do entendimento de que o documento e o trabalho sobre ele ocorrem apenas quando realizados os processos de organização de informação. Em segundo lugar, o termo mediação da informação foi mais disseminado no Brasil para designar a atividade documentária, ainda que inicialmente utilizado para identificar atividades-fim da cadeia documentária, como o serviço de referência. Apenas mais recentemente na produção brasileira, o termo 'mediação documentária' foi utilizado para designar a atividade documentária em sua integralidade, por vezes sendo adotado como sinônimo de mediação da informação, por vezes, ainda remetendo exclusivamente aos processos de organização da informação.

Quanto aos aspectos procedimentais da mediação documentária, eles foram abordados na seção 4. A proposta foi explicitar os processos característicos da mediação documentária, bem como a técnica documentária e as intencionalidades que lhe são inerentes.

Os processos de mediação documentária são estabelecidos por meio de sua relação em uma cadeia, a partir da qual os sentidos são elaborados. Considerar os processos em sua relação repercute na qualidade sob a qual eles são desenvolvidos, assim como nos produtos obtidos a partir da atividade documentária. Desse modo, recuperamos o conceito de cadeia documentária e como ele é significativo para tratar as relações entre os processos.

Vale ressaltar a necessidade de mais pesquisas a respeito das explicações básicas dos processos documentários a partir das abordagens documentárias arquivística e museológica, tendo em vista que estruturamos a explicação da cadeia documentária considerando especialmente a abordagem bibliográfica-biblioteconômica.

A constituição da cadeia documentária foi sistematizada a partir das seguintes fases e seus respectivos processos: Fase de entrada (Seleção), Fase intermediária (Organização da Informação e Conservação), e Fase de Saída (Produtos Documentários, Educação de Usuários e Serviços de Referência).

A técnica documentária foi explicada como o conhecimento necessário ao desenvolvimento da atividade documentária, sendo assim, é a base para que esta seja realizada. Mais precisamente, atrelamos a técnica documentária ao conhecimento linguístico. Esta associação decorreu do entendimento de que a efetividade da atividade documentária envolve estabelecer a comunicação com o público, o que não é possível senão considerando um trabalho com a linguagem.

Tanto em relação aos processos de mediação estabelecidos no âmbito da cadeia documentária quanto da adoção da linguagem para fundamentar a técnica documentária, observamos uma produção mais expressiva no tocante à organização da informação. Nesse sentido, destacamos a linha de pesquisas em torno da Análise Documentária/Linguística Documentária que pode ser caracterizada como uma tradição de estudos linguísticos aplicados ao campo. Por outro lado, os demais processos, serviços e atividades desenvolvidos no sistema documentário são menos discutidos quanto aos seus aspectos conceituais e linguísticos.

Em nossa perspectiva, esse comportamento presente na produção do campo demonstra a problemática de fragmentação do campo, perpassando a percepção das relações entre os processos da cadeia documentária, bem como os demais elementos envolvidos na prática documentária.

Os sentidos dos processos e, portanto, da própria atividade documentária, são elaborados a partir do todo. Portanto, ignorar ou secundarizar a relevância das relações entre os processos das fases da cadeia documentária é contra produtivo ao campo científico e às práticas profissionais. O desenvolvimento da função social do campo depende de serem consideradas essas relações, sob o risco de afetar sua valorização e dos profissionais formados a partir dele frente à sociedade.

Também em relação à questão da técnica documentária, frisamos a importância de superar o entendimento da técnica como algo de menor importância na prática e no estudo do campo, em relação às questões relativas aos problemas sociais de acesso à informação. Se, de um lado, não é suficiente apenas o estudo das influências sociais e culturais sobre a prática documentária, ou seja, das intenções que a cercam e a orientam, de outro lado, também não é suficiente discuti-la desconsiderando estas intenções decorrentes do contexto

institucional em que é empregada. Ambas são indissociáveis para pensar a concepção de um sistema documentário.

A questão da técnica documentária evoca o debate da função social do campo, e vice-versa. Como discutimos na tese, é no contexto de problemas teóricos, como discursos a-históricos, na literatura sobre Ciência da Informação, em especial no Brasil, que os pesquisadores se envolveram na busca por superar um dito tecnicismo, tendo em vista enfatizar a função social desse campo.

Em uma parcela dos estudos desenvolvidos no campo, a técnica foi tomada por uma instrumentalização cristalizada em certos instrumentos documentários, como, por exemplo, a CDD e a CDU. Vista a inadequação desses instrumentos para subsidiar a elaboração de respostas às demandas da sociedade atual, a técnica foi dissociada da função social do campo à medida que é situada como inadequada ao desenvolvimento desta função. Por outro lado, nessa mesma parcela de estudos, os problemas sociais de acesso e uso de informação tendem a não discorrer sobre como solucioná-los, consoante ao que qualifica a ação do campo, a mediação documentária.

O debate realizado na tese em relação à técnica documentária foi pertinente para evidenciar que ela reflete um conjunto de conhecimentos que precisa ser reconhecido quanto à relevância que apresenta para o desenvolvimento da atividade documentária. A técnica está implicada na realização dos processos de mediação e na elaboração e manipulação dos instrumentos e demais aparatos envolvidos na atividade documentária.

Após abordarmos os processos de mediação e suas relações na cadeia documentária, bem como a questão da técnica documentária, o terceiro ponto desenvolvido foi relativo às intencionalidades dos sujeitos envolvidos na atividade documentária.

Recuperamos a noção de intencionalidade, identificando como este conceito é fundamental para pensar as ações de comunicação. Os sujeitos na emissão e na recepção apresentam intenções expressas por meio da linguagem, que repercutem em como realizam os processos de interpretação e apropriação de sentidos. Para que estes processos aconteçam, os sujeitos precisam reconhecer as intenções dos outros ou elaborar uma concepção de quais seriam elas, a partir dos recursos linguísticos mobilizados por eles.

Na atividade documentária, o profissional elabora enunciados para serem apropriados pelo público. A elaboração desses enunciados exige compreender as intenções dos sujeitos que irão produzir sentidos sobre eles no uso do sistema documentário. Como destacamos, o trabalho com a linguagem a partir da técnica documentária envolve relacionar as diferentes intencionalidades dos atores que participam direta ou indiretamente da atividade documentária, quais sejam: os sujeitos envolvidos na autoria, cujas intenções estão expressas

nos documentos; os sujeitos que ocupam a gestão dos espaços institucionais que abrigam os sistemas documentários, considerando que eles são responsáveis por mobilizar diferentes recursos — humanos e materiais — necessários à criação desses sistemas, de forma que esses sujeitos possuem objetivos esperados a partir dos sistemas documentários; e os sujeitos que constituem o público, porque eles são o alvo das ações de mediação documentária, sendo suas intenções o que os motivam a buscar os sistemas documentários, identificando-os como possibilidades para apoiá-los na satisfação de suas necessidades de informação.

Desse modo, as distintas intencionalidades presentes no contexto documentário influenciam o desenvolvimento da atividade documentária. O modo como se dá essa influência é tensionado pelo profissional da mediação documentária que coloca essas intenções em perspectiva à promoção do sistema documentário em seus objetivos específicos atrelados ao objetivo geral de satisfazer necessidades de informação. Para tanto, destacamos a importância das políticas documentárias como recursos de formalização do trabalho nos sistemas documentários, incluindo as questões relativas às intencionalidades dos sujeitos que operam nesse contexto, seja como público, gestores, autores ou profissionais.

Tendo em vista as intencionalidades expressas via linguagem, o profissional da mediação documentária precisa de uma formação qualificada. Nesse sentido, vale ressaltar a importância do fortalecimento dos estudos em Linguística Documentária, para a elaboração de aportes teóricos que subsidiem a formação do profissional para o trabalho linguístico orientado a fins documentários.

Ao final da tese, na seção 5, desenvolvemos a síntese do pensamento desenvolvido nas seções anteriores, elencando certas categorias como explicativas dos estudos documentários, tendo em conta a mediação documentária como seu objeto e como prática social. As categorias foram as seguintes: contexto documentário; público e necessidades de informação; documento em perspectiva documentária; profissional da mediação documentária; atividade (da mediação) documentária; e, sistema documentário. Nesse sentido, tanto

Desenvolvemos as categorias elencadas a partir da produção citada nas seções anteriores e de outros textos relativos à cada categoria. Desse modo, explicitamos as categorias e as questões que as envolvem no âmbito do estudo e da prática da mediação documentária. No entanto, vale destacar a necessidade de mais estudos a respeito das categorias elencadas, primeiro, em razão de sua relevância para entender o campo e o desenvolvimento de sua função social, e segundo, em razão de elas apresentarem

complexidade que não foi possível explorar integralmente nesta tese, por não ter sido nosso objetivo principal de pesquisa.

Por fim, em pesquisas futuras, seria pertinente explorar que o trabalho a partir de instituições como bibliotecas, conhecido como tradicional, não deve ser proposto como de menor importância. Estas instituições e a atividade documentária característica a elas ainda se fazem pertinentes e representam parcela considerável de preocupações do campo e formas de desenvolver sua função social. Portanto, não se trata de preciosismo institucional, mas de entender o papel relevante que essas instituições ainda desempenham na sociedade.

Também é necessário o desenvolvimento de metodologias para o estudo da linguagem no apoio dos processos da cadeia documentária. Como abordamos na pesquisa, há estudos linguísticos aplicados à organização da informação, mas as relações da linguagem com os demais processos não são amplamente debatidas.

Em relação à fase final da cadeia documentária, mais propriamente os aspectos educativos da mediação documentária elaborados a partir de determinados serviços e atividades, são necessários estudos a respeito de como esses aspectos são desenvolvidos em relação à especificidade da atuação do profissional da mediação documentária.

O tema da educação no campo é realizado amplamente a partir de conceitos relacionados ao termo *information literacy* — traduzido ao português como competência informacional/em informação e letramento informacional/em informação —.

Os estudos em *information literacy* são pautados na superação das atividades de educação de usuários, consideradas limitadas à função social ou educativa que deve ser exercida profissional da mediação documentária. Nesse sentido, enquanto a educação de usuários apresenta o objetivo de promover habilidades relativas à busca por informação, em especial a partir dos sistemas documentários, a competência em informação ressalta atividades a respeito do uso da informação. Desta forma, estes estudos e práticas denotam antes o fazer educacional que o documentário.

Em síntese, o apontamento ressaltado é relativo à necessidade de pesquisas a respeito dos produtos, serviços e atividades, propostos em sistemas documentários, quanto às relações com os processos das fases anteriores da cadeia documentária.

Para além das questões específicas que precisam estar no radar dos pesquisadores do campo, há problemas gerais que acompanham o percurso dos estudos documentários e precisam ser continuamente discutidos. Esses problemas são em parte políticos, mas não deixam de ser teóricos.

A relevância do estudo da mediação documentária precisa ser recorrentemente apontada, em todas as suas frentes específicas de estudo e atuação. É necessário refutar a

visão hegemônica da Ciência da Informação em que os estudos documentários são posicionados como um tema ultrapassado e, por isso, de menor pertinência para as demandas sociais atuais. Ou seja, faz-se cada vez mais necessário o esforço de reafirmação do lugar teórico e do valor social dos estudos documentários.

REFERÊNCIAS

ABADAL, Ernest; CODINA, Lluís. **Bases de datos documentales**: características, funciones y métodos. Madrid: Síntesis, 2005. Disponível em: http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/141978. Acesso em: 13 jun. 2024.

ABADAL FALGUERAS, Ernest. **Orígens i desenvolupament de la informació i documentació a l'Estat espanyol. El problema de la denominació**. 1991. Tese (Doutorado em Biblioteconomia i Documentació) – Departament de Periodisme i de Ciències de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, 1991. Disponível em: https://ddd.uab.cat/record/37055. Acesso em: 13 jun. 2024.

ABDALLA, Raquel Barioni; KOBASHI, Nair Yumiko. Ciência da informação: reflexões sobre a constituição de um campo científico. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DOBEDEI, Vera (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. p. 54-58. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de Organização do Conhecimento, 2012, Marília. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/livro-isko-brasil-finalizado.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

ACCART, Jean-Philippe. **Serviço de referência**: do presencial ao virtual. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

AGOSTINELLI, Serge. Comment penser la médiation inscrite dans les outils et leurs dispositifs?: une approche par le système artefactuel. **Distances et Savoirs**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 355-376, 2009. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-distances-et-savoirs-2009-3-page-355.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

AKBAL, Mehenni. Formalisation de la Chaine Documentaire. **Revue de l'Information Scientifique et Technique (RIST)**, [Ben Aknoun], v. 2, n. 2, p.63-68, 1992. Disponível em: https://www.asjp.cerist.dz/en/article/48718. Acesso em: 13 jun. 2024.

ALAVA, Séraphin. Eléments pour une didactique de la médiation documentaire. **Documentaliste – Sciences de l'information**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 14-18, jan./fev. 1993.

ALAVA, Séraphin. Médiation(s) et métier d'étudiant. **Bulletin des bibliothèques de France**, Paris, n. 1, p. 8-15, 1999. Disponível em: https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1999-01-0008-001. Acesso em: 13 jun. 2024.

ALAVA, Séraphin; ETÉVÉ, Christiane. Médiation documentaire et éducation. **Revue Française de Pédagogie**, [S. l.], n. 127, p. 119-164, avr./mai/jun. 1999. Disponível em: https://shs.hal.science/hal-00654407. Acesso em: 13 jun. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Paradigmas e paradigmas: reflexões para ampliar a discussão. In: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO. **Anais do Simpósio Brasil-Sul de Informação**. Londrina: Editora UEL, 1996. p. 233-240.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. Disponível em: https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Sociedade-e-biblioteconomia.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira (org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 32-45. Disponível em: https://ofaj.com.br/espacoofajs_conteudo.php?cod=12. Acesso em: 13 jun. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008, São Paulo. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170. Acesso em: 13 jun. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015a. cap. 1, p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@!**: Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015b. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/diver.v8i2.45052. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052. Acesso em: 15 ago. 2024.

ALMEIDA, Carlos C. de; BASTOS, Flavia Maria; BITTENCOURT, Fernando. Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 68-89, 2007. DOI: https://doi.org/10.36311/1807-8281.2007.v6n1.749. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/reic/article/view/749. Acesso em: 13 jun. 2024.

ANDRADE, Julietti de. **A Linguística Documentária e a Análise de Domínio na Organização da Informação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-22022011-142712/pt-br.php. Acesso em: 02 jun. 2024.

ANTONIO, Davilson. **O Grupo Temma na ECA-USP, 2001-2011**. 2012. Relatório de pesquisa (Iniciação científica) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Pioneirismo bibliográfico em um polímeta do séc. XVI: Conrad Gesner. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 118-142, maio/ago. 2015. Artigo publicado em número temático do I Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2014, Rio de Janeiro. DOI: http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2015v20n2p118. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23127. Acesso em: 13 jun. 2024.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas; CRIPPA, Giulia; SALDANHA, Gustavo Silva. Em busca da Bibliografia: sobre o I Seminário Internacional "A Arte da Bibliografia". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 495-512, 2015. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 2015, São Paulo. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/529. Acesso em: 13 jun. 2024.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas; CRIPPA, Giulia; SABBA, Fiammetta; SALDANHA, Gustavo Silva. Editorial. International conference "From the book pandemic to bibliography". **Bibliothecae.it**, Bolonha, v. 10, n. 2, p. 1-14, 2021. Artigo publicado em número temático do VII Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2021, Bolonha. DOI: https://doi.org/10.6092/issn.2283-9364/14100. Disponível em: https://bibliothecae.unibo.it/article/view/14100. Acesso em: 13 jun. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos: São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Mediação da informação e participação política na web social em períodos eleitorais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. p. 1457-1477. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/186273. Acesso em: 09 ago. 2024.

ASSUNÇÃO, Jandira Batista de; FIUZA, Marysia Malheiros. Reformulação do currículo do curso da Escola de Biblioteconomia da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 218-233, set. 1974. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/73076. Acesso em: 13 jun. 2024.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues; CENDÓN, Beatriz Valadares; CALDEIRA; Paulo da Terra; BAX, Marcello Peixoto. Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 81-91, jan./jun. 2000. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23298/18833. Acesso em: 13 jun. 2024.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 3-28, jan./dez. 2009. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/160. Acesso em: 13 jun. 2024.

BASTOS, Dilza Ramos. **Representação de documentos digitais**: uma proposta para recuperação integrada de acervos culturais. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia : Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1100?locale=pt_BR. Acesso em: 13 jun. 2024.

BASTOS, Dilza Ramos; SALES, Luana Farias. Do objeto ao documento digital no âmbito das bibliotecas, arquivos e museus. **Verbo de Minas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 39, p. 45-71, jan./jul. 2021. Disponível em: https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/verboDeMinas/article/download/2902/1961. Acesso em: 13 jun. 2024.

BEGUIN-VERBRUGGE, Annette. Le traitement documentaire est-il une énonciation ? In: SOCIÉTÉ FRANÇAISE DES SCIENCES DE L'INFORMATION ET DE LA COMMUNICATION. Les recherches en information et communication et leurs perspectives: histoire, objet, pouvoir et méthode. Marseille: SFSIC, 2002. p. 329-335.

BERMAN, Sanford. Letters: chauvinistic headings. Zambia **Library Association Journal**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 31-33, jun. 1969. Originalmente publicado no periódico Library Journal, na edição de 15 de fevereiro de 1969. Disponível: https://journals.co.za/doi/10.10520/AJA0049853X_28. Acesso em: 13 jun. 2024.

BERMAN, Sanford. **Prejudices and antipathies**: a tract on the LC subject heads concerning people. Jefferson: McFarland & Company, Inc, 1993. Disponível em: https://www.sanfordberman.org/prejant/prejant.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

BLANQUET, Marie-France. A função documentária: estudo em uma perspectiva histórica. Tradução: Camila Mariana A. da Silva. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 221-232, out./dez. 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/108421. Acesso em: 13 jun. 2024.

BLÁZQUEZ OCHANDO, Manuel. **Historia de la Ciencia de la Documentación**: el conocimiento de los orígenes de la Documentación. [S. l.]: mblazquez.es, 2012. Disponível em: https://docta.ucm.es/entities/publication/086f5f6c-6d0d-4f34-a771-1b253545cf5b. Acesso em: 13 jun. 2024.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. 121-127, dez. 2008. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.37.4809. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/4809. Acesso em: 13 jun. 2024.

BONIN, Jiani Adriana. Delineamentos para pensar a metodologia como práxis na pesquisa em comunicação. **Rastros**, [S. l.], n. 13, p. 9-22, set. 2010. Disponível em: http://www.ielusc.br/aplicativos/ojs_necom/index.php/SECORD/article/view/40/21. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRAIT, Beth. O processo interacional. In: PRETI, Dino (org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanistas Publicações FFLCH/USP, 1999. p. 189-214.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

BRUNKHORST, Hauke. Teoria de sistemas. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine. Editoria da versão brasileira Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos. [Tradução de Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves]. [Rio de Janeiro]: Zahar, 1996. p. 692-694.

BUCKLAND, Michael. Document theory. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 425-436, 2018. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/document. Acesso em: 13 jun. 2024.

CACALY, Serge et al. **Dictionnaire de l'information**. 3. ed. Paris: Armand Colin, 2008.

CALENGE, Bertrand (coord.). **Mettre en oeuvre un plan de classement**. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2009. Disponível em: https://books.openedition.org/pressesenssib/pdf/285. Acesso em: 13 jun. 2024.

CALENGE, Bertrand et al. **Mettre en oeuvre un plan de classement**. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2010.

CAPACCIONI, Andrea. Mapas y memorias: apostillas a una historia de la Bibliografia. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, v. 29, p. 9-24, 2006. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN0606110009A. Acesso em: 13 jun. 2024.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. [não paginado]. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

CARBONE, Bruno. De l'esprit des collections. **Bulletin des bibliothèques de France (BBF)**, Paris, n. 3, 1995. Disponível em: https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1995-03-0027-004. Acesso em: 13 jun. 2024.

CARDOSO, Francilene. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: Editora CRV, 2015.

CARMELINO, Ana Cristina; RAMOS, Paulo. Revisitando o conceito de intencionalidade. **Revista (Con)Textos linguísticos**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 60-78, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/26353. Acesso em: 13 jun. 2024.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36523. Acesso em: 13 jun. 2024.

CARVALHO, Katia de. Comunicação impressa, biblioteca, contexto social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 41-44, jan./jun. 1987. DOI: doi.org/10.18225/ci.inf.v16i1.269. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/269. Acesso em: 15 ago. 2024.

CARVALHO, Matheus Aguiar. **A ordenação de documentos na Biblioteconomia escolar**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020a. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/36952. Acesso em: 13 jun. 2024.

CARVALHO, Matheus Aguiar. A Biblioteconomia e as ciências informativo-documentárias: a mediação documentária como um modo de produção. In: SÁ, Jéssica Patrícia Silva de; BARBOSA, Andreza Gonçalves; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira; SANTA ANNA, Jorge. (org.). **Fundamentos e práticas da mediação no contexto informacional**. Belo Horizonte: ABMG Editora, 2020b. p. 50-73. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347694970_A_Biblioteconomia_e_as_ciencias_informativo-documentarias_a_mediacao_documentaria_como_um_modo_de_producao_II_Librarianship_and_informative-documentary_sciences_documentary_mediation_as_a_mode_of_prod Acesso em: 13 jun. 2024.

CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Informação social, solidária e desenvolvimento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1321-1337. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/18304. Acesso em: 13 jun. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Organização Aparecida Lino Pauliukonis, Ida Lúcia Machado. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa, Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAUMIER, Jacques. **Les techniques documentaires**. 7. ed. corrigida. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

CHAUMIER, Jacques. **Travail et méthodes du Documentaliste**: pour une exploitation méthodique et optimale de l'information. 8. ed. [Paris]: ESF Éditeur, 2009.

CINTRA, Anna Maria; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Polis, 2002.

COADY, David. Two concepts of epistemic Injustice. **Empisteme**, [S. l.], v. 20, n. 1-4, 2023. DOI: 10.3366/epi.2010.0001.

COHEN, Diana Micheline. **O consumidor da informação documentaria**: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da Análise Documentária. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27137/tde-09032017-174649/pt-br.php. Acesso em: 13 jun. 2024.

COMBOT, Philipe. **Initiation aux techniques documentaries.** 2011. Disponível em: https://doc.dis.ac-guyane.fr/Initiation-aux-techniques-documentaires.html. Acesso em: 13 jun. 2024.

COUZINET, Viviane. Les dispositifs: question documentaire. In: GARDIÈS, Cécile (org.). **Approche de l'information-documentation**: concept fondateurs. Cépaduès éditions: Toulouse, 2011. cap. 2, part. 1, p. 117-130.

COUZINET, Viviane. Dispositifs documentaires: strates de médiations et circulation des connaissances. **Sciences de la société**, [S. l.], n. 7, 2021. DOI: https://doi.org/10.4000/sds.13010. Disponível em: https://journals.openedition.org/sds/13010. Acesso em: 13 jun. 2024.

CRIPPA, Giulia. Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 23-40, 2016. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2015, São Paulo. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp23-40. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118748. Acesso em: 13 jun. 2024.

CRIPPA, Giulia. O desenvolvimento e o entrelaçamento entre bibliografia, bibliometria e política no Brasil. **Em questão**, Porto Alegre, v. 25, n. especial, p. 14-38, 2019. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2018, Recife. Disponível em: https://doi.org/10.19132/1808-5245250.14-38. Acesso em: 13 jun. 2024.

CROSS, R. C. et al. **L'automatisacion des recherches documentaires**. 2ed. revue et augmente. Paris: Gauthier-Villars, 1968.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferio. Transferência da informação africanista: ideologia e linguagem. **África**, São Paulo, v. 8, p. 144-150, 1985.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferio. A informação de e sobre África: linguagem/ideologia colonial. **África**, São Paulo, v. 9, p. 91-95, 1986. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i9p91-95. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/95911. Acesso em: 13 jun. 2024.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferio. Documentação Africanista: linguagem e ideologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 37-40, 1987. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v16i1.268. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/268. Acesso em: 13 jun. 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da. Abner Vicentini: um pioneiro da Biblioteconomia brasileira. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 217-241, maio/ago. 2014. DOI: 10.20396/rdbci.v12i2.1612. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299353581_Abner_Vicentini_um_pioneiro_da_Biblioteconomia_brasileira. Acesso em: 13 jun. 2024.

CUTTER, Charles A. **Rules for a printed dictionary catalogue**. Washington: Government Printing Office, 1876. (Public libraries in the United States of America: their history, condition, and management, special report, part II). Disponível em: https://archive.org/details/cu31924029518978/mode/2up. Acesso em: 13 jun. 2024.

DAHMANE, Madjid. Problematique de la theorie et de la methodologie systematiques appliquees a la documentation. **Revue de l'Information Scientifique et Technique (RIST)**, [Ben Aknoun], v. 1, n. 1, p. 18-26, 1991. Disponível em: https://www.asjp.cerist.dz/en/article/48726. Acesso em: 13 jun. 2024.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **PRISMA.COM**, Porto, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100. Acesso em: 13 abr. 2024.

DAY, Ronald E. European Documentation: Paul Otlet and Suzanne Briet. In: DAY, Ronald E. **The modern invention of information**: discourse, history, and power. Carbondale; Edwardsville: Southern Illinois University Press, 2001. cap. 2, p. 7-37. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/The-Modern-Invention-of-Information%3A-Discourse%2C-and-Day/aee49685858a54ec053230f80a3dfb221890bd9c. Acesso em: 13 abr. 2024.

DAY, Ronald E. “A Necessity of Our Time”: Documentation as “Cultural Technique” in What Is Documentation? In: BRIET, Suzanne. **What is Documentation?** Traduzido e editado por Ronald E. Day, Laurent Martinet com Hermina G. B. Anghelescu. Lanham: Scarecrow Press, 2006. p. 47-63.

DEMEURISSE, Josiane Senié; FABRE, Isabelle; GARDIÈS, Cécile. Organização do saber e mediação documental: do tratamento de periódicos da história a sua utilização em bibliotecas universitárias na França. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 133-148, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000400010. Acesso em: 13 jun. 2024.

DEPUYDT, Yaëlle. Faire de la politique documentaire, c’est faire vivre un établissement à travers toutes ses facettes: Entretien avec Yaëlle Depuydt. [Entrevista cedida à] Bulletin des bibliothèques de France (BBF). **Bulletin des bibliothèques de France (BBF)**, Paris, n. 1, p. 1-8, 2022. Disponível em: https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2022-00-0000-004. Acesso em: 13 jun. 2024.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33080. Acesso em: 13 jun. 2024.

DÍAZ-JATUF, Julio. Indizar la disidencia afectivo-sexual en bibliotecas. Buenas prácticas en el tratamiento de la información para la comunidad GLTTIBQ (gay, lésbicas, transexual, travesti, intersexual, bisexual, queer). In: ENCUENTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 8., 2021, Buenos Aires. [S. l.]: Biblioteca Nacional da Argentina, 2021. Disponível em: http://eprints.rclis.org/42783/. Acesso em: 13 jun. 2024.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ESTIVALS, Robert. Bibliologie. In: ESTIVALS, Robert (dir.); MEYRIAT, Jean; RICHAUDEAU, François (colab.). **Les sciences de l'écrit**: encyclopedie internationale de Bibliologie. [Paris: AIB], 1993. p. 30-65.

FABRE, Isabelle. Médiation documentaire et culturelle dans le musée. **Communication & langages**, [S. l.], v. 3, n. 173, p. 83-99, 2012. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-communication-et-langages1-2012-3-page-83.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

FABRE, Isabelle. **L'espace documentaire comme lieu de médiations**. Esquisse, 2013. Disponível em: https://hal.science/hal-00837950. Acesso em: 13 jun. 2024.

FABRE, Isabelle. La médiation documentaire: retour réflexif. **Les Cahiers de la SFSIC, Société française des sciences de l'information et de la communication**, [S. l.], p. 1-7, 2018. Disponível em: https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01935863/document. Acesso em: 13 jun. 2024.

FABRE, Isabelle; COUZINET, Viviane. L'œuvre accompagnée: médiation documentaire au Musée. In: FRAYSSE, Patrick. **Médiations culturelles innovantes**: observations croisées dans deux musées toulousains. [Paris]: MkF éditions, 2021. p. 39-56. Disponível em: https://theses.hal.science/ENSFEA/hal-03476836v1. Acesso em: 13 jun. 2024.

FABRE, Isabelle; GARDIÈS, Cecile. La médiation documentaire. In: LIQUÈTE, Vicent. **Médiations**. Paris: CNRS Éditions, 2010. p. 121-139. Disponível em: https://books.openedition.org/editionscnrs/14763. Acesso em: 13 jun. 2024.

FABRE, Isabelle; VEYRAC, Hélène. Des représentations croisées pour l'émergence d'une médiation de l'espace documentaire. **Communication & Langages**, [S. l.], n. 156, p. 103-115, 2008. Disponível em: https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01112638. Acesso em: 13 jun. 2024.

FABRE, Isabelle; VEYRAC, Hélène. Classement et rangement: mise au jour de genèses instumentales. **Hermès, La Revue**, [S. l.], v. 2, n. 66, p. 214-221, 2013. DOI: doi.org/10.4267/2042/51578. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2013-2-page-214.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; SOARES, Jean da Silva. Mediação da informação no esporte. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 49-74, abr./jun. 2020. DOI: https://doi.org/10.36311/1981-1640.2020.v14n2.04.p49. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/9732. Acesso em: 09 ago. 2024.

FAYET-SCRIBE, Sylvie. **Histoire de la documentation en France**: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937. Paris: CNRS Éditions, 2000. DOI: 10.4000/books.editionscnrs.8548. Disponível em: https://books.openedition.org/editionscnrs/8548. Acesso em: 29 jun. 2024.

FERNANDES, Wesley Rodrigo; CENDÓN, Beatriz Valadares. Ciência da Informação e interdisciplinaridade: análise das áreas de conhecimento correlatas. In: BORGES, Maria Manuel; SANZ CASADO, Elías (coord.). **A ciência da informação criadora de conhecimento**: actas do IV Encontro Ibérico EDIBCIC 2009. Coimbra: EDICIC, 2009. v. 1. Disponível em: https://books.uc.pt/chapter?chapter=72877. Acesso em: 15 ago. 2024.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/75955. Acesso em: 13 jun. 2024.

FONDIN, Hubert. L'activité documentaire: représentation et signification. **Bulletin des Bibliothèques de France (BBF)**, Paris, t. 47, n. 4, p. 84-90, 2001. Disponível em: https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2002-04-0084-002. Acesso em: 13 jun. 2024.

FONDIN, Hubert. La « science de l'information » et la documentation, ou les relations entre science et technique. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 122-129, 2002. DOI: 10.3917/docsi.393.0122. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-documentaliste-sciences-de-l-information-2002-3-page-122.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

FONDIN, Hubert. La Science de l'information ou le poids de l'histoire. **Les Enjeux de l'information et de la communication**, [S. l.], n. 1, v. 2005, p. 35-54, 2005. DOI: 10.3917/enic.005.0035. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-les-enjeux-de-l-information-et-de-la-communication-2005-1-page-35.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, a. 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957. Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/revista-livro-biblioteca-nacional-ano-2-n-5. Acesso em: 13 jun. 2024.

FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no Brasil. **Revista de Serviço Público**, Brasília, v. 108, n. 1, p. 37-52, jan./abr. 1973. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v0i1.2416. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2416. Acesso em: 13 jun. 2024.

FOOT, Mirjam Michaela. Preservation and Conservation in Libraries and Archives: a Librarian's Point of View. **Cahiers Charles V**, n. 21, p. 93-103, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/cchav_0184-1025_1996_num_21_1_1164. Acesso em: 13 jun. 2024.

FOSKETT, Antony Charles. Misogynists all: a study in critical classification. **Library Resources & Technical Services**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 117-121, spring 1971.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera Regina Veiga (org.). **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 1-21. Versão utilizada disponibilizada pela autora em: https://www.researchgate.net/publication/266465045_Sujeito_da_comunicacao_sujeitos_em_comunicacao. Acesso em: 13 jun. 2024.

FREITAS, Lídia Silva de. **Na teia dos sentidos**: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-19072005-165907/pt-br.php. Acesso em: 13 jun. 2024.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice**: power of ethics of knowing. New York: Oxford University Press, 2007. DOI: https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198237907.001.0001.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Desafios teórico-metodológicos para a Ciência da Informação: descrição, explicação e interpretação. In: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende (org.). **Informação, cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 49-59.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; LEIVA, Isidoro Gil. Política de Indexação latino-americana. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; LEIVA, Isidoro Gil (ed.). **Política de indexação**. [São Paulo]: Cultura Acadêmica; Marília: Ofícina Universitária, 2012. capítulo 4, p. 121-138. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis. Elementos de lingüística en sistemas de informacion y documentacion. **Revista Latina de Comunicación Social**, [S. l.], San Cristóbal de La Laguna, n. 7, jul. 1998. Disponível em: https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/17199/file_1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis. Aproximación al concepto y al objeto de la Información/Documentación. In: GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis (ed.). **Introducción a la documentación informativa y periodística**. [Sevilla]: Ed. Mad, 1999. p. 23-61.

GARDIÈS, Cécile; FABRE, Isabelle. Définition et enjeux de la médiation numérique documentaire. In: GALAUP, Xavier (dir.). **Développer la médiation documentaire numérique**. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2012. cap. 2, p. 45-58. Disponível em: https://books.openedition.org/pressesenssib/691. Acesso em: 13 jun. 2024.

GARDIN, Jean-Claude et al. **La logique du plausible**: essais d'epistemologie pratique. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1981.

GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.3, n. 1, p. 13-26, mar. 1974. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/35989. Acesso em: 13 jun. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. DOI: https://doi.org/10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21. Disponível em http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644. Acesso em: 13 jun. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da Informação e suas Dimensões Dialógica, Estética, Formativa, Ética e Política. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, 2020a. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047. Acesso em: 13 jun. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação como contributo da Ciência da Informação ao desenvolvimento do protagonismo social. MOREIRA, Luciana de Albuquerque; SOUZA, Jacqueline Aparecida de; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho (org.). **Informação na sociedade contemporânea**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda., 2020b. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31021. Acesso em: 15 ago. 2024.

GOMES, Sônia de Conti. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 14-21, mar. 1982. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36404. Acesso em: 15 ago. 2024.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf..v19i2.332. Disponível em: http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/332. Acesso em: 13 jun. 2024.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 07 set. 2024.

GREEN, Samuel S. Personal relations between librarians and readers. **Library Journal**, [S. l.], 15 jun. 1993. Originalmente publicado na edição de 1 de Outubro de 1876. Disponível em: https://content.trl.org/Personal%20Relations%20between%20Librarians%20and%20Readers.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

GRIGOLETO, Maira Cristina. O patrimônio institucionalizado pela perspectiva do gesto: aproximações entre Bibliografia e Arquivologia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 194-215, 2019. Artigo publicado em número temático do V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2018, Recife. DOI: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245250.194-215. Disponível em: https://seer.ufrgs.br//index.php/EmQuestao/article/view/92381. Acesso em: 13 jun. 2024.

HARNECKER, Marta. A produção. In: HARNECKER, Marta. **Conceitos elementares do materialismo histórico**. [São Paulo: Global], 1973. p. 27-40.

HELTON, Laura E. On Decimals, Catalogs, and Racial Imaginaries of Reading. **Publications of the Modern Language Association of America (PMLA)**, [S. l.], v. 134, n. 1, p. 99-120, jan. 2019. DOI: dx.doi.org/10.17613/f3km-xk26. Disponível em: https://hcommons.org/deposits/item/hc:28677. Acesso em: 13 jun. 2024.

HJØRLAND, Birger. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [S. l.], v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.10042. Acesso em: 13 jun. 2024.

HOMULOS, Peter. Museums to libraries: a family of colleting institutions. **Art Libraries Journal**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 11-13, 6 jun. 1990. DOI: 10.1017/S0307472200006581

HONORATO, Cayo. Tem alguém, algo aí?: o público, os públicos, um público. In: SEMINÁRIO RECONFIGURAÇÕES DO PÚBLICO: ARTE PEDAGOGIA E PARTICIPAÇÃO, II., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro : Universidade Federal Fluminense, 2013. 12f. Disponível em: https://cayohonorato.weebly.com/uploads/8/4/7/3/8473020/2012_ensaio_seminario-ii_honorato.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

HUTCHINS, William John. Langages of indexing and classification. Herts: Peters Peregrinus, 1975.

INTERSECTIONALITY. In: HOMOSAURUS. [S. l.]: Digital Transgender Archive, 2022. Disponível em: https://homosaurus.org/v3/homoit0000667. Acesso em: 13 jun. 2024.

JOHNSON, Matt. Transgender subject access: history and current practice. **Cataloging & Classification Quarterly**, [S. l.], v. 48, n. 8, p. 661-683, 2010. DOI: https://doi.org/10.1080/01639370903534398.

JUNCÀ CAMPDEPADRÓS, Manela. La cadena documental. In: JUNCÀ CAMPDEPADRÓS, Manela; MARTÍNEZ FERRERAS, Damián. **Lenguajes documentales**. [S. l.]: UOC, 2009. Material docente de la UOC. Disponível em: https://libros.metabiblioteca.org/bitstream/001/560/1/lenguaje-documental.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **O Mundaneum no Brasil**: o Serviço de Bibliographia e Documentação da Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede de informações científicas. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Faculdade de CIência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/15891?locale=pt_BR. Acesso em: 13 jun. 2024.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A bibliografia no Brasil segundo os preceitos otletianos: a liderança da Biblioteca Nacional e outras ações. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 184-204, maio/ago. 2015. Artigo publicado em número temático do I Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2014, Rio de Janeiro. DOI: http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2015v20n2p184. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23130. Acesso em: 13 jun. 2024.

KILOMBA, Grada. Prefácio: Fanon, existência, ausência. In: KANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Sebastião Nascimento com colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentarias**: em busca de uma metodologia. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero**, [S. l.], v. 8, n. 6, 9f., 2007. Disponível em: https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/6120. Acesso em: 13 jun. 2024.

KOBASHI, Nair Yumiko. Linguística textual e elaboração de informações documentárias: algumas reflexões. In: GASPAR, Nádea Regina; ROMÃO, Lucília Maria Souza (org.). **Discurso e texto**: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação. São Carlos: EduFscar, 2008. v. 1, p. 47-66.

KOCH, Ingedore G. Discurso e argumentação. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. cap. 1, p. 19-30.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KRÄMER, Sybille; BREDEKAMP, Horst. Culture, Technology, Cultural Techniques – Moving Beyond Text. **Theory, Culture & Society**, [Middlesbrough], v. 30, n. 6, p. 20-29, 2013. DOI: https://doi.org/10.1177/0263276413496287.

KREMER, Jeannette Marguerite. Cronologia da Escola de Biblioteconomia da UFMG - 1950/2000. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 17-23, jan./jun. 2000. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/87596. Acesso em: 03 jun. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas S. A., 1992.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Representação e linguagens documentárias**: bases teórico-metodológicas. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. DOI: https://doi.org/10.11606/T.27.2019.tde-02122019-153131. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-02122019-153131/pt-br.php. Acesso em: 13 jun. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramaZero**, [S. l.], v. 2, n. 6, 9f., 2001. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5294. Acesso em: 13 jun. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. A construção da informação no universo da linguagem na contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 148-162. Disponível em: https://colabori.eca.usp.br/documentos/Infoeducacao.pdf#page=148. Acesso em: 05 jun. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Linguística documentária**: seleção de conceitos. 2009. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI: https://doi.org/10.11606/T.27.2019.tde-21112019-191517. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/27/tde-21112019-191517/pt-br.php. Acesso em: 13 jun. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceitos de Organização e Representação do Conhecimento na ótica das reflexões do Grupo Temma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 92-121, jan./jun. 2011. DOI: http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2011v16n2p92. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10391. Acesso em: 13 jun. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; MENDES, Luciana Cortz. Suzanne Briet e a Documentação como técnica cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.] v. 14, jul., 2018. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1179. Acesso em: 13 jun. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Uma experiência na interface Lingüística Documentária e Terminologia. **DataGramaZero**, [S. l.], v. 8, n. 5, 12f., out. 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/6681. Acesso em: 13 jun. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação e produção de sentido: a integração da categoria recepção no processo documentário-informacional. **RuMoRes**, [S. l.], v. 1, n. 2, 10 f., 2008. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2008.51106. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51106. Acesso em: 13 jun. 2024.

LASSO DE LA VEGA, Javier. Bibliotecario y documentalista: uma fricción y un problema. **Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos**, [S. l.], Tomo LX, 2, p. 451-476, 1954.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 107-115, jul./dez. 1986. DOI: doi.org/10.18225/ci.inf..v15i2.231. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/231. Acesso em: 13 jun. 2024.

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 22, p. 707-723, ago./nov. 2016. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211. Acesso em: 15 ago. 2024

LIQUÈTE, Vincent; FABRE, Isabelle; GARDIÈS, Cécile. Faut-il reconsidérer la médiation documentaire? **Les Enjeux de l'information et de la communication,** [S. l.], v. 2010, n. 1, p. 43-57, 2010. DOI: https://doi.org/10.3917/enic.hs02.0300. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-les-enjeux-de-l-information-et-de-la-communication-2010-2-page-43.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

LUCENA, Gertha Maria Crispim de; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Expansão do mercado de trabalho para o bibliotecário: um caso para o marketing. **Biblionline**, João Pessoa, v. 2, n. 1, 26 f., jan./jun. 2006. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/593. Acesso em: 12 ago. 2024.

MACEDO, Neusa Dias de. Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, n. ¼, p. 9-37, jan./dez. 1990.

MARGINSON, Simon; XU, Xin. Hegemony and inequality in global science: problems of the center-periphery model. **Comparative Education Review**, [Chicago], v. 67, n. 1, p. 31-52, jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.1086/722760.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofoletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367. Acesso em: 13 jun. 2024.

MARQUES, Giulianne Monteiro Pereira; ALMEIDA, Isledna Rodrigues de; LIMA, Izabel França de. Mediação da informação em redes sociais por pessoas com deficiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. 17f. Disponível em: https://www.ancib.org.br/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1801/1071. Acesso em: 09 ago. 2024.

MARSHALL, Joan. LC Labelling: an indictment. In: WEST, Celeste (org.). **Revolting Librarians**. San Francisco: Booklegger Press, 1972. p. 45-50. Disponível em: https://archive.org/details/revoltinglibrari0000west_z0o8/page/44/mode/2up?view=theater. Acesso em: 13 jun. 2024.

MARTELETO, Regina Maria. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 19-40, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23116. Acesso em: 13 jun. 2024.

MARTINS, Gabriella Braga Andrade. **Organização da informação em bibliotecas comunitárias**: relações a construir para uma função social a cumprir. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39183. Acesso em: 13 jun. 2024.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Política de preservação de acervos institucionais**. [S. l.]: MAST, 1995. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/1995/politica_de_preservacao_de_acervos_institucionais.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

MEDIAÇÃO como pesquisa e prática documentária: as plantas como mediadoras no Programa Educativa do Museu Nacional da República. Brasília: Tuîa Arte e Produção, 2021. Disponível em: https://blogdearte.art/2022/02/04/mediacao-como-pesquisa-e-pratica-documentaria/. Acesso em: 13 jun. 2024.

MEDIAÇÃO CULTURAL. In: COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 247. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Coelho-Dicionario_critico_de_politica_cultural.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

MENDES, Luciana Corts. Documentation Influence in Brazilian Library and Information Science: the Case of University of São Paulo. **Proceedings from the Document Academy**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 1-9, 2021. DOI: 10.35492/docam/8/2/7. Disponível em: https://ideaexchange.uakron.edu/docam/vol8/iss2/7/. Acesso em: 13 jun. 2024.

MENEZES Y OJEDA, Janine. **O objeto não fala por si só**: o papel da mediação documentária nos acervos musealizados. Belo Horizonte, 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AE3J8Q. Acesso em: 13 jun. 2024.

MERCADANTE, Leila M. Z. Novas formas de mediação da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 7, n. 1/2/3, p. 33-40, jan./dez. 1995. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1635. Acesso em: 13 jun. 2024.

MESSIAS, Lucilene Cordeiro da Silva; MORAES, João Batista Ernesto de. Informação: conceitos e terminologias na área de Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. 14f. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/174450. Acesso em: 13 jun. 2024.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Catalogação no plura**l. Brasília: Brinquet de Lemos, 2009.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, [S. l.], n. 14, p. 51-63, 1981.

MEYRIAT, Jean. Information vs communication?. In: LAULAN, A.-M. (org.). **L'espace social de la communication**: concepts et théories. Paris: Retz-CNRS, 1985. p. 63-89.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. Tradução de Camila Mariana A. da Silva, Marcílio de Brito, Cristina Dotta Ortega. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480. Acesso em: 13 jun. 2024.

MICHEL, Jean. L'information et documentation: un domaine d'activité professionnelle en mutation. **Les Cahiers du Numérique**, [Cachan], v. 1, n. 3, p. 47-64, 2000.

MIKHAILOV, A. I. Informatics: a scientific discipline. **Documentação e Informação Científica**, Lisboa, v. 10, n. 53, p. 239-242,1967.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a biases em sistemas de organização do conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017. v. 1, p. 399-408. Disponível em: https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2017.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a biases em sistemas de organização do conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. **Iris – Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 3, n. especial, p. 72-92, 2014/2017.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. **A informação mediada no discurso de Edir Macedo**: uma análise de editoriais da Folha Universal. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/Monteiro,%20C.A.B._mestrado_C.I._2012.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.

MORAES, Marcos; CARELLI, Ana Esmeralda. A interdisciplinaridade na Ciência da Informação pela perspectiva da análise de citações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 137-160, jan/abr. 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245221.137-160. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/56296/36967. Acesso em: 15 ago. 2024.

MORRIS, Ruth C. T. Toward a user-centered information service. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 220-230, 1994. DOI: https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199401)45:1<20::AID-ASI3>3.0.CO;2-N.

MOURA, Amanda Pacini de; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Construir o edifício documentário: concepções de Paul Otlet para uma ciência e uma técnica dos documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 2-17, out./dez. 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-99362012000400002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/Nw7DQJKMwxMXqVRF4CwZG3S. Acesso em: 13 jun. 2024.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf..v14i1.222. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222. Acesso em: 13 jun. 2024.

NAUDÉ, Gabriel. **Conselhos para formar uma biblioteca**. Tradução da primeira edição (1627) por Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2016. Disponível em: https://archive.org/details/NaudCompleto. Acesso em: 13 jun. 2024.

NUNES, Cláudio Omar. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/411/96. Acesso em: 13 jun. 2024.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. A mediação da informação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas: práticas e discursos dos profissionais da informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 91-108, dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/18419. Acesso em: 13 jun. 2024.

NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Por uma epistéme mediacional na Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 10, n. 2, 20f., ago./dez. 2017. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/413. Acesso em: 13 jun. 2024.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1152. Acesso em: 13 jun. 2024.

OLIVEIRA, Gustavo Augusto Andrade de; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. A mediação em Arquivos: relatos de experiência em periódicos de língua inglesa. **Memória e Informação**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/122. Acesso em: 13 jun. 2024.

OLIVEIRA NETO, Joaquim Nepomuceno de. Argumentação e intencionalidade na linguagem do Amazônida Paraense. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 56–60, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9279. Acesso em: 13 jun. 2024.

OLIVEIRA, Lais Pereira de; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A elaboração de resumos documentários como atividade do tratamento temático da informação na prática profissional bibliotecária. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 255-277, jan/abr. 2020. doi: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245261.255-277. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/90556. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero**, [S. l.], v. 5, n. 5, 13f., 2004. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/5664. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Os registros de informação dos sistemas documentários**: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2009. DOI: 10.11606/T.27.2009.tde-21092009-211824. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21092009-211824/pt-br.php. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Categorias configuradoras da Ciência da Informação: seleção, exploração, sistematização. **Documentacion de las Ciencias de la Informacion**, Madrid, v. 33, p. 289-328, 2010. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/download/DCIN1010110289A/18737. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Ciência da Informação: do objetivo ao objeto. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2012. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3646/2770. Acesso em: 15 ago. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Mediação da informação: do objeto ao documento. In: ENCUENTRO IBÉRICO EDICIC, 7., 2015, Madrid. **Anais** [...]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015. p. 1-15. Disponível em: https://eprints.ucm.es/id/eprint/34512. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 41-64, ago. 2016a. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp41-64. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Fundamentos e métodos de ordenação de documentos. In: ORTEGA, Cristina Dotta. SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **Ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016b. p. 6-43. Disponível em: https://archive.org/details/OrdenaoDeDocumentosNaAtividadeBibliotecria. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Aspectos terminológicos da Ciência da Informação: a função documentária em jogo. *In*: ZAFALON, Zaira Regina; DAL'EVEDOVE, Paula Regina (org.). **Perspectivas da representação documental**: discussão e experiências. São Carlos: CPOI/UFSCar, 2017. p. 51-70. Disponível em: http://eprints.rclis.org/31906/. Acesso em: 07 set. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. La intencionalidad en la actividad documentaria. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **La intencionalidad em la Ciencia de la Información Documental**. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018. p. 1-33. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/CL1107. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Os princípios bibliográficos em cursos brasileiros de graduação em Biblioteconomia: uma análise sobre a especificidade epistemológica curricular. **Bibliothecae.it**, Bolonha, v. 10, n. 2, p. 47-93, 2021. Artigo publicado em número temático do VII Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2021, Bolonha. DOI: https://doi.org/10.6092/issn.2283-9364/14067. Disponível em: https://bibliothecae.unibo.it/article/view/14067. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Categorias fundamentais da Organização da Informação: do conceitual, metodológico e pragmático ao normativo e tecnológico. In: Natália Bolfarini Tognoli; Ana Cristina de Albuquerque; Brígida Maria Nogueira Cervantes (org.). **Organização e Representação do Conhecimento em diferentes contextos**: desafios e perspectivas na era da datificação. Londrina: ISKO-Brasil ; PPGCI UEL, 2023. v. 6, p. 18-28. Disponível em: https://isko.org.br/wp-content/uploads/2023/06/livro-isko-Brasil_23.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; CARVALHO, Maria da Conceição. O papel da Bibliografia na construção do conhecimento em Ciência da Informação: o caso da Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, número especial, p. 36-64, jul. 2017. Artigo publicado em número temático do III Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2017, Belo Horizonte. DOI: dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3232. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22253. Acesso em: 15 ago. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2010a. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7087. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 7-17, jan./abr. 2010b. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/MzKktSmdrZJcbmbm3zq9KCg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: ANCIB, 2017. 21f. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/43200. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. esp., p. 189-203, jan./mar. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/6HSgrbhV5BJgkb6HXxnw3BK/?lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **Ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. Disponível em: https://archive.org/details/OrdenaoDeDocumentosNaAtividadeBibliotecria. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; TOLENTINO, Vinicius de Souza. O livro: do objeto ao documento na prática bibliográfica. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 25, n. especial, p. 1-22, 2020. Artigo publicado em número temático do VI Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2019, Florianópolis. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e73474. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73474. Acesso em: 13 jun. 2024.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação sobre a técnica**. Tradução José Francisco P. de Almeida Oliveira. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

OTLET, Paul. **Documentos e Documentação**. Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937. [Tradução de Hagar Espanha Gomes]. Disponível em: http://www.conexaorio.com/biti/otlet/. Acesso em: 13 jun. 2024.

OTLET, Paul. Les Sciences bibliographiques et la documentation. In: RAYWARD, W. Boyd. **International organisation and dissemination of knowledge**: selected essays of Paul Otlet. [Amsterdã]: Federation Internationale d' Information et de Documentation, 1990. Texto original publicado na IIB Bulletin, v. 8, p. 125-147, 1903. Disponível em: https://www.mondotheque.be/wiki/images/1/16/Rayward_International_organisation_and_dissemination_of_knowledge.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

OTLET, Paul. **Tratado de Documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Organização Antonio Agenor Briquet de Lemos. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde, Letícia Alves, Virginia Arana, Silvana Arduini, Cristian Brayner, Marcilio de Brito, Max Evangelista, Maria Yêda de Filgueira Gomes, Guilherme Achiles Clair Marie Isnard Filho, Nair Kobashi, Ana Regina Luz Lacerda, Antonio Agenor Briquet de Lemos, Ercilia Mendonça, José Antonio Pereira do Nascimento, Martha Suzana Nunes, Regina Obata, Edmir Perrotti, Ivete Pieruccini, Alice Araújo Marques de Sá, Camila Silva, Johanna Wilhelmina Smit, Rosemeri Bernieri de Souza, Maria Carolina de Deus Vieira. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/32627. Acesso em: 13 jun. 2024.

PAGÈS, Robert. Transformations documentaires et milieu culturel. **Proceedings from the Document Academy**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1-29, 2021. DOI: 10.35492/docam/8/1/3. Disponível em: https://ideaexchange.uakron.edu/docam/vol8/iss1/3/. Acesso em: 13 jun. 2024.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**. Tomo premier. Paris: Villier, 1802. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54969220. Acesso em: 13 jun. 2024.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: UEDUFBA, 2017. p. 11-26.

PIANEZZA, Nolwenn. Le geste documentaire du chercheur indigène: production de traces et transmission des saviors. In: COLÓQUIO MUSSI, 4., 2018, Lille. **Anais** [...]. Lille: Universidade de Lille SHS (França), 2018. Disponível em: https://mussi2018.sciencesconf.org/data/33_FR.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Hagar Espanha Gomes: múltiplos e inovadores movimentos acadêmicos e pedagógicos. **Ciência da Informação em revista**, Maceió, v. 7, n. 2, p. 3-14, maio/ago. 2020. Editorial. DOI: https://doi.org/10.28998/cirev.2020v7n2ed. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/11024. Acesso em: 13 jun. 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 24, n. 1, 19f., 1995. DOI: doi.org/10.18225/ci.inf..v24i1.609. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609/611. Acesso em: 13 jun. 2024.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2v. vol. 1.

PIRELA MORILLO, Johann; DELGADO, Francys. Acción intencional de los procesos de mediación del conocimiento: perspectiva para la fundamentación epistemológica de las Ciencias de la Información. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (coord.). **La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental**. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018. p. 61-73.

PORTER, Dorothy Burnett. The Energy-Charged Life of Dorothy Porter Wesley. [Entrevista cedida à] Harriet Jackson Scarupa. **New Directions**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 6-17, jan. 1990. Disponível em: https://dh.howard.edu/newdirections/vol17/iss1/3. Acesso em: 13 jun. 2024.

PORTER, Dorothy Burnett. Dorothy Burnett Porter Wesley: Enterprising Steward of Black Culture. [Entrevista cedida à] Avril Johnson Madison. **The Public Historian**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 15-40, winter 1995. DOI: doi.org/10.2307/3378349. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3378349?seq=2. Acesso em: 13 jun. 2024.

POUCHOL, Jérôme. Indispensable politique documentaire. [Entrevista cedida à] Anne-Sophie Chazaud. **Bulletin des bibliothèques de France**, Paris, n. 9, p. 70-77, jul. 2016. Disponível em: https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2016-09-0070-007. Acesso em: 13 jun. 2024.

RABAKA, Reiland. **Against Epistemic Apartheid**. W.E.B. Du Bois and the Disciplinary Decadence of Sociology. United Kingdom: Lexington Books, 2010.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103372. Acesso em: 13 jun. 2024.

RAMOS, Paulo Baltazar. A gestão na organização de unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 1, 12f., 1996. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf..v25i1.671. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/671. Acesso em: 13 jun. 2024.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Tradução de Tarcisio Zandonade. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. In: OTLET, Paul. **Tratado de Documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Organização Antonio Agenor Briquet de Lemos. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. p. xi-xxvii. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/32627. Acesso em: 13 jun. 2024.

RÉGIMBEAU, Gérard. Médiations iconographiques et médiations informationnelles: réflexions d'approche. **Communication**, [S. l.], v. 26/1, p. 164-177, 2007. DOI: 10.4000/communication.875. Disponível em: https://journals.openedition.org/communication/875. Acesso em: 13 jun. 2024.

RÉGIMBEAU, Gérard. Médiation. In: GARDIÈS, Cécile (org.). **Approche de l'information-documentation**: concept fondateurs. Cépaduès éditions: Toulouse, 2011. cap. 1, part. III, p. 75-114. Versão do texto disponível em: https://hal.science/hal-03056537. Acesso em: 13 jun. 2024.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Algunas peculiaridades de la ciencia bibliotecológica. **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 10, n. 21, jul./dez. 1996. DOI: http://dx.doi.org/10.22201/iibi.0187358xp.1996.21.3841. Disponível em: http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/3841. Acesso em: 13 jun. 2024.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. El profesional de la información en el acceso y uso de la información documental. In: LA INFORMACIÓN en el inicio de la era electrónica: información, sociedad y tecnología. Ciudad de México: UNAM/CUIB, 1998. v. 2. p. 242-272.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. Ciudad de México: Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L65. Acesso em: 13 jun. 2024.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Ciencia bibliotecológica y de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas**: epistemología, metodología e interdisciplina. Investigación Bibliotecológica, Ciudad de México, v. 22, n. 44, jan./abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2008000100004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2024.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Aplicación del método dialéctico al análisis de la ciencia de la información documental. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **La lógica del sistema categorial de la Ciencia de la información documental. Un acercamiento dialéctico**. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018a. cap. III, p. 29-92. Disponível em: https://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L154. Acesso em: 13 jun. 2024.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. La intencionalidad: el carácter social y humano la Ciencia de la Información Documental. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental**. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018b. p. 157-169. Disponível em: https://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/CL1113. Acesso em: 13 jun. 2024.

RIBEIRO, Marcela Arantes; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Da mediação à apropriação da informação: um olhar para o usuário da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. esp., p. 1-17, 2022. Trabalho apresentado no IV Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM), 2022, [virtual]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/1825/1382. Acesso em: 13 jun. 2024.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Usuários e públicos nas práticas de profissionais da informação e áreas correlatas. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 4, p. 65-82, 2018. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2018v14n4.43347. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/43347. Acesso em: 13 jun. 2024.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. As mediações como objeto de pesquisa em periódicos brasileiros da Ciência da Informação e áreas correlatas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, e020015, p. 1-23, 2020. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v18i0.8659245. Acesso em: 13 jun. 2024.

ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington Soares; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível**: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019.

ROSSETI, Regina; ANGELUCI, Alan. Ética Algorítmica: questões e desafios éticos do avanço tecnológico da sociedade da informação. **Galáxia**, São Paulo, n. 46, p. 1-18, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202150301. Disponível em: https://www.scielo.br/j/gal/a/R9F45HyqFZMpQp9BGTfZnyr/?lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2024.

RUBI, Milena Polsinelli. **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93688. Acesso em: 13 jun. 2024.

SABY, Frédéric. Faut-il refonder la bibliothéconomie? **Bulletin des bibliothèques de France (BBF)**, Paris, t. 43, n. 2, p. 21-24, 1998. Disponível em: https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1998-02-0021-002. Acesso em: 13 jun. 2024.

SALDANHA, Gustavo. Epistemologia crítica e social da Ciência da Informação: 50 anos de uma escola dialética. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Marília. **Anais** [...]. Marília: ANCIB, 2018. p. 195-214. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102965. Acesso em: 13 jun. 2024.

SALVADOR OLIVÁN, José Antonio; ARQUERO AVILÉS, Rosario. Una aproximación al concepto de recuperación de información en el marco de la ciencia de la documentación. **Investigación Bibliotecológica**: archivonomía, bibliotecología e información, Cidade do México, v. 20, n. 4, p. 13-43, 2006. DOI: https://doi.org/10.22201/iibi.0187358xp.2006.41.4113. Disponível em: http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/4113. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/132/168. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTOS, Breno R. G. Injustiça epistêmica. In: OLIVEIRA, Rogel Esteves de; ETCHEVERRY, Kátia Martins; RODRIGUES, Tiegue Vieira; SARTORI, Carlos Augusto (org.). **Compêndio de epistemologia**. Porto Alegre: Fi, 2022. cap. 40, p. 561-583.

SANTOS, Paola De Marco Lopes dos. **O ponto de inflexão Otlet**: uma visão sobre as origens da Documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-24092007-173121/publico/dissertacao.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

SANTOS JÚNIOR, Roberto Lopes. Identificação e análise da contribuição teórica de A. I. Mikhailov para a Ciência da Informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 54-77, ago. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4880. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Marília, 2019. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_neto_ja_do_mar.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A concepção de apropriação de informação nos periódicos da área "Comunicação e Informação" e anais do ENANCIB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: ANCIB, 2017. 20f. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/546/688. Acesso em: 13 jun. 2024.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the "Umbrella Concepts" of information-seeking studies. **The Library Quarterly**, [S. l.], v. 77, n. 2, p. 109-132, abr. 2007. DOI: https://doi.org/10.1086/517840.

SCHARDONG, Leonel. **A relevância de elementos para definição de uma política de indexação documental e como eles se apresentam na prática de bibliotecários do sistema de bibliotecas da UFRGS**. 2009. Monografia (Especialização em Gestão de Bibliotecas) — Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/18480. Acesso em: 13 jun. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERRAI, Alfredo; SABBA, Fiammetta. **Profilo di Storia della Bibliografia**. Milano: Edizione Sylvestre Bonnard, 2005.

SERRANO MARTÍNEZ, Gonzalo. ¿Que dice la investigación científica sobre mediación? **Journal of Work and Organizational Psychology**, Madrid, v. 12, n. 2-3, p. 127-147, 1996. Disponível em: https://journals.copmadrid.org/jwop/art/ae0eb3eed39d2bcef4622b2499a05fe6. Acesso em: 13 jun. 2024.

SHERA, Jesse, EGAN, Margaret. Exame do estado atual da biblioteconomia e documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 15-64.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos**: propostas do século XIX e início do XX. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AMWGPB. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **A ordenação como processo de Organização da Informação:** uma discussão (necessária) sobre classificação bibliográfica. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/43292. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, Diogo de Moraes. Recepção como elo da obra de arte com o mundo e com a história. **ARS**, São Paulo, v. 18, n. 40, p. 196-236, 2020. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2020.166510. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ars/article/view/166510. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: ACB, 2018.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SILVA, Rubens Alves da. Da Ausência à Evidência: notas teórico-críticas sobre o Princípio da Ausência, Epistemicídio e Reparação Epistêmica em bibliotecas e Biblioteconomia. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 47-72, mar./ago. 2022. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v13i1p47-72. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/194447. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, Gabriela Lopes da. A política da União Europeia no domínio da informação científico-tecnológica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 72-77, jan./abr. 1997. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v26i1.755. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/755. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, Giane da Paz Ferreira; LIMA, Marcos Galindo; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. Documentação no Brasil: presença do pensamento de Paul Otlet na Revista do Serviço Público. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 223–245, 2023. DOI: 10.21728/logeion.2023v9n2.p223-245. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6259. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Necessidades de Informação e Satisfação: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 102-123, jul./dez. 2012. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i2p102-123. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48656. Acesso em: 07 ago. 2024.

SILVA, Natalia Francisca Nascimento da; LUCIANO, Maria Cristiana Felix; CÔRTES, Gisele Rocha. Mediação da informação por meio do instagram radio mulher. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. 17f. Disponível em: https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1541/1418. Acesso em: 09 ago. 2024.

SILVA, Rubens Alves da; FLECHA, Luis Carlos Quintino Cabral. A mediação da Informação e o protagonismo de Mestres da Capoeira Angola como chave no processo de promoção do giro-decolonial. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5788, nov. 2021. DOI: https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5788. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5788. Acesso em: 09 ago. 2024.

SILVA TRIVIÑOS, Augusto. A dialética materialista e a prática social. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 121-142, maio/ago. 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1153/115315946006.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVEIRA, Naira Christofoletti. Um diálogo sobre instrumentos de representação descritiva. In: ZAFALON, Zaira Regina; DAL'EVEDOVE, Paula Regina**. Perspectivas da representação documental**: discussão e experiências. São Carlos: CPOI, 2017. Disponível: http://eprints.rclis.org/31906. Acesso em: 13 jun. 2024.

SIMONDON, Gilbert. Do modo de existência dos objetos técnicos: introdução. Tradução de João Viana Jorge. **Laboreal**, [S. l.], v. 14, n. 1, jul. 2018. DOI: https://doi.org/10.4000/laboreal.546. Disponível em: https://journals.openedition.org/laboreal/546. Acesso em: 13 jun. 2024. Texto original: SIMONDON, Gilbert. Introduction. In: SIMONDON, Gilbert. Du mode d'existence des objets techniques. Paris: Aubier, 1969. p. 9-16.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. A noção de documento digital: uma abordagem terminológica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 125-140, jan./jun. 2012a. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/24172. Acesso em: 13 jun. 2024.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Ciência da Informação: personagem da pós-modernidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 14-33, jan./jul. 2012b. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/186. Acesso em: 13 jun. 2024.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Informação e documento: relações simbióticas. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 91-110, abr. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/7675. Acesso em: 13 jun. 2024.

SLAVIC, Aida. Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions. In: SINGH, Jagtar; MALHAN, Indervir; KAUR, Trishanjit (dir.). **Library and information science in digital age**: essays in honour of Professor M. P. Satija. India: EssEss Pub, 2009. v. 1, p. 257-285.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Análise semântica e análise documentária. **Significação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 168-177, 1974.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Documentação e linguística: inter-relação e campos de pesquisa. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 33-42, 1978.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Introdução. In: GRUPO TEMMA. **Análise documentária**: a análise de síntese. Brasília: IBICT, 1987. p. 5-10. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1011. Acesso em: 13 jun. 2024.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A pesquisa na área da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 25-28, jan./jun. 2002. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862002000100003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/sPdxSKgywKtFV5nj9L5mgXv/?lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2024.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (org.). **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. Marilia: Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 57-66. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/10. Acesso em: 13 jun. 2024.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Grupo TEMMA. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DOBEDEI, Vera (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil : FUNDEPE, 2012a. p. 222-226. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de Organização do Conhecimento, 2012, Marília. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/livro-isko-brasil-finalizado.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A Informação na Ciência da Informação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012b. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i2p84-101. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655/0. Acesso em: 12 ago. 2024.

SMIT, Johanna Wilhelmina; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. The epistemological construction of “analyse documentaire” and the influence of Jean-Claude Gardin in Brazil. In: PÉBAYLE, Emmanuelle Chevry (org.). **Systèmes d'organisation des Connaissances et Humanités Numériques**: actes du 10e colloque ISKO France 2015. Londres: ISTE éditions, 2017. p. 35-48. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=rRZgDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 13 jun. 2024.

SMIT, Johanna Wilhelmina; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? In: LARA, Marilda Lopes Ginez; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Nectar, 2007. p. 27-45. Disponível em: https://colabori.eca.usp.br/documentos/Infoeducacao.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

SMIT, Johanna Wilhelmina; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; KOBASHI, Nair Yumiko. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. 13f. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/5524. Acesso em: 13 jun. 2024.

SOUSA, Brisa Pozzi de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 238-254, 2015. Artigo publicado em número temático do XXVI Congresso de Biblioteconomia e Documentação, 2015. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/508. Acesso em: 13 jun. 2024.

SOUZA, Edivanio Duarte de. Dimensões teórico-metodológicas da Ciência da Informação: dos desafios à consolidação Epistemológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2008. p. 1-19. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/177607. Acesso em: 13 jun. 2024.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves. Linguagem documentária. **Ensaios APB**, São Paulo, n. 45, p. 1-12, ago. 1997.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves. Terminologia e documentação. **Tradterm**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 141-151, 2001

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves. Documentação, produção e recuperação da informação. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS. **II Seminário Serviços de Informação em Museus: o trabalho da informação em instituições culturais**: em busca de conceitos, métodos e políticas de preservação. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. v. 2, p. 147-158.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves; LARA, Marilda Lopez Ginez de. O campo da LIngüística Documentária. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 203-211, set./dez. 2006. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/YBHykxhKjfwptXSDFJPByXM/abstract/?lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2024.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. Biblioteconomia social: uma virada social. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 4, p. 1-6, 14 jun. 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54204. Acesso em: 15 ago. 2024.

TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, Patricia Marie Jeanne. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000300009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/gDKsspB85XygDsW7wwNDmJM/#. Acesso em: 12 ago. 2024.

TARGINO, Maria das Graças. Quem é o profissional da informação? **Transinformação**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 61-69, jul./dez. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/MhsxrLLcVF4jCBD7zWyxrbf/?lang=pt. Acesso em: 15 ago. 2024.

TEIJGELER, René. 1 parte: Conservação preventiva da herança documental em climas tropicais In: TEIJGELER, René. **Conservação preventiva da herança documental em climas tropicais**: uma bibliografia anotada. Colaboração Gerrit de Bruin, Bihanne Wassink, Bert van Zanen. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007. p. 25-218. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270273500_Conservacao_preventiva_da_heranca_documental_em_climas_tropicais_uma_bibliografia_anotada. Acesso em: 13 jun. 2024.

THOMAZ, Katia de Padua. Documento eletrônico de arquivo: conservação e preservação. In: THOMAZ, Katia de Padua. **A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. seção 3, p. 108-134.

TYCKOSON, David. What we do: reaffirming the founding principles of reference services. **The Reference Librarian**, [S. l.], v. 28, n. 59, 1997.

VALENTE, Jonas Chagas Lucio. O paradigma tecnológico das TICs: para uma reconstrução não determinista da dimensão técnica no capitalismo contemporâneo. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPTIC)**, [S. l.], v. 20, n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/10777. Acesso em: 13 jun. 2024.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 11-21, 1993. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v22i1.512. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512. Acesso em: 02 jun. 2024.

VICENTINI, Abner Lellis Corrêa. A documentação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2., 1959, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: FEBAB, 1959. p. 1-13. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/510. Acesso em: 13 jun. 2024.

VICENTINI, Abner Lellis Corrêa. Informática. **Revista do Serviço Público**, [Brasília], v. 105, n. 2, 1970a. DOI: 10.21874/rsp.v0i2.2591. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2591. Acesso em: 13 jun. 2024.

VICENTINI, Abner Lellis Corrêa. Da Biblioteconomia à Informática: evolução do conceito de Documentação. **Revista do Serviço Público**, [Brasília], v. 105, n. 3, 1970b. DOI: 10.21874/rsp.v0i3.2609. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2609. Acesso em: 13 jun. 2024.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A influência da Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de Linguagem Documentária. In: MARTELETO, Regina Maria; THIESEN, Icléia (coord.). **I Colóquio Mediações e Usos de Saberes e Informação**: um diálogo França-Brasil: anais. Rio de Janeiro: Rede Mussi ; IBICT/FIOCRUZ, 2008.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Ciência**: da filosofia à publicação. 6. ed. São Paulo: Cultura acadêmica, 2013.

WEINBERG, Alvin M. et al. **Science, government, and information**: the responsabilities of the technical community and the government in the transfer of information. Washington: President's Science Advisory Committee, 10 jan. 1963. Disponível em: https://eric.ed.gov/?id=ED048894. Acesso em: 13 jun. 2024.

WEST, Celeste. Introduction. In: WEST, Celeste (org.). **Revolting Librarians**. San Francisco: Booklegger Press, 1972. [não páginado]. Disponível em: https://archive.org/details/revoltinglibrari0000west_z0o8/page/44/mode/2up?view=theater. Acesso em: 13 jun. 2024.

WINTHROP-YOUNG, Geoffrey. Cultural techniques: preliminary remarks. **Theory, Culture & Society**, [Middlesbrough], v. 30, n. 6, p. 3-9, 2013. DOI: 10.1177/0263276413500828.

WITTICH, Dieter. In: MAGALHÃES-VILHENA, Vasco (org.). **Práxis**. Lisboa: Horizontes, 1980. v 1.

WOLF, Steve. Sex and the Single Cataloger: New Thoughts on Some Unthinkable Subjects. In: WEST, Celeste (org.). **Revolting Librarians**. San Francisco: Booklegger Press, 1972. p. 39-44. Disponível em: https://archive.org/details/revoltinglibrari0000west_z0o8/page/38/mode/2up?view=theater. Acesso em: 13 jun. 2024.